

# Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta

## *2.º Relatório Intercalar*

Trabalhos desenvolvidos entre  
novembro de 2022 e julho de 2023

Outubro de 2023



# Índice

<b>1- A CAIDJCV e o ponto de situação dos trabalhos</b> .....	8
1.1 A CAIDJCV: Criação, finalidades e composição .....	8
1.2 Trabalho realizado após o 1.º Relatório Intercalar e próximos desenvolvimentos .....	9
<b>2. Audições realizadas por setores</b> .....	14
2.1 Contributos comuns a diversos setores .....	19
2.2 Contributos específicos de cada setor .....	22
2.2.1 Especialistas do Meio Académico .....	22
2.2.2 Segurança Interna e Justiça .....	24
2.2.3 Educação .....	25
2.2.4 Saúde .....	27
2.2.5 Setor Social e Sociedade Civil .....	29
2.2.6 Desporto e Igualdade .....	31
2.2.7 Entidades da área da Cova da Moura/Amadora .....	34
2.2.8 Jovens e Ídolos Juvenis .....	36
2.2.9 Entidades ligadas aos Órgãos de Comunicação Social e Meios Digitais .....	38
2.2.10 Outras Organizações .....	41
<b>3. Entrevistas a jovens (Centros Educativos) e respetivos familiares</b> .....	43
3.1 Fatores a destacar .....	44
3.1.1 Entrevistas aos jovens .....	44
3.1.2 Entrevistas a familiares .....	47
3.2 Síntese dos principais contributos .....	49
<b>4. Análise bibliográfica</b> .....	51
4.1 Discussão sobre os fatores explicativos da delinquência juvenil .....	52
4.2 Principais dinâmicas observadas nos últimos anos .....	54
4.3 Considerações / recomendações para políticas públicas .....	56
4.4 Síntese da análise efetuada .....	57
<b>5. Análise estatística</b> .....	59
5.1 Delinquência Juvenil (DJ) e Criminalidade Grupal (CG) - ocorrências registadas pelas Forças de Segurança (FS) .....	59
5.1.1 Ocorrências de DJ e CG registadas pelas FS desde 2008 .....	59
5.1.2 Taxas de incidência – DJ e CG (2022) .....	62
5.2.1 Delinquência Juvenil: retrato nacional e local (2022 versus 2019) .....	63
5.2.2 Criminalidade Grupal: retrato nacional e local (2022 versus 2019) .....	65
5.2 Inquéritos Tutelares Educativos (ITE) (PGR) .....	67

5.3 Inquéritos entrados para investigação pela PJ .....	68
5.3.1 Total de inquéritos entrados (2018-2022) - 7 Categorias criminais (Ficha CAIDJCV) .....	68
5.3.2 Número de detidos (2018-2022) -7 categorias criminais (Ficha CAIDJCV) .....	70
<b>6. Outros dados e informações</b> .....	<b>71</b>
6.1 Apresentações efetuadas pelos membros da CAIDJCV nas reuniões plenárias .....	71
6.2 Programa Escola Segura (PES) .....	76
<b>7. Linhas de orientação/recomendações</b> .....	<b>79</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>88</b>
Anexo I - Elenco de especialistas, entidades e seus representantes presentes nas audições setoriais realizadas .....	90
Anexo II - Audições setoriais e entrevistas realizadas - datas e coordenação.....	96
Anexo III – Respostas/iniciativas/projetos mencionados nas audições setoriais.....	98
Anexo IV - Elenco de referências bibliográficas tidas em conta na análise efetuada ao Dossier temático: “Delinquência juvenil e criminalidade violenta” .....	102
Anexo V - Tabelas - Dados estatísticos ( <i>referentes ao Capítulo 5</i> ) .....	110

## Índice de Figuras, Gráficos, Quadros e Tabelas

### Figuras

Figura 1: Etapas do trabalho desenvolvido pela CAIDJCV .....	9
Figura 2: Audições realizadas por setor e número de entidades e de participantes envolvidos .....	15
Figura 3: Tendência geral das situações de violência registadas nos EEE .....	72

### Gráficos

Gráfico 1: Número de ocorrências de DJ e de CG registadas pelas FS, entre 2008 e 2022 .....	59
Gráfico 2: Taxa de variação anual para os anos de 2018 a 2022 e Taxa de variação 2022-2019 - Criminalidade geral, CVG, DJ e CG (%).....	60
Gráfico 3: Delinquência Juvenil (FS) e Criminalidade Grupal (FS) - Taxa de incidência (TI) - 2022.....	62
Gráfico 4: Delinquência Juvenil – ocorrências registadas pelas FS - 2019 vs. 2022 .....	63
Gráfico 5: N.º de ocorrências - Delinquência Juvenil – GNR, por distrito (2019 vs. 2022) .....	64
Gráfico 6: N.º de ocorrências - Delinquência Juvenil - PSP, por Distrito/Região (2019 vs. 2022) .....	64
Gráfico 7: Criminalidade Grupal - ocorrências registadas pelas FS - 2019 vs. 2022 .....	65
Gráfico 8: N.º de ocorrências - Criminalidade Grupal- GNR (2019 vs. 2022).....	66
Gráfico 9: N.º de ocorrências - Criminalidade Grupal - PSP (2019 vs. 2022) .....	66
Gráfico 10: Número de Inquéritos Tutelares Educativos (ITE) iniciados, número de ocorrências de DJ registadas pelas FS e respetiva diferença (2015 a 2022) .....	67
Gráfico 11: Número de Inquéritos Tutelares Educativos, por Comarca e taxa de variação (2022-2019) (%) .....	67

Gráfico 12: Número de inquéritos entrados (7 categorias criminais - Ficha da CAIDJCV), por diretoria/unidade da PJ (2018 a 2022) e Taxa de variação (2022-2019) (%).....	69
Gráfico 13: Número de ocorrências registradas pelas FS (anos letivos 2010/2011 a 2020/2021) - PES.....	77

### Quadros

Quadro 1: Número de ocorrências registradas pelas FS- Ano letivo 2021/2022- PES.....	76
Quadro 2: Ações de sensibilização grupal realizadas pelas FS no âmbito do PES .....	78
Quadro 3: Exemplos de temáticas abordadas pelas FS no âmbito das ações de sensibilização grupal - PES .....	78
Quadro 4: Novas linhas orientadoras/recomendações propostas pela CAIDJCV.....	80

### Tabelas

Tabela 1: Número de ocorrências de DJ e de CG registradas pelas FS, entre 2008 e 2022.....	60
Tabela 2: Taxa de variação anual (2018 a 2022) e Taxa de variação 2022-2019 - Criminalidade geral, CVG, DJ e CG (%).....	61
Tabela 3: Número de inquéritos entrados para investigação pela PJ – 7 categorias criminais (Ficha CAIDJCV) .....	68
Tabela 4: Número de detidos (2018-2022) -7 categorias criminais (Ficha CAIDJCV) .....	70



## Siglas, acrónimos e abreviaturas

AAUE | Associação Académica da Universidade de Évora  
ACAS | Associação Luso Caboverdeana de Sintra  
ACES | Agrupamento de Centros de Saúde  
ACM | Alto Comissariado para as Migrações  
AE | Agrupamento de Escolas  
AEEP | Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular Cooperativo  
AEP | Associação dos Escoteiros de Portugal  
AMEC | Associação dos Mediadores Ciganos de Portugal  
AML | Área Metropolitana de Lisboa  
AMUCIP | Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas  
ANAFRE | Associação Nacional de Freguesias  
ANDAEP | Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas  
ANDE | Associação Nacional de Dirigentes Escolares  
ANESPO | Associação Nacional de Escolas Profissionais  
ANMP | Associação Nacional de Municípios Portugueses  
APAF | Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol  
APAV | Associação Portuguesa de Apoio à Vítima  
APCVD- Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto  
ARS | Administração Regional de Saúde  
ART | Associação de Respostas Terapêuticas  
ASAE | Autoridade de Segurança Alimentar e Económica  
ASSACM | Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura  
CA | Casa de acolhimento  
CAERIC | Comissão para acompanhamento da execução do regime jurídico do internamento compulsivo  
CAFAP | Centro do Apoio Familiar e Aconselhamento Parental  
CAIDJCV | Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta  
CE | Centro Educativo  
CICS.NOVA FCSH | Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Univ. Nova de Lisboa  
CIG | Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género  
CLAS | Comissão Local de Ação Social  
CLDS | Contrato Local de Desenvolvimento Social  
CLS | Contrato Local de Segurança  
CM | Câmara Municipal  
CNCS | Centro Nacional de Cibersegurança  
CNE | Corpo Nacional de Escutas  
CNGPI - Coordenação Nacional da Garantia para a Infância  
CNIS | Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade Social  
CNJ | Conselho Nacional de Juventude  
CNPDP CJ | Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens  
CNPSM | Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental  
CoE | Conselho da Europa  
CONFAP | Confederação Nacional das Associações de Pais  
CPCJ | Comissão de Proteção de Crianças e Jovens  
CPMCS | Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social  
CPVC | Comissão de Proteção às Vítimas de Crime  
CV | Criminalidade violenta  
DGAJ | Direção-Geral da Administração da Justiça  
DGAL | Direção-Geral das Autarquias Locais  
DGE | Direção-Geral de Educação  
DGES | Direção-Geral de Ensino Superior  
DGEstE | Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares  
DGPJ | Direção-Geral de Política da Justiça  
DGRSP | Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais  
DGS | Direção-Geral da Saúde  
DIC | Departamento de Investigação Criminal  
DJ | Delinquência Juvenil  
DRSD | Direção Regional da Saúde e Desporto (RA Açores)  
EEE | Estabelecimentos de Educação e Ensino  
EISU | Estratégia Integrada de Segurança Urbana  
EMAT | Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais  
ENCP | Estratégia Nacional de Combate à Pobreza  
ENSP | Escola Nacional de Saúde Pública

EP | Estabelecimento Prisional  
EPVA | Equipa para a Prevenção da Violência em Adultos  
FAL | Federação Académica de Lisboa  
FNAJ | Federação Nacional das Associações Juvenis  
FPF | Federação Portuguesa de Futebol  
FS | Forças de Segurança  
GNR | Guarda Nacional Republicana  
GSEAI | Gabinete da Secretária de Estado da Administração Interna  
GSG SSI | Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna  
IAC | Instituto de Apoio à Criança  
IEFP, I.P. | Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.  
INEM, I.P. | Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.  
INMLCF, I.P. | Instituto de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.  
IPAV | Instituto Padre António Vieira  
IPDJ, I.P. | Instituto Português do Desporto e Juventude  
IPSS | Instituição Particular de Solidariedade Social  
ISS, I.P. | Instituto da Segurança Social, I.P.  
ISSA, IP - Instituto da Segurança Social dos Açores  
ISSM, IP-RAM - Instituto da Segurança Social da Madeira  
JF | Junta de Freguesia  
LPFP | Liga Portuguesa de Futebol Profissional  
LPP | Lei de Promoção e Proteção  
LTE | Lei Tutelar Educativa  
OCS | Órgão de Comunicação Social  
OPC | Órgão de Polícia Criminal  
OPJ | Observatório Permanente da Juventude  
PAJE | Plataforma de apoio a jovens ex-acolhidos  
PES | Programa Escola Segura  
PGR | Procuradoria-Geral da República  
PJ | Polícia Judiciária  
PPP | Processo de Promoção e Proteção  
PSP | Polícia de Segurança Pública  
PTE | Processo Tutelar Educativo  
RAA | Região Autónoma dos Açores  
RAM | Região Autónoma da Madeira  
RASI | Relatório Anual de Segurança Interna  
RLVT | Região de Lisboa e Vale do Tejo  
RSI | Rendimento Social de Inserção  
SGPCM | Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros  
SCML | Santa Casa da Misericórdia de Lisboa  
SEF | Serviço de Estrangeiros e Fronteiras  
SGMAI | Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna  
SICAD | Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências  
SIS | Serviço de Informações de Segurança  
SNS | Serviço Nacional de Saúde  
SPP | Sistema de Promoção e Proteção  
SSI | Sistema de Segurança Interna  
STE | Sistema Tutelar Educativo  
TE | Tutelar Educativo  
TEIP | Território Educativo de Intervenção Prioritária  
TFM | Tribunal de Família e Menores  
UCAD | Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (RA Madeira)  
UMP | União das Misericórdias Portuguesas  
VD | Violência Doméstica  
ULIC | Unidade Local de Investigação Criminal  
UNC3T | Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica  
UNCT | Unidade Nacional Contraterrorismo  
ZUS | Zona Urbana Sensível

# 1- A CAIDJCV e o ponto de situação dos trabalhos

## 1.1 A CAIDJCV: Criação, finalidades e composição

Através do Despacho n.º 7870-A/2022, de 27 de junho foi criada a Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e da Criminalidade Violenta (CAIDJCV), cujas finalidades são:

- Caracterizar a realidade atual ao nível da delinquência juvenil e da criminalidade violenta de forma compreensiva e integrada, viabilizando uma análise sobre a sua severidade e eventuais *modi operandi* emergentes;
- Efetuar um levantamento das áreas geográficas, contextos e grupos populacionais que mereçam especial atenção;
- Efetuar um levantamento prospetivo das principais tendências internacionais ao nível da criminalidade violenta, suas especificidades e respostas/estratégias adotadas;
- Produzir recomendações tendo em vista a promoção da segurança objetiva e subjetiva, diminuir a delinquência juvenil, a criminalidade violenta e a sua severidade;
- Propor metodologias de análise regular para efeitos de uma análise compreensiva da criminalidade violenta, designadamente ao nível da avaliação da sua severidade.

### Composição atual da CAIDJCV:

- Dr.ª Isabel Oneto - Secretária de Estado da Administração Interna (*coordenação*)
- Doutora Maria João Leote de Carvalho - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa (MJL)
- Prof. Doutor António Leitão da Silva (ALS)
- Doutora Carina Quaresma (CQ)
- Major Ricardo Guimarães da Silva - Guarda Nacional Republicana (GNR)
- Intendente Hugo Guinote - Polícia de Segurança Pública (PSP)
- Dr. João Oliveira - Polícia Judiciária (PJ)
- Dr. João Córias | Dr.ª Margarida Macedo- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP)
- Comissário Miguel Maio - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)
- Dr.ª Sónia Almeida - Coordenadora Nacional da Garantia para a Infância (CNGPI)
- Dr.ª Rosário Farmhouse - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ)
- Dr.ª Sandra Araújo – Coordenadora da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP)
- Dr. João Redondo - Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental (CNPSM)
- Dr. Domingos Duran - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD)
- Dr. Ricardo Matos - Procuradoria-Geral da República (PGR)
- Dr. Vítor Pataco | Dr.ª Selene Martinho - Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ, I.P.)
- Professora Doutora Sónia Dias - Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)

## 1.2 Trabalho realizado após o 1.º Relatório Intercalar e próximos desenvolvimentos

O presente relatório decorre do trabalho desenvolvido pela CAIDJCV essencialmente entre novembro de 2022 e julho de 2023 (ver Figura 1). Neste período foram realizadas 14 reuniões plenárias: da 10.ª (7/11/2022) à 23.ª (17/7/2023).

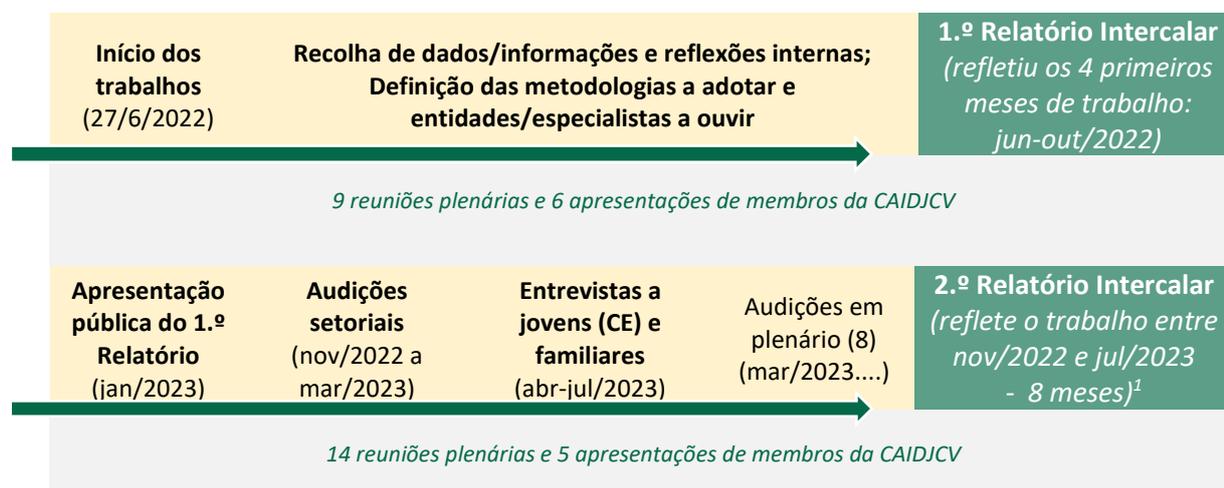


Figura 1: Etapas do trabalho desenvolvido pela CAIDJCV

No contexto das reuniões plenárias realizadas pela CAIDJCV continuaram a ser efetuadas **apresentações por parte de diversos dos seus membros**, partilhando dados/informações, resultados de análises/estudos efetuados e ainda metodologias de intervenção.

Apresentações efetuadas no decurso das reuniões realizadas no referido período:

- Prof. Doutor António Leitão da Silva – “Polícia Municipal do Porto”
- Comissário Miguel Maio (DGEstE) – “CAIDJCV- Direção de Serviços de Segurança Escolar”
- Intendente Hugo Guinote (PSP) - “Análise da PSP”
- Dr.ª Sónia Almeida (CNGPI) - “Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância”
- Dr.ª Rosário Farmhouse (CNPDPJC) – “Sistema de Proteção Português: *É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança*”

No dia 9 de janeiro de 2023 realizou-se uma reunião plenária adicional da CAIDJCV, num formato diferenciado, uma vez que contou igualmente com a presença de vários membros do Governo (Ministro da Administração Interna, Ministra da Justiça, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Secretária de Estado da Administração Interna, Secretária de Estado da Integração e Migrações e Secretária de Estado da Promoção da Saúde) com o objetivo de analisar e refletir os contributos da CAIDJCV e, em particular, as primeiras orientações/recomendações produzidas (1.º Relatório intercalar) e sua

<sup>1</sup> Com exceção das audições em plenário que se encontram em fase de conclusão.

subsequente implementação, em articulação com as medidas já previstas ou em curso pelas áreas governativas.

Nessa sequência, a 31 de janeiro de 2023 foi organizada, no Ministério da Administração Interna, contando com vários membros do Governo (Ministro da Administração Interna, Ministra da Justiça, Ministro da Educação, Secretária de Estado da Administração Interna, Secretário de Estado da Juventude e do Desporto e Secretária de Estado da Promoção da Saúde) e a Procuradora-Geral da República, uma sessão pública de apresentação das primeiras recomendações da CAIDJCV, contidas no **primeiro Relatório intercalar**.

Este segundo Relatório intercalar reflete, em particular, as **23 audições** realizadas (entre novembro de 2022 e março de 2023), em que a CAIDJCV efetuou uma auscultação por setores, ouvindo um elevado número de **especialistas e entidades**, de diversos setores, incluindo igualmente representantes da sociedade civil, num total de 100 entidades distintas e 163 profissionais/especialistas (ver **capítulo 2**). Trata-se de audições realizadas no contexto de subgrupos da CAIDJCV, ocorrendo de forma extra às reuniões plenárias da Comissão. O exato elenco de entidades/profissionais e especialistas participantes consta do Anexo I.

O presente documento reflete igualmente as **12 entrevistas** realizadas (entre abril e julho de 2023) a **jovens a cumprir medida de internamento em Centro Educativo e respetivos familiares** (ver **capítulo 3**).

No **capítulo 4** consta uma **análise efetuada a um dossiê** (acervo de informação bibliográfica) **temático** elaborado pela SGMAI sobre delinquência juvenil e criminalidade violenta, tendo em vista contribuir para a concretização, nomeadamente, de uma das finalidades da CAIDJCV: *“Efetuar um levantamento prospetivo das principais tendências internacionais ao nível da criminalidade violenta, suas especificidades e respostas/estratégias adotadas”*.

O **capítulo 5** deste Relatório reflete o resultado da **análise estatística** com base em dados da **GNR, PSP, PGR e PJ**. Não obstante uma versão mais completa e detalhada que será plasmada no próximo Relatório, considerou-se essencial que o presente documento pudesse contribuir para uma reflexão mais aprofundada em torno de dados que já são do domínio público, potenciando novos e complementares ângulos de análise.

No **capítulo** seguinte (**6**) constam alguns dados, informações e reflexões decorrentes das **apresentações** efetuadas pelos **membros da CAIDJCV em sede de reuniões plenárias**. Neste ponto, incluíram-se igualmente dados relativos ao Programa Escola Segura.

Tendo por base o trabalho refletido neste **2.º Relatório intercalar** foram, igualmente, identificadas algumas necessidades tendo em vista o aperfeiçoamento das respostas integradas em domínios relevantes para a prevenção e combate à delinquência juvenil e à criminalidade violenta. Assim, o presente documento destina-se a **sistematizar o produto das reflexões** efetuadas até ao momento e a apresentar, em complemento às primeiras linhas de orientação/recomendações já emanadas, **novas orientações/recomendações (capítulo 7)**.

Refere-se ainda, e de forma adicional, que no contexto das 14 reuniões plenárias realizadas pela CAIDJCV, no período que se encontra refletido neste Relatório, 4 foram dedicadas à realização de **8 audições em plenário**<sup>2</sup>, cujos contributos serão refletidos no próximo Relatório da CAIDJCV.

Assim, perspetiva-se que o próximo Relatório venha consolidar todo o trabalho efetuado pela CAIDJCV, apresentando de forma completa as linhas de orientação e recomendações propostas.

---

<sup>2</sup> Estas audições em plenário iniciaram-se em março de 2023, sendo que em alguns destes casos a reunião da CAIDJCV realizou-se ao longo de um dia inteiro (ocorrendo audições de manhã e de tarde).

De seguida são apresentadas algumas notas relativamente à **execução das recomendações já contidas no 1.º Relatório intercalar da CAIDJCV e trabalho subsequente.**

Nesse sentido, importa destacar que foi aprovada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, de 9 de agosto a **Estratégia Integrada de Segurança Urbana [EISU]** tendo-se incluído, na mesma, diversas das recomendações, reflexões e necessidades assinaladas no 1.º Relatório intercalar da CAIDJCV.

Concretamente, e ao nível do Ministério da Administração Interna, destaca-se que **três das recomendações do 1.º Relatório intercalar da CAIDJCV foram diretamente inscritas na EISU.**

Assim, encontram-se a ser elaboradas as especificações técnicas para efeito dos dois estudos a realizar sobre o impacto das redes sociais e o impacto dos órgãos de comunicação social na prevenção/normalização da violência<sup>3</sup> (prevendo-se que os mesmos sejam lançados até ao final do corrente ano) e, no contexto de um conjunto de medidas relativas à promoção da segurança no desporto, ficou igualmente prevista a obrigatoriedade das Forças de Segurança sinalizarem crianças e jovens potencialmente em risco quando expostas a situações de violência<sup>4</sup> (*o que tende a ocorrer sobretudo no desporto não profissional dedicado a essas crianças e jovens*).

**Adicionalmente, a CAIDJCV identificou, no 1.º Relatório intercalar, a necessidade de sensibilizar para a importância de um uso adequado dos meios digitais por parte de crianças e jovens,** de modo a garantir a interação social presencial, a qual é essencial ao seu bem-estar e desenvolvimento harmonioso e, nessa sequência, o **Grupo Coordenador do Programa Escola Segura** (que envolve as áreas governativas da Administração Interna e da Educação) **definiu como tema até ao ano letivo 2023/2024 (inclusive) o “Menos vida virtual, mais vida real”<sup>5</sup>,** de modo a combater os efeitos do uso excessivo dos meios digitais no desenvolvimento das crianças. Dados disponibilizados recentemente pelo Ministério da Educação dão conta de uma elevada adesão das comunidades escolares para apresentação de iniciativas concretas neste domínio.

**Outras reflexões efetuadas em sede da CAIDJCV, ainda no seu 1.º Relatório intercalar foram igualmente vertidas na EISU.** A título meramente de exemplo, dois dos seus eixos são precisamente relacionados com o **Programa Escola Segura** e a **Prevenção e combate à delinquência juvenil**, tendo ficado inscritas medidas específicas relativas à realização de **ações de sensibilização com especial incidência no (cyber)bullying, acompanhamento individual das ocorrências envolvendo violência em contexto escolar e a deteção e intervenção precoce** em crianças e jovens em contextos vulneráveis.

Importa ainda destacar que **os contributos rececionados, designadamente em sede das audições setoriais realizadas pela EISU, foram sendo tidos em conta no desenho da EISU,** pelo que é visível um **alinhamento** entre diversas das **recomendações plasmadas no presente Relatório** e alguns dos **eixos e medidas da EISU.**

Assim, **os contributos da CAIDJCV foram especialmente tidos em conta,** nomeadamente na definição do Plano de Atividades do **Grupo Coordenador do Programa Escola Segura** (apresentado publicamente em fevereiro último) e na **definição da Estratégia Integrada de Segurança Urbana.**

Salienta-se que a EISU tem como campo privilegiado de intervenção os centros urbanos, considerando a tendência mundial de concentração urbana, sem prejuízo da manutenção da segurança e do reforço dos programas especiais que abrangem os espaços rurais.

<sup>3</sup> Recomendações n.º 7 e n.º 8 do 1.º Relatório intercalar da CAIDJCV.

<sup>4</sup> Recomendação n.º 5 do 1.º Relatório intercalar da CAIDJCV: “Obrigatoriedade de as Forças de Segurança e demais entidades com competência em matéria de infância e juventude convocáveis procederem à avaliação da situação de perigo em que se possam encontrar crianças e jovens expostas a situações de violência que se registem no desporto não profissional àqueles dedicado, e de intervirem, na medida das suas legais atribuições nesta matéria, por forma a remover o perigo em que as crianças e jovens se encontrem, ou de, sendo disso caso, sinalizar o mais brevemente possível a situação à CPCJ e ao Ministério Público”.

<sup>5</sup> <https://www.seguranet.pt/sites/default/files/2023-02/Tema%20anual%20Programa%20Escola%20Segura.pdf>

Relativamente a uma outra recomendação<sup>6</sup>, apresentada já no primeiro relatório da CAIDJCV, importa referir que a Coordenadora Nacional da Garantia para a Infância coordenou o **Grupo de Trabalho**, criado pelo Despacho n.º 12853/2022, de 8 de novembro, com o **objetivo de promover a conceção e a aplicação generalizada de um modelo uniforme de avaliação do perigo e o aperfeiçoamento do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo**. O respetivo **relatório final** foi remetido às Ministras Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, da Justiça e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Sublinha-se, ainda, quanto a outra recomendação<sup>7</sup> contida no referido Relatório, que o **Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030** foi aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 3/2023, 17 de janeiro, constituindo-se como documento estratégico que assenta em quatro pilares fundamentais de intervenção, estabelecendo 12 objetivos estratégicos e **76 medidas** de política pública que visam **prevenir e combater a pobreza infantil e exclusão social**, garantindo o acesso das crianças e dos jovens em situação de pobreza a um conjunto de serviços essenciais e promovendo a igualdade de oportunidades e os direitos das crianças e dos jovens.

Antes de finalizar este ponto, a CAIDJCV *manifesta o seu profundo e público agradecimento pela adesão muito elevada que foi constatada e pelos inúmeros e muito relevantes contributos partilhados pelas entidades/profissionais/especialistas presentes nas audições setoriais realizadas e pelos jovens a cumprir medida de internamento em Centro Educativo e seus familiares que foram entrevistados.*

*No âmbito das audições setoriais realizadas, não pode a CAIDJCV deixar de expressar publicamente uma palavra de especial agradecimento pela colaboração prestada por Johnson Semedo, que participou na audição ocorrida a 18 de novembro de 2022, e que, com toda a sua energia e motivação, facultou valiosos contributos, mostrando como vinha iluminando a vida de muitas crianças e jovens, de modo a trilharem caminhos longe da violência.*

---

<sup>6</sup> Recomendação n.º 3: “Atualizar as estratégias de recolha de informação associadas à identificação de fatores de risco/perigo adotadas pelos profissionais dos diferentes setores e entidades que se constituem como interfaces relevantes na prevenção/resposta a situações de violência (ex.: Saúde, Educação, Forças de Segurança, Justiça, Segurança Social e outras entidades representadas nos Concelhos Locais de Ação Social da Rede Social (no âmbito da atuação da Garantia para a Infância), de modo a aperfeiçoar e reforçar as respostas na 1.ª Linha, agilizando a prevenção, sinalização e subsequente intervenção em rede, de forma o mais precoce e integrada possível.”

<sup>7</sup> Recomendação n.º 9: “Articulação das intervenções com as medidas e modelo previsto no Plano Nacional da Garantia para a Infância (*que se encontra em fase final de aprovação*), Estratégia Nacional para os Direitos da Criança e o II Plano Nacional para a Juventude.”



## 2. Audições realizadas por setores

Tal como definido desde o início dos trabalhos da CAIDJCV seria impossível levar a cabo a sua missão sem proceder a um **conjunto de audições, de modo a captar os contributos de diversas entidades/profissionais e especialistas**.

Estava prevista a realização de um conjunto mais limitado de audições por setores, no entanto, e à medida que os trabalhos avançaram, foi sentida a necessidade de se realizarem audições adicionais, de modo a abranger a maior amplitude possível de visões e experiências.

Assim, foram realizadas no total **23 audições setoriais** (16 ocorreram em 2022 e 7 em 2023), organizadas segundo 10 “setores”, envolvendo **100 entidades** e **163 participantes** (ver Figura 2 e Anexo I). Entre este conjunto de participantes constam 21 especialistas que foram convidados independentemente da sua afiliação institucional, pelo que as respetivas entidades não foram contabilizadas.

As 23 audições decorreram ao longo de quatro meses (de 7/11/2022 a 2/3/2023) sob a coordenação de um membro da CAIDJCV (no total, foram 9 os membros da CAIDJCV envolvidos na coordenação destas audições - ver Anexo II).

Tendo em conta a reflexão e análise efetuadas pela CAIDJCV ao longo dos primeiros quatro meses de trabalho foi decidido que importaria auscultar diversos setores, entidades e especialistas.

A prévia seleção das entidades e especialistas a convidar para a realização das audições em subgrupos foi realizada em sede de CAIDJCV com base nas reflexões e sugestões partilhadas nesse contexto. O exato elenco de entidades a convidar para cada audição foi validado no âmbito da CAIDJCV e com a especial colaboração dos/as coordenadores das respetivas audições que colaboraram, igualmente, na organização das mesmas (muitas vezes, por via da facilitação de contactos com as entidades/especialistas a convidar<sup>8</sup>).

Desde logo, foi identificada a necessidade de ouvir **especialistas do meio académico** com percursos profissionais e produção científica especialmente relevantes no domínio da delinquência juvenil e criminalidade violenta. Procurou-se envolver especialistas académicos de diversas regiões do país, de diferentes afiliações académicas e de diferentes áreas de conhecimento. Foram 9 os especialistas académicos que participaram nas 2 audições realizadas para este setor<sup>9</sup>.

Outros setores foram também imediatamente identificados pela CAIDJCV para efeitos destas audições: Segurança e Justiça; Educação; Saúde; Setor Social e Sociedade Civil; e Desporto e Igualdade. Todos estes setores são essenciais, uns numa fase mais precoce de prevenção e intervenção nas situações de violência, e outros em fases mais intermédias ou mais avançadas, sendo que a soma de todos estes setores é maior do que a soma das partes, e a integração e a articulação entre intervenções constituem-se como peças-chave.

---

<sup>8</sup> A este nível, assinala-se igualmente a disponibilidade e colaboração do Gabinete do Cibercrime da PGR na facilitação de contactos com entidades internacionais a convidar para a audição relativa aos meios digitais.

<sup>9</sup> Refira-se que a primeira destas audições se realizou no Porto em instalações cedidas pela CM Porto. Todas as restantes audições, deste e dos outros setores, realizaram-se nas instalações do Ministério da Administração Interna (Praça do Comércio - Lisboa).



Figura 2: Audições realizadas por setor e número de entidades e de participantes envolvidos<sup>10</sup>

\*Audição realizada por ser considerada, no país, a área com maior histórico ao nível de intervenção social/comunitária.

No âmbito da **Segurança Interna e da Justiça** foram organizadas **3 audições**, envolvendo um total de **10 entidades** e **18 participantes**. A primeira audição abrangeu entidades da área da Segurança Interna não representadas na CAIDJCV (GSG-SSI, SEF e SIS), uma segunda audição foi realizada com entidades da área da Justiça igualmente não representadas na CAIDJCV (CPVC, DGAJ e INMLCF, I.P.)<sup>11</sup> e a terceira audição contou com profissionais de entidades representadas na CAIDJCV (GNR, DGRSP, PJ e PSP), mas de diferentes valências. No caso das Forças de Segurança procurou ouvir-se profissionais, quer das valências de prevenção criminal e policiamento de proximidade, como da investigação criminal e da valência da manutenção e reposição da ordem pública. Ao nível da Polícia Judiciária, foram ouvidos responsáveis ao nível da investigação de homicídios, crimes sexuais e roubos. No âmbito da DGRSP foram auscultados, nesta audição, representantes de um Centro Educativo (Padre António de Oliveira) e do Estabelecimento de Prisional (Leiria - jovens).

Ao nível do setor da **Educação** realizaram-se **4 audições**, envolvendo **15 entidades** e **24 participantes**. Na primeira audição estiveram envolvidos representantes da DGE, do Conselho das Escolas, de um agrupamento de escolas (de Santo António - Barreiro) e ainda duas associações ligadas aos diretores/dirigentes escolares (a ANDAEP e a ANDE). No âmbito da segunda audição, foram essencialmente

<sup>10</sup> O total apresentado (100 entidades e 163 participantes) tem em conta as distintas entidades e distintos participantes ouvidos (situações em que a mesma pessoa tenha participado em diferentes audições ou que a mesma entidade tenha estado representada em diferentes audições foram apenas contabilizados uma vez - por este motivo o total de entidades e o total de participantes que se encontram na parte central da figura 2 são ligeiramente inferiores aos totais que resultam da soma dos valores constantes nas restantes partes da figura).

<sup>11</sup> Por impossibilidade de agenda, a DGPJ não esteve presente nesta Audição, não obstante disponibilizou-se para colaborar com a CAIDJCV, facultando, nomeadamente dados estatísticos que disponha no âmbito do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça. Assim, e na sequência da receção desses dados, perspetiva-se que no próximo Relatório da CAIDJCV seja possível integrar resultados com base na análise dos mesmos.

ouvidos representantes da área do Ensino Superior (DGES e duas associações académicas), da PSP no contexto do Programa Universidade Segura e ainda a CONFAP. A terceira audição foi dedicada a ouvir 5 jovens com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos, oriundos de diferentes regiões de Portugal Continental, os quais são conselheiros habitualmente ouvidos pela CNPDPCJ. Para o efeito foi obtida a especial colaboração da CNPDPCJ que agilizou os contactos com estes jovens e seus familiares, de modo a obter os respetivos consentimentos. Por fim, a quarta audição da área da Educação abrangeu a Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais da RA Açores, entidades ligadas ao ensino profissional (IEFP, I.P. e a ANESPO), uma associação representativa dos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo (AEEP), contando ainda com a participação da Casa Pia de Lisboa<sup>12</sup> e do Professor Doutor João Sebastião (que, designadamente, esteve ligado ao então designado Observatório da Segurança Escolar). Na área da Educação procurou-se assim, abranger a visão das escolas; dos professores; dos dirigentes escolares; dos pais e encarregados de educação; das crianças e dos jovens, no âmbito do ensino obrigatório e do ensino superior, do ensino profissional, do ensino particular e cooperativo; as Direções-Gerais da Educação e do Ensino Superior e ainda a PSP (por via do Programa Universidade Segura) e um especialista na área da Segurança Escolar.

No âmbito do setor da **Saúde**, foram igualmente realizadas **4 audições**, envolvendo **17 entidades e 34 participantes**. A primeira audição foi dedicada a ouvir a DGS, o INEM, I.P., os serviços de urgência de três hospitais centrais de várias regiões do país, duas especialistas na área da pedopsiquiatria e ainda a CAERIC. A segunda audição centrou-se em recolher contributos no domínio de entidades e profissionais ligados à área das dependências (continente, RAA e RAM) e ainda de representantes das ARS. Posteriormente, realizou-se uma terceira audição que envolveu representantes das coordenações regionais ao nível da saúde mental, de modo a obter-se um retrato mais específico da realidade de cada região. Por fim, a quarta audição foi dedicada a ouvir a Ordem dos Médicos e a Sociedade Portuguesa de Suicidologia<sup>13</sup>.

No âmbito do **Setor Social e Sociedade Civil** foram realizadas **2 audições**, envolvendo **12 entidades e 18 participantes**. A primeira audição foi dedicada a ouvir algumas das organizações da sociedade civil com forte intervenção na área social, designadamente nas áreas ligadas aos temas em análise (APAV, CNIS, IAC, IPAV, PAJE, *Pressley Ridge* e UMP). Na segunda audição procurou-se envolver entidades do setor público: ISS, I.P, SCML e as entidades responsáveis a este nível nas Regiões Autónomas: ISSA, I.P. e ISSM, I.P.

No setor do **Desporto e da Igualdade**, designação abrangente mas que tem naturais interseções com a área abrangida no já indicado setor Social e Sociedade Civil, foram realizadas **3 audições**, envolvendo **23 entidades e 27 participantes**. A primeira audição foi dedicada a ouvir entidades públicas como a CIG e o ACM (Programa Escolhas), tendo sido ouvidas igualmente diversas outras organizações que desenvolvem projetos no domínio da Igualdade (ex.: ILGA e Grupo de Teatro Oprimido) e ou da intervenção ao nível da prevenção e combate à delinquência juvenil/criminalidade (ex.: Academia do Johnson, Casa da Música e Fundação Calouste Gulbenkian), assim como a Domus Social (Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto) e representantes de associações de moradores de dois bairros da cidade do Porto. A segunda audição abrangeu outras entidades relevantes e dedicadas a comunidades específicas, como sejam a ACAS (comunidade luso-caboverdeana), a AMEC, a AMUCIP e as Letras Nómadas (comunidade cigana), envolvendo ainda a Gebalis (Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa) e a Câmara Municipal de Setúbal. A última audição deste setor foi dedicada a ouvir entidades e profissionais com especial enfoque no Desporto<sup>14</sup> (enquanto “palco” da ocorrência de situações de violência mas, sobretudo, como contributo fundamental ao nível da ocupação dos tempos livres das crianças e jovens e

---

<sup>12</sup> A Casa Pia de Lisboa foi convidada para participar na audição relativa à área da Segurança Social, no entanto, tal não foi possível, pelo que esta entidade foi convidada a participar na 4.ª audição da área da Educação.

<sup>13</sup> Refira-se que estava prevista a audição da Ordem dos Psicólogos nesta 4.ª audição da saúde, no entanto por impossibilidade, esta entidade foi integrada na audição final (outras Organizações).

<sup>14</sup> Refira-se que por impossibilidade de integrarem esta audição, duas entidades ligadas a esta área do Desporto foram ouvidas na audição final - “outras organizações” (APCVD e CML- projeto “Desporto mexe comigo”).

na transmissão e prática de valores que ajudam a prevenir e a combater tais situações de violência). Assim foram ouvidos o Agrupamento de Escolas do Cerco, no Porto (escola que integra a rede de escolas do Programa de Educação Olímpica do Comité Olímpico de Portugal), a APAF, a Cais Futebol de Rua, a CM Porto (projeto “Desporto no Bairro”), a FPF, a LPF e a *Social Innovation Sports*.

No âmbito da reflexão efetuada pela CAIDJCV nos primeiros meses do seu funcionamento concluiu-se pela pertinência de se proceder a uma audição específica a **entidades da área da Cova da Moura/Amadora**, por se constituir como a zona do país com maior histórico ao nível de intervenção social/comunitária, facto que importava à CAIDJCV analisar de forma mais detalhada (resultados alcançados e desafios existentes/persistentes). Assim, foi realizada **uma audição** envolvendo **9 entidades** com intervenção ao nível da Cova da Moura/Amadora, abrangendo 9 participantes. Para efeitos da organização desta audição foi obtida a colaboração da CM Amadora que sinalizou e facilitou a disponibilização de diversos contactos. Esta audição contou com a presença da CM Amadora, da JF águas Livres, da CPCJ da Amadora, da PSP (divisão da Amadora), de representantes de dois agrupamentos de escolas, de representantes do ACES da Amadora e do serviço local da Segurança Social e, ainda, da representante de uma associação de apoio local (a ASSACM).

Atendendo ao objeto de análise da CAIDJCV, seria igualmente essencial ouvir especialistas na área da Juventude, entidades dedicadas a estudar as suas realidades e representantes dos jovens. Por outro lado, e tendo em conta a importância que os “íolos juvenis” desempenham ou podem desempenhar na sensibilização dos jovens e na transmissão de mensagens relevantes, considerou a CAIDJCV, igualmente oportuno, ouvir a visão e experiência de alguns desses íolos. Assim, no âmbito do aqui designado setor “**Jovens e Íolos Juvenis**” realizaram-se **2 audições**, envolvendo **3 entidades e 8 participantes**. A primeira audição foi dedicada a ouvir especialistas como o psiquiatra e professor jubilado Daniel Sampaio e a Professora Doutora Margarida Gaspar de Matos, representantes do CNJ, da FNAJ e do Observatório Permanente da Juventude. Na segunda audição contou-se com a colaboração de dois artistas - músicos: Dino D’Santiago e Vado<sup>15</sup>.

Tendo em conta a importância dos **OCS** e dos **meios digitais**, quer ao nível do papel que podem desempenhar em termos de prevenção e combate à violência, quer dos efeitos que podem ter em termos de banalização dessa mesma violência e, constatando que, designadamente o meio digital/virtual assume uma centralidade na vida de muitas crianças e jovens, considerou a CAIDJCV que seria fundamental ouvir entidades nestes domínios de modo a captar as respetivas visões e realidade em termos das respetivas intervenções nesta área. Assim, foi realizada **uma audição** que envolveu **5 entidades e 6 participantes** (a APAV - Linha Internet Segura e Unidade de Cibercrime, o CNCS, a Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social, a Meta - entidade responsável por três das mais utilizadas redes sociais - *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp* e a SGPCM - área das políticas de comunicação social).

Por fim, foi realizada uma audição relativa a “**Outras organizações**”, envolvendo **9 entidades e 11 participantes**. Foi a última audição realizada (a 23.<sup>ª</sup>), tendo-se procurado integrar entidades/participantes que não puderam participar em audições anteriores (ex.: OPP, APCVD e CML), bem como entidades não “enquadradas” diretamente nos setores abrangidos nas audições realizadas (ASAE, DGAL, ANMP, ANAFRE, CNE e AEP).

Importa destacar que existe naturalmente uma intersecção entre os vários setores no sentido em que especialistas ouvidos num setor também se encontram ligados a outro setor aqui considerado (ex.: alguns dos participantes nas audições do setor dos “Jovens e Íolos Juvenis” também são especialistas académicos,

---

<sup>15</sup> A seleção dos íolos a convidar teve por base uma lista remetida pelo IPDJ, I.P. contendo um elenco de *influencers* indicado por jovens que participam em projetos implementados em contexto de centro educativo e no estabelecimento prisional do Linhó (projetos dirigidos a públicos juvenis).

embora os seus contributos não tenham sido recolhidos no contexto da audição específica para o setor académico).

Salienta-se que estas audições procuraram obter uma visão de 360 graus sobre as temáticas em apreço, podendo naturalmente outras entidades/profissionais e especialistas ter sido igualmente ouvidas para o efeito. A CAIDJCV reitera que as entidades e os participantes envolvidas nestas audições são apenas uma parte, que se procurou ser o mais abrangente e completa possível, desse universo mais vasto.

Para efeitos da realização destas audições foi utilizado um guião orientador contendo linhas gerais a ter em conta/questionar, as quais foram desdobradas para a delinquência juvenil e para a criminalidade violenta (mas que por uma questão de simplificação foram aqui agrupadas):

- *Quando pensa na realidade atual da delinquência juvenil/criminalidade violenta em Portugal, o que gostaria de destacar?*
- *Que alterações relevantes identifica nos últimos 5 anos no domínio da delinquência juvenil/criminalidade violenta?*
- *Quais os principais desafios na atualidade e eventuais questões emergentes a ter em conta no âmbito da delinquência juvenil/criminalidade violenta?*
- *Que experiências e práticas de sucesso conhece e possa recomendar em termos de prevenção/intervenção ao nível da delinquência juvenil/criminalidade violenta?*
- *Outras recomendações/orientações que gostaria de deixar à CAIDJCV?*

Consoante a natureza do setor e entidades envolvidas nas audições foram sendo introduzidos ligeiros ajustes/adaptações ao Guião.

Após a autorização dos participantes, as audições foram gravadas, tendo-se ressalvado que as gravações se destinavam apenas ao trabalho interno da CAIDJCV.

Em quase todas as audições, outros membros da CAIDJCV acompanharam as mesmas (em modo presencial e/ou por VTC), colocando pontualmente as questões adicionais que se afiguraram relevantes.

A esmagadora maioria das entidades/especialistas correspondeu positivamente ao convite que lhes foi endereçado pelo GSEAI e participou ativamente e, nos casos, em número muito diminuto, em que tal não ocorreu, tal sucedeu essencialmente devido a outros compromissos que haviam sido previamente assumidos por parte das entidades/especialistas. A maioria das audições realizadas em subgrupos excedeu o tempo inicialmente previsto (3 horas), sendo que a maior parte dos participantes, apesar da hora mais tardia, manteve-se até ao final da sessão.

#### **Em síntese:**

- As audições realizadas envolvendo os setores da **Segurança e Justiça; Educação; Social e Sociedade Civil; Saúde; e Desporto e Igualdade** refletem cerca de **três quartos (74%) do total de participantes envolvidos;**
- Para além destes setores, foram ouvidos **especialistas do meio académico**, entidades e especialistas da **área da Juventude** e ainda **outras organizações**, nomeadamente ligadas aos **órgãos de comunicação social e meios digitais;**
- Foram ouvidas **100 entidades** diversas e **163 participantes** distintos (onde se **incluem 21 especialistas, convidados** independentemente da respetiva afiliação institucional;

- Média de 7 participantes por audição;
- **Mais de 70 horas de audições** (*audições com duração prevista de 3 horas*). *Esmagadora maioria das audições durou mais de 3 horas, pelo que o número de horas estimado é indicado por defeito. Apenas quatro audições tiveram uma duração prevista inferior a 2 horas - entidades/participantes foram ouvidas em audições separadas que decorreram no mesmo período - manhã ou tarde;*
- **Quase todas as audições decorreram em formato híbrido** (possibilidade de participação presencial e por videoconferência (exceto 2 que decorreram exclusivamente de forma presencial e 1 apenas em modo de videoconferência). **Quase 2 terços (64%) dos participantes foram ouvidos presencialmente** (tendo os restantes 36% participado *online*);
- Em diversos setores, e sempre que possível, **procurou ouvir-se diferentes regiões de Portugal Continental e das Regiões Autónomas**;
- Vários participantes das audições remeteram, *a posteriori*, contributos complementares em suporte escrito.

Tendo em conta o elevado volume de informação recolhido nas 23 audições realizadas em subgrupos, procurou sintetizar-se e organizar o mesmo<sup>16</sup>. Para o efeito, foram elaboradas sínteses correspondendo aos 10 conjuntos de audições setoriais realizadas e elencadas potenciais recomendações a formular a partir deste material. Tais resumos e potenciais recomendações foram disponibilizados aos diversos membros da CAIDJCV, de modo a apoiar a elaboração deste 2.º Relatório intercalar e, mais concretamente, a formulação de novas recomendações/linhas de orientação.

Por último, importa destacar que as temáticas em apreço suscitaram uma adesão muito elevada e muito empenho na partilha de reflexões e contributos com a CAIDJCV.

O empenho e preocupação dos diversos profissionais, sobretudo com a temática da delinquência juvenil, numa aceção ampla desta expressão, foram notórios. Verificou-se, assim, uma elevada mobilização geral para procurar melhorar e aperfeiçoar as respostas existentes. Esta esperança e mobilização, espelhadas nos contributos rececionados, constituem efetivamente um forte impulso para o esforço coletivo e caminho que são ainda necessários trilhar.

## 2.1 Contributos comuns a diversos setores<sup>17</sup>

Como visão geral de todas as audições setoriais realizadas pode afirmar-se que existe uma **consciência clara em todas as áreas/entidades de que o seu papel na prevenção e combate à delinquência juvenil e criminalidade violenta é muito limitado**, não devendo estar “sozinhas” na resolução das situações e que o trabalho articulado, e em rede, é essencial.

Apesar deste **reconhecimento da centralidade do trabalho articulado e em rede**, a perceção generalizada, não obstante a constatação de avanços e da existência de realidades em que tal articulação é mais efetiva, apontam-se inúmeras dificuldades para efeitos da sua operacionalização, observando-se que, de acordo

<sup>16</sup> Refira-se que estes resumos foram realizados com base nos contributos elaborados pelos coordenadores das respetivas audições, procurando-se sobretudo sistematizar e harmonizar a organização da informação recolhida.

<sup>17</sup> Neste ponto 2.1 e no 2.2 surgem entre aspas transcrições de frases ou excertos de frases proferidos por participantes nestas audições.

com os contributos recebidos, muitas entidades/profissionais se sentem, na realidade, muito “sozinhas” nas intervenções neste domínio.

Foram sinalizados **inúmeros projetos/iniciativas na área da prevenção e combate à delinquência juvenil** cuja relevância será inquestionável (ver Anexo III). No entanto, muitos deles têm ainda uma implementação muito limitada no tempo e no espaço geográfico, decorrente de financiamentos específicos e ou de parcerias temporárias que são estabelecidas, resultando sobretudo de uma maior proatividade profissional de algumas entidades e ou dos seus profissionais.

Por outro lado, a necessidade de **mapear os recursos/respostas/projetos existentes e a partilha e disseminação de práticas de referência** foi reiterada em diversas audições, uma vez que são efetivamente muitas as iniciativas existentes, mas muitas vezes não conhecidas por parte de quem tem de intervir ou planear as intervenções.

De igual forma, foi reconhecida a necessidade de um **planeamento mais adequado** e de apoio a esse nível, de modo a corresponder às necessidades de cada território/população, evitando-se sobreposição de intervenções por parte de entidades/profissionais diferentes, o que se constitui como um desperdício dos meios existentes.

Existem locais/contextos em que o nível de intervenção é mais intenso (convergindo em simultâneo diversos programas e projetos) do que em outros, no entanto tal pode não corresponder a uma maior eficácia, uma vez que existem lacunas ao nível do trabalho articulado e em rede, devendo potenciar-se/rentabilizar-se os recursos já existentes, evitando a sobreposição de intervenções.

A necessidade de **avaliação de resultados (e de impacto) ao nível dos projetos/iniciativas implementadas** foi um aspeto igualmente reiterado, sendo informação essencial para a tomada de decisões acerca do reforço/disseminação, ou não, de tais projetos/iniciativas.

Foi amplamente sublinhado nas diversas audições a importância de uma **intervenção precoce**, de modo a minimizar a probabilidade de surgimento de percursos de desvio, tendo sido reiterado que se deve atuar perante os primeiros sinais, designadamente em contexto escolar, de forma a evitar uma escalada na gravidade das situações e seu impacto, quer ao nível da vida dessas crianças/jovens e suas famílias, quer ao nível da comunidade.

De forma generalizada foi, ainda, sublinhada a existência de **sinais de agravamento da realidade em termos pós-pandémicos**, com maior agitação, menor tolerância, maiores níveis de agressividade, nomeadamente por parte de crianças/jovens no contexto escolar e a **necessidade de promoção de competências sociais e emocionais** e de **programas de educação parental/parentalidade positiva**.

Em alguns setores ficou patente a perceção generalizada da existência de um **sentimento de impunidade por parte dos jovens que cometem atos de delinquência**, ou seja, uma “ausência” de resposta ao nível do Sistema de Justiça Juvenil, por falta de celeridade na reação e definição de respostas e ou pela existência de respostas que se revelam ineficazes.

Em diversas audições foi ainda salientada a necessidade **de responsabilizar mais os pais/encarregados de educação**, no sentido de exercerem de forma mais efetiva o seu papel de **acompanhamento das crianças/jovens e de educação para os valores do Direito**. Neste âmbito, foi indicado que seria importante existir de alguma forma o **cruzamento de informações por parte de diversos setores do Estado**, de modo a encontrarem-se soluções tendo em vista potenciar o reforço do exercício deste papel de responsabilização parental.

Assinala-se, em termos globais, a existência de visões diferenciadas entre a eficácia da resposta ao nível da medida de **internamento em Centro Educativo** e das demais medidas previstas na Lei Tutelar Educativa em

termos de educação para o Direito (ex.: acompanhamento educativo), sendo as primeiras vistas amplamente como **mais eficazes** do que as segundas.

A necessidade de **reforço de meios, designadamente humanos** foi apontada igualmente, reconhecendo-se, também, a **necessidade de otimização e articulação dos atualmente existentes, de modo a evitar-se a sobreposição de intervenções sobre uma mesma criança/jovem e sua família.**

De forma também muito consensual, foi mencionada a necessidade de reforço ao nível das respostas/apoios em termos de **saúde mental** no contexto do **SPP e do STE**, bem como, de forma global, no apoio a dirigir às **crianças/jovens e respetivas famílias**, de modo a ser efetuado um **trabalho multidisciplinar de proximidade**, quer ao nível das **escolas e unidades de saúde**, quer ao nível do trabalho direto com as comunidades através de **visitas domiciliárias**.

Por outro lado, em alguns setores e áreas a **necessidade de recursos humanos** foi abordada como sendo algo estrutural, carecendo de **reforço urgente**, - a título de exemplo: **profissionais nos Centros Educativos e nas equipas de reinserção social, pedopsiquiatras**, em particular em algumas regiões do país e **psicólogos**, designadamente no contexto dos cuidados de saúde primários e nas escolas.

Em diversas audições foi, igualmente, reiterada a necessidade de **reforço do acompanhamento dos jovens e respetivas famílias/contextos**, de modo a que **quando cessa a medida de internamento em CE** se minimizem as probabilidades de reincidência, evitando-se “desperdiçar” o elevado investimento efetuado para educar cada um destes jovens para o Direito e para a obtenção de uma mudança de “rumo” nas suas vidas.

Importa destacar que a perceção existente é a de que **quando uma criança/jovem é sinalizada /encaminhada para o SPP ou STE, ou para uma intervenção a nível pedopsiquiátrico, se verifica uma tendência de “desresponsabilização” por parte dos restantes profissionais e entidades**, uma vez que consideram que o caso está e ser “tratado” nessas instâncias. No entanto, e para que existam mudanças efetivas, importa que todo o “sistema” continue a apoiar, cada um da sua forma e de modo integrado, a intervenção necessária.

Em diversas audições a tónica foi colocada também ao nível da necessidade de **reforço da formação dos diferentes profissionais** que intervêm nestes domínios, sensibilizando para as questões relacionadas com a **delinquência juvenil, comportamentos antissociais** e de modo a **combater estereótipos** que ainda persistam sobre determinados territórios com populações em situação de especial vulnerabilidade.

A **influência do meio digital** no comportamento das crianças e jovens e respetivas famílias foi igualmente reiterada como um elemento transformador das dinâmicas interpessoais, apontando-se essencialmente os seus efeitos negativos ao nível do desenvolvimento e comportamento das crianças e jovens, decorrente da sua elevada exposição aos ecrãs, e que é realizada maioritariamente sem o necessário acompanhamento/enquadramento parental ou por parte de outro adulto de referência.

A necessidade de **melhoria dos dados existentes**, a sua extração e a utilização de informação a partir dos mesmos, bem como a **carência de sistemas informáticos** que possam dar apoio sustentado em prol de uma efetiva análise compreensiva das realidades e dos casos, **potenciando o trabalho em rede e integrado**, foi igualmente assinalado em diversas das audições.

A **duração dos projetos de prevenção/intervenção na comunidade**, de modo a garantir um trabalho continuado com as crianças/jovens e famílias, foi um tema recorrente nas audições, sublinhando-se que projetos de curta duração e cujos processos de renovação implicam descontinuidade nas intervenções acarretam custos significativos ao nível da confiança e manutenção da adesão dos seus destinatários (“por vezes há interregnos nos projetos e os bairros ‘fecham-se’... “sentem-se abandonados”).

Os desafios, e oportunidades, acrescidos que o **número crescente de migrantes e refugiados**, designadamente em contexto escolar, implicam, foram aspetos também mencionados nas audições.

Ao nível da atuação policial, e em concreto das Forças de Segurança, **a importância do reforço do policiamento de proximidade** e de todas as iniciativas que a esse nível contribuem para aumentar a confiança das populações nas FS, designadamente no contexto de territórios que apresentam vulnerabilidades acrescidas, foi reiterada.

De algum modo revelador da necessidade sentida por diversos **profissionais** em termos de reflexão e articulação conjunta, foi o facto de que vários **sublinharam a relevância deste tipo de audições**, no sentido em que as mesmas, **através do seu formato**, possibilitavam um momento de efetiva troca de visões e aprendizagens e que **gostariam de continuar a participar neste tipo de iniciativas, de forma regular**.

## 2.2 Contributos específicos de cada setor

### 2.2.1 Especialistas do Meio Académico

Neste setor foram partilhadas algumas noções gerais tendo em vista uma **análise compreensiva das realidades** em apreço, tais como o facto de que os jovens que agora demonstram maiores níveis de violência terão sido eles próprios vítimas no passado (“os contextos são tão problemáticos que os jovens não vêm outra alternativa: ou se tornam agressores ou vítimas” (“a maioria destes jovens tem **histórias de negligência de afetos**”).

Por outro lado, foi salientado que há **jovens que, mesmo sem fatores de risco precoces, estão vulneráveis à transgressão** (ex.: falta de maturidade, mais influenciáveis) e que importa ter em conta que **nem todos os jovens que praticam atos de violência são provenientes de zonas mais desfavorecidas**.

Neste setor emergiram preocupações particulares com a **necessidade de intervenção precoce junto das famílias**, em particular junto das especialmente vulneráveis (a importância dos primeiros mil dias de vida), com a **promoção de competências sociais e emocionais** em idades próximas dos 5-6 anos (intervenção universal) e, ainda, a importância de **medidas de apoio aos pais** para poderem acompanhar mais e melhor as crianças/jovens (ex.: semana de trabalho de 4 dias; apoio das autarquias locais para que as crianças/jovens não fiquem “abandonadas” enquanto os pais trabalham; escola para pais). A **generalização de programas nas escolas destinados à promoção de competências/prevenção da violência** foi considerada como algo essencial.

O papel da escola é visto como incontornável e foi indicada a **pertinência de ferramentas que medem o clima escolar** e que possam apoiar uma certificação das escolas neste domínio, bem como a necessidade de encontrarem **medidas disciplinares aplicáveis dentro das escolas** (“ao contrário das suspensões que mandam os jovens para casa”).

Os **dados estatísticos oficiais disponíveis sobre a delinquência juvenil e a criminalidade violenta** são percecionados como **insuficientes** e muitas vezes contraditórios, o que não facilita o trabalho académico de investigação que possa ser realizado tendo por base tais dados, sendo sublinhada a importância de estes serem de qualidade e constarem em repositórios num formato “aberto”. Por outro lado, foi sublinhada a necessidade de adoção de uma efetiva **cultura de avaliação dos projetos implementados**.

Foi referida a existência de **desarticulação ao nível dos estudos produzidos** em Portugal e que alguns ficam “condenados ao anonimato”. É sentida a necessidade de realização de alguns **estudos em específico** (ex.: influência das redes sociais/mundo digital; trajetórias ao nível da delinquência feminina; sobre vítimas de crime para melhor compreensão dos fenómenos criminais; sobre violação - crime que tem aumentado em Portugal; sobre a violência psicológica na criminalidade violenta); de alguns **ajustes nas políticas de financiamento dos estudos e sua posterior divulgação pública**, bem como a necessidade de que os **estudos avaliativos realizados** (e respetivas recomendações) **sejam efetivamente tidos em conta** na (re)definição das políticas públicas (“estudos vão diretos para as bibliotecas dos serviços”).

Surgiram reflexões e propostas em torno da **criação de um observatório da delinquência juvenil** e de uma **estratégia nacional de prevenção e combate à delinquência juvenil**, sendo ainda sublinhada a necessidade de realização de **inquéritos de delinquência autorrevelada**.

Alguns especialistas apontaram que atualmente existe uma **banalização da violência, sinais de menores níveis de empatia nas gerações mais novas**, estando os jovens mais focados em si próprios (estes últimos aspetos que importarão estudar de forma específica).

De igual forma foi sinalizada a importância do **envolvimento dos órgãos de comunicação social na discussão** em torno destes temas, tendo em conta a influência que exercem, muitas vezes de forma menos positiva, ao nível das perceções sobre a violência e os respetivos contributos para efeitos da “banalização da violência”.

A necessidade de **qualificação e especialização em matérias ligadas à delinquência juvenil em meio académico** (mestrados e doutoramentos) e a relevância de existir **uma rede de profissionais especializados para intervirem na comunidade** foram aspetos salientados.

A importância de se **atuar sobre** os autores da violência, as suas vítimas e sobre os **observadores** foi reiterada, devendo ao nível destes últimos, que são geralmente em maior número, **promover a respetiva responsabilização**.

Foi ainda apontada a “ausência de um modelo nacional de prevenção da delinquência juvenil”, tendo sido destacado que os **técnicos precisam de ter um modelo de atuação concertado e de saber como lidar com os desafios relacionais** que estes jovens colocam diariamente.

Sinalizou-se a necessidade de um **reforço dos meios para o Programa Escola Segura** tendo em conta o seu papel central nesta área, a importância das **políticas públicas incidirem em especial nos territórios de proveniência dos jovens reclusos que se encontram no Estabelecimento Prisional de Leiria** (ex.: zonas suburbanas de Lisboa), a relevância de **aumentar a atratividade dos currículos escolares e de uma estratégia concertada para combater o absentismo escolar** e os **comportamentos mais graves** e a pertinência da **criação de uma rede estratégica** que concilie os vetores protetivos e tutelares.

Foi ainda apontada a necessidade de que seja **mantido um diálogo com a Academia de forma sistemática e estruturada** e que a **partilha e audição de entidades** seja efetuada de forma **regular**.

## 2.2.2 Segurança Interna e Justiça

Nestas audições sobressaíram indicações de um **agravamento da severidade da violência**, decorrente de um aumento da apreensão de **armas brancas**; **incremento da violência em caso de conflito** (“por qualquer coisa há logo uma facada”); diversas situações de **violência sexual** em que os **abusadores são menores**; elevada frequência de **roubos com recurso a arma de fogo** e praticados de forma **mais precoce** (16-17 anos); aumento de crimes graves contra as pessoas onde existe **“violência gratuita”** (“o objetivo não é obter dinheiro, mas sim a violência gratuita”) e **maior intervenção dos jovens** (“criminalidade violenta sempre houve, o que é novo é o número de jovens a praticar”; criminalidade grupal com **grande difusão nas redes sociais** (“combinam nas redes sociais onde vão assaltar”); “desrespeito pelo valor da vida”- de forma global denotam o surgimento de ocorrências com contornos mais violentos, praticadas de forma precoce e com consequências mais gravosas para as vítimas. Foi igualmente assinalado um **aumento da violência de geração para geração** (situações em que o mesmo agente está a investigar o filho de alguém que já foi investigado/detido no passado).

Foi sinalizada a existência de uma **assimetria no país em termos deste tipo de criminalidade** (“Lisboa, Setúbal e Algarve não têm nada que ver com o resto”; “Braga tem mais habitantes que Setúbal e não tem os números da criminalidade de Setúbal”). Foram feitas referências à criação e existência de **gangues** em alguns bairros - **zonas mais sensíveis** com critérios de identidade muito vinculados -, surgimento de “guerras” entre gangues (“realidade importada dos Estados Unidos da América”), existindo “provas para entrar no gangue”/“pactos de silêncio”, um **cultivo de mensagens de ódio** através de vídeos musicais, com exibição de armas e menção a nomes de agentes da autoridade... Neste contexto foi referida a existência de uma base de dados (criada pelo SSI e pelos OPC) de apoio à intervenção operacional onde estão sinalizados 17-20 grupos e 700 jovens.

Foram refletidas, igualmente, algumas ideias quanto às **raízes profundas da adesão às realidades grupais**: “vão buscar ao gangue o que não têm em casa”, “falta de valores familiares e de supervisão parental”, “ausência dos pais na educação fruto do seu trabalho... passam a maior parte do tempo sozinhos”, “crianças desprovidas dos valores de vida em sociedade”, ausência de atividades de ocupação dos tempos livres situações de extrema pobreza, distanciamento social, tráfico de droga e recrutamento interno nas zonas urbanas sensíveis.

Surgiram diversas referências ao contexto escolar, apontando-se, designadamente, que **entre o 5.º e o 6.º anos “há um escalar da violência”**, assinalando-se que as escolas com melhores resultados são as que têm recursos humanos específicos, como sejam vigilantes e psicólogos, e onde existe uma boa articulação entre a escola e as FS. Por outro lado, alguns participantes reportaram a existência de **situações em que as escolas não reportam as ocorrências ao PES**, “para não verem o ranking diminuído”, e de **ausência de sinalização das crianças às FS quando estas faltam à escola, sobretudo em algumas faixas etárias** (“quando uma criança de 8-9 anos falta à escola, a escola avisa a FS, quando já tem 14-15 anos já não sinaliza – “a própria escola não os quer lá...”).

Foi salientado, de forma particular, a existência de um **sentimento de impunidade por parte dos jovens** que praticam atos qualificados pela lei como crime e a perceção de **ausência de consequências ao nível das ocorrências participadas ao Tribunal de Família e Menores** (“há crianças que têm 2 e 3 ITE e nada acontece”, “caem num saco sem fundo”, “miúdos só vêm papel...”).

De igual forma, foi referenciado um **aumento dos crimes não reportados**, designadamente de crianças que não dizem aos pais por medo de represálias dos autores das agressões; **dificuldades ao nível dos reconhecimentos** (geralmente dizem que não conhecem os autores); os jovens que foram alvo de tiros/facadas são poucos em palavras.

A referência ao **contexto digital** foi igualmente sinalizada (“criminalidade juvenil - nada disto é novo, tem é roupagens novas potenciadas pelas redes sociais”), bem como o **papel dos órgãos de comunicação social** (enfoque em notícias de violência em horários nobres).

Os participantes indicaram igualmente a **ausência**, por parte das gerações mais novas, de **respeito pela hierarquia, pelas Forças de Segurança e pelos mais velhos de forma geral** (“não acatam ordens”).

Preocupações ao nível do surgimento de mais **casos de violência filio-parental** (ex.: “situações de mulheres ativas que são agredidas por filhos de 18-20 anos por motivos fúteis”, “situações em que o pai agressor já não está em casa e os filhos ficam com a mãe mas acabam por adotar comportamentos agressivos tal como o pai”) e de situações de **violência no namoro** envolvendo *stalking* e *ciberstalking*.

Foram também relatadas situações de algum **“atraso” ou “desproporção” na administração da justiça** - situações em que as FS têm de cumprir mandatos de detenção por factos praticados há 6 anos (“quando o jovem até já está a trabalhar”) e, por outro lado, casos em que, **decorrente do regime de concurso de penas e de cúmulos**, “de repente, têm de cumprir 18 anos de prisão”, “começaram a praticar crimes muito jovens e nunca tiveram a perceção da mensagem que o Sistema de Justiça queria transmitir”, o “sistema não os obrigou a parar” pelo que, **quando se intervém (Sistema de Justiça), é já com grande severidade** (antagónica ao sucedido anteriormente). Com base neste tipo de situações foi aventada a pertinência de se equacionar da possibilidade de aplicação de penas curtas de prisão (“é mais eficaz 2 meses de pena efetiva de prisão do que 2 anos de pena suspensa”).

Ao nível da intervenção dos **centros educativos** foi salientada a **escassez de recursos humanos** e a **limitação da duração das intervenções**.

Em termos de outras necessidades foi referenciada importância de um **levantamento das realidades dos bairros em Lisboa** para estudo do estilo de vida por parte dos jovens, a necessidade de **conquista do espaço pela presença das FS em ZUS onde exista tráfico de droga**, colmatar falhas existentes ao nível do **conhecimento sobre os resultados das penas suspensas**, das **suspensões provisórias do processo nos jovens com menos de 16 anos**; **alteração da lei do registo criminal para incluir as suspensões provisórias do processo**; suspensão provisória do processo no TE ser homologada por juiz e não por magistrado do MP; necessidade de **rever a legislação penal**, de modo a passar para 6 anos o limite superior da moldura penal no caso de porte de arma branca; a necessidade de **reduzir a facilidade de acesso à venda de álcool**; maior **articulação e partilha entre as FSS**; a eventual criação de Equipas Mistas de Prevenção Criminal no interior; a realização de **inquéritos de vitimização regulares**; promover a **divulgação mediática de resultados demonstrativos da eficiência da Justiça**.

### 2.2.3 Educação

Conforme reiterado pelos participantes nas audições deste setor, os “problemas da escola são o reflexo da comunidade em que estão inseridas”.

Sobressaíram **preocupações com o uso excessivo e incorreto das redes sociais**. Foi ainda percecionado que após a pandemia os alunos “estão mais dependentes dos telemóveis”, fazem mais uso das tecnologias, nomeadamente no que se refere ao consumo de vídeos curtos, acabando por visualizar mais conteúdos em menos tempo, perdendo a noção do tempo. Este uso excessivo leva à perda da noção do tempo, tal como foi referido por jovem ouvido/a: “existem pessoas que estão a noite toda ligadas”. Este contexto de maior exposição aos ecrãs é associado a **maiores dificuldades ao nível da interação entre os jovens, conduzindo a um aumento da agressividade**.

Segundo alguns dos participantes, os **alunos estão cada vez mais entregues a si próprios**, “crianças estão entregues à tecnologia”, “passando muito tempo sozinhas”. Foi efetuado um contraponto entre a situação antecedente, em que a rede de suporte assentaria sobretudo na família, vizinhos e amigos e a situação atual, em que essa rede de suporte assentará, essencialmente num menor apoio familiar e nas redes sociais.

Em estreita relação com esta questão, foi mencionada a necessidade de os **pais manifestarem interesse (genuíno) sobre o dia-a-dia dos filhos** (“perguntem aos filhos como lhes correu o dia. Mesmo que eles não respondam e não queiram falar, insistam... na verdade, os adolescentes querem ser chateados, embora se façam difíceis” - segundo disse um/a dos/as jovens ouvidos/as). Por outro lado, foi mencionado o “impacto negativo da **desagregação familiar** que se vive atualmente, quer pela composição familiar, quer pela falta de tempo”, conduzindo a **menos “espaços” para a família (e em família)** e a um aumento da **incapacidade/impotência dos pais** em apoiar as crianças e jovens na resolução dos seus problemas.

O **contexto pós-pandemia** é associado a um **aumento das agressões verbais e físicas**, quer por parte de alunos, quer por parte de pais, assim como a um **aumento de comportamentos sexuais abusivos**, a um **acréscimo de consumos** e a um **aumento de problemáticas de saúde mental**, nomeadamente automutilações.

Ao nível do **(cyber)bullying** existe uma preocupação com o **aumento da sua gravidade** (não necessariamente da sua frequência), sendo este igualmente associado às questões de saúde mental e à influência das redes sociais. Foi reportado um **aumento do bullying em grupo**, sendo situações em que **tendencialmente os outros alunos observadores não intervêm**, provavelmente por medo de represálias (“quando há necessidade, ninguém ajuda, ficam todos a ver a situação e a incentivar o/a/os/as agressor/es/as, como se se tratasse de um divertimento” - conforme indicado por jovem ouvido/a).

Alguns participantes reportaram a existência de uma **banalização do tráfico e do consumo de estupefacientes**, indicando que os **consumos se iniciam cada vez mais precocemente** – os consumos acontecem em jovens com 14/15 anos, por necessidade de integração, pessoas com baixa autoestima - “já que não os podemos vencer, temos de nos juntar a eles”. Relativamente a algumas zonas foi reportado o “aumento da venda de droga a céu aberto”.

Associado a um **aumento do sentimento de insegurança no percurso escola-casa**, em alguns locais denota-se que os adolescentes andam cada vez mais com **armas brancas** (dentro e fora da escola), sendo também uma “espécie de afirmação” (essencialmente no caso dos rapazes, dado que no caso das raparigas, tal dever-se-á, conforme indicado por jovem, sobretudo por não se sentirem seguras na rua – medo eventualmente potenciado por notícias divulgadas nas redes sociais).

Outras preocupações prendem-se com a **falta de recursos humanos** nos estabelecimentos de ensino (especializados, pessoal docente e pessoal não docente). A respetiva **desmotivação** e **necessidade de formação** (pedagógica e específica sobre diversos temas) foram igualmente abordadas. Surgiram ainda preocupações específicas com o **reforço do pessoal não docente**, de modo a promover a vigilância.

A **estabilidade e reforço dos recursos humanos**, a existência de **mediador sociocultural** e a contratação de outros **técnicos especializados** foram reportados como alguns dos fatores chave para o sucesso verificado em escolas inseridas em contextos de especial vulnerabilidade.

Existe uma **grande diversidade de projetos ao dispor das escolas** - projetos que a DGE, em parceria com diferentes instituições, desenvolveu/está a desenvolver e cuja adesão por parte das escolas é voluntária. Neste âmbito, foi referenciado que a tal diversidade implica que, por vezes, as escolas fiquem “inundadas” de projetos. Foi referenciado que as **Escolas TEIP são as que mais participam nestes projetos** (lançados/apoiados pela DGE).

Tendo em conta o atual contexto escolar de complexidade crescente, as **escolas TEIP**, pela sua experiência, podem, segundo alguns participantes, ser vistas como uma **referência** pelos outros AE/ENA (segundo indicado, os AE que não são TEIP não têm recursos suficientes e adaptados à realidade das escolas atuais). As escolas TEIP possuem um **plano plurianual de melhoria, avaliando** no final do ano letivo o **grau de satisfação**.

Foi mencionada, igualmente, a pertinência de haver um **maior reconhecimento público dos EEE que reportam situações de violência** como sendo mais seguros, comparativamente aos EEE que não reportam, bem como a necessidade de se proceder a uma **revisão do Estatuto do Aluno e Ética Escolar** (no sentido de agilizar os processos disciplinares, diminuindo o sentimento de impunidade, e evitar a aplicação de medidas que possam ter efeito inverso ao pretendido - ex.: suspensão).

Outras questões relacionadas com a importância da utilização de **metodologias mais dinâmicas ao nível da sala de aula**, por forma a acompanhar as mudanças da sociedade, o reforço do **Programa Escola Segura**, cujo papel foi destacado, a **integração efetiva dos alunos refugiados** e uma **valorização global do sistema educativo** foram igualmente assinaladas.

No âmbito específico do **Ensino Superior** existe a perceção de que houve uma melhoria relativamente às praxes violentas, na sequência das situações ocorridas em 2017. Existem, no entanto, preocupações com situações de **violência não reportadas**, sendo mencionada a importância de **supervisão das praxes**. Foi referenciado que, atualmente, se procura **apostar na praxe de integração**.

Ao nível do **Programa Universidade Segura (PSP)**, as ocorrências mais comuns são furtos, roubos, consumo de estupefacientes, ofensas sexuais (ação em grupo, pós festas académicas) e violência no namoro. Foi identificada a necessidade de um **reforço e alargamento** (voluntário) do Projeto Universidade Segura, de modo a corresponder a um número crescente de solicitações e à maior recetividade quanto à articulação com a PSP neste domínio.

## 2.2.4 Saúde

No âmbito das audições efetuadas no setor da saúde, e relativamente às crianças/jovens, destacaram-se preocupações específicas com a **prevenção**, intervindo o mais precocemente possível, e foi sublinhado — principalmente nas famílias de maior risco — a importância das **visitas domiciliárias**, reforçando-se a ideia de que a prevenção deve acontecer desde a gravidez com acompanhamento até pelo menos aos **1000 dias** (contados a partir do 1.º dia de gestação) ou mesmo até ao **final da idade pré-escolar**.

Foi sublinhada a necessidade de maior **trabalho com as famílias na comunidade**, designadamente as que apresentam fatores de vulnerabilidade acrescida, e que perante problemas de vinculação é preciso realizar um trabalho efetivo no domicílio.

Ao nível das famílias foi referenciado que existem pais **sem tempo para uma parentalidade positiva** e que importa redimensionar o “brincar”, **brincar ao “faz de conta” e ao ar livre** (“existem pais de 30 anos que referem não saber brincar”). Por outro lado, a **figura dos “avós”**, muitas vezes como um último reduto de suporte, já nem sempre está presente, contribuindo para situações de ausência de suporte social.

Algumas reflexões debruçaram-se sobre a existência de **4 meses de férias** (entre os vários períodos ao longo do ano: verão/Páscoa...), períodos em que muitas crianças/jovens ficam sem ocupação e

as **atividades de ocupação dos tempos livres funcionam só até aos 12 anos**, ficando os mais velhos “na rua”.

Foram mencionados riscos associados à **normalização da violência** no contexto familiar e que “a ‘delinquência’ é também um problema de “saber onde está o pai e a mãe, e não só onde está a polícia”. Algumas preocupações foram igualmente transmitidas ao nível das famílias serem duplamente vitimizadas ou revitimizadas - quando não há um trabalho em rede desenvolvido com elas, em especial com as pessoas agressoras que voltam á família sem ter sido implementada uma estratégia potenciadora da mudança de comportamento e atitudes relativamente à violência.

Existe a percepção generalizada de um **crescendo de questões de saúde mental associadas a jovens**. Foi reportado que os serviços de urgência não têm respostas específicas para adolescentes com disrupções ao nível comportamental, existindo uma tendência crescente de medicalização, sendo que, como indicado, “os fármacos não resolvem o problema, apenas controlam a situação no momento”. Conforme mencionado , as situações de maior violência que chegam às urgências relacionadas com jovens remetem para a faixa etária entre os 14 e os 18 anos.

Tal como referido, o INEM, I.P. testemunha muitas das vezes situações de violência e, não obstante as melhorias que têm vindo a ser introduzidas, não existem ainda registos suficientemente ricos que permitam espelhar de forma completa aquilo que os profissionais do INEM, I.P. identificam. No contexto das **chamadas para o 112 que são transferidas para o INEM**, as que têm como **principal queixa “agressão”**, em 2019, foram 18419. Nos anos de pandemia houve uma diminuição (valores abaixo dos 15000) e para o **ano de 2022** verificou-se um aumento, situando-se nas **16222 ocorrências**<sup>18</sup>. O aumento verificado em 2022, face aos anos 2020/2021, corrobora a percepção do aumento de comportamentos violentos, de agressões em diferentes contextos.

Foi também indicado que existe uma percepção de um **aumento de pedidos de ajuda (por perturbação e comportamento) sobretudo nas camadas mais jovens** - em 2021 houve um aumento de 52% se analisada em concreto a faixa etária dos **12-19 anos** (foi nesta faixa etária que se verificou o aumento mais significativo). Muitas vezes estes pedidos de ajuda são provenientes dos próprios, mas também surgem situações de pedidos por parte de pais, educadores...

Surgiram igualmente **preocupações ao nível do contexto escolar**, designadamente com o risco da normalização da violência, com o **insucesso** e com o **abandono escolar**. Foi mencionada a existência de crianças com **dificuldades de aprendizagem graves** que não têm apoio individual ou em grupo, crianças com problemas de linguagem e crianças **referenciadas no 5.º ano** por não saberem ler nem escrever (sendo casos que foram sendo “ignorados” até assumirem comportamentos disruptivos). Estas questões surgiram sobretudo associadas a algumas regiões onde, por questões culturais, se tende ainda a normalizar este tipo de dificuldades, **surgindo a procura de ajuda mais tardiamente**, e onde existem também **maiores desigualdades em termos de recursos**, nomeadamente a necessidade dos técnicos terem tempo alocado especificamente para esta área e não estarem alocados a múltiplas funções.

A existência de escolas com **número insuficiente de auxiliares** e de escolas com um **psicólogo** por agrupamento (e muitas vezes é um psicólogo educacional, não um psicólogo clínico) foram aspetos também destacados.

No âmbito dos recursos específicos da saúde, foi indicado que “há 2 anos havia **120 pedopsiquiatras no SNS** e não cobria o país e que o número deveria atingir os 200”, bem como um **défice de todos os outros técnicos**: psicólogos, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, psicomotricistas... Destaca-se, ainda, a

---

<sup>18</sup> Valor disponibilizado pelo INEM, I.P. em momento posterior à audição (à data da audição os dados disponíveis ainda não refletiam o ano completo). Para o 1.º semestre de 2023 o número de ocorrências registados tendo como principal queixa “ agressão” já superou largamente o valor de todo o ano de 2019:

necessidade, que foi assinalada, de uma maior ligação entre psiquiatrias de infância e adolescência e psiquiatria de adultos.

De acordo com o partilhado pelos participantes, as entidades consideram que, fazendo a sua obrigação, terminam a sua intervenção e deixam de se preocuparem com os processos/indivíduos (**intervenção em silo / “empurroterapia”**). O **trabalho em rede** multidisciplinar/multissetorial **é visto como fundamental**, embora, conforme indicado, nem sempre se verifique consistentemente [(existe a cultura de “Ao... “Ao... ” (remeter o assunto superiormente)]. As políticas preventivas existentes são vistas como “mantas de retalhos”, sendo “difícil todos trabalharem de forma concertada para um fim comum (ex.: Saúde, Segurança Social, Justiça...)” o que, na prática, também se traduz através da pouca conexão entre os serviços, na fragmentação de cuidados, na sobreposição de intervenções e na fragilização/revitimização de quem pede ajuda.

Foi ainda destacado que os **processos tutelares educativos** se constituem como uma **oportunidade de mudança para os jovens** que nunca as tiveram, embora conforme sublinhado, **não intervir concomitantemente com a família (e com o meio) diminui a eficácia/eficiência da intervenção**.

Importa, ainda, referir que foi sublinhada a relevância da **literacia no domínio da saúde mental**, considerando-se que existe falta de **informação sobre os danos da violência familiar**. A este nível, foi salientado, designadamente, que o facto de as crianças/jovens crescerem em contextos adversos, com stress tóxico repetido, conduz a alterações do sistema nervoso central o que dificulta, posteriormente e entre outros impactos negativos na saúde mental, o controlo dos impulsos. Foram feitas algumas referências regionais específicas dando conta de que **as crianças/jovens e famílias chegam**, de forma geral, **tardamente ao sistema** para efeitos de intervenção/apoio (“há uma deteção tardia dos casos, existindo ainda um **estigma relacionado com a procura de ajuda** em geral”) e onde o castigo físico e verbal é ainda normalizado.

Por último, foi sublinhada a importância de combater o estigma e a discriminação associados à doença mental por representarem um sério obstáculo à procura de cuidados pelas pessoas que sofrem de uma doença deste foro, interferirem com a procura precoce de ajuda, com a recuperação e reabilitação e com a autonomização e a realização de objetivos de vida. Como estratégia promotora de mudança foi pontuada positivamente a importância da implementação do Decreto-Lei n.º 113/2021, de 14 de dezembro.

### 2.2.5 Setor Social e Sociedade Civil

Neste setor foram partilhadas preocupações com o facto de **muitos jovens “acumularem” processos de promoção e proteção (PPP) com inquéritos em sede do sistema tutelar educativo (ITE)**, existindo cerca de 350 jovens nas casas de acolhimento (CA) com PPP e, simultaneamente, processo tutelar educativo. Foi indicado que **1 em cada 4 jovens nas CA apresentam problemas de comportamento** de média gravidade: cerca de 20 crianças no acolhimento têm menos de 12 anos e já têm prática de factos qualificados pela lei como crime, existindo alguns jovens nas CA com ITE por factos qualificados pela lei ao nível dos crimes contra a vida.

Segundo o indicado, a rede de respostas de acolhimento em Portugal Continental inclui 433 instituições, com **301 CA**. Destas CA, **11 são de acolhimento especializado** e 5 destinam-se a menores não acompanhados (MENA)<sup>19</sup>.

Foi apontada a existência de uma **tendência, a nível judicial, para manter os jovens no sistema de promoção e proteção (SPP)** (ex.: quando um jovem, em CA, pratica facto qualificado pela lei como crime e se decide manter o jovem na CA). Salientou-se que o SPP é protetivo e não contentor, pelo que as **CA não estão vocacionadas nem preparadas para situações de delinquência ou disrupções em termos comportamentais por parte dos jovens**.

Apontou-se uma mudança na realidade: antigamente as crianças iam para uma instituição por motivos de pobreza, na atualidade as necessidades são diferentes, sendo as **entradas nas CA cada vez mais tardias**, o que implica perfis de entrada mais exigentes. Foram indicadas situações de jovens em CA que usam as redes sociais e fazem “diretos” para satisfazer alguém que lhes está a pagar (ou a pedido do namorado).

Tendo em conta as várias preocupações indicadas foi apontada a importância da adequação dos programas e a necessidade de **formação dos técnicos**, do reforço de recursos humanos e de **equipas especializadas** e da, já prevista, **regulamentação da organização e funcionamento das CA**. Foi sinalizada a necessidade de maior **capacidade de resposta da pedopsiquiatria/saúde mental às necessidades existentes no SPP**.

Foi reportada a existência de alguma desresponsabilização, designadamente por parte das entidades de 1.ª linha (após uma entrada em CA), uma vez que “quando a criança vai para a CA, não se prepara a saída, não se prepara o meio natural de vida”.

De igual modo foi sinalizado que a desvalorização da **conduta dos jovens** conduz a uma **desresponsabilização** dos mesmos, existindo “ausência de consequências da prática de atos ilícitos”, sendo demasiado longo o tempo que medeia entre a prática do ato ilícito e a aplicação de uma medida tutelar educativa existindo, assim, a continuidade da atividade delinvente (“jovens com atos graves demora 1 ano até terem consequências”). Foi salientado que existe uma **desadequação de algumas medidas tutelares educativas às problemáticas e tempos atuais** (ex.: “uma admoestação tem efeito zero”). De igual modo foi mencionada a perceção de que em determinadas áreas (ex.: Saúde, Educação e Forças de Segurança) “existe uma grande **confusão entre SPP/STE**, entre acolhimento residencial/internamento TE”.

Algumas preocupações com situações de **jovens ex-acolhidos** foram assinaladas, no sentido em que alguns jovens que depois dos 18 anos saem, por sua iniciativa, das CA acabam por ficar em **situação de vulnerabilidade acrescida** (ex.: sem abrigo, vítimas de violência física e psicológica), existindo a necessidade de um acompanhamento continuado ao nível da saúde mental, em diversos casos.

Foi indicado que na **RAA** se regista a existência de **determinados jovens que praticam, de forma reiterada, atos ilícitos graves** (tráfico de drogas, abuso sexual, ofensas à integridade física, etc.) e que na **RAM** se regista um **crescendo do número de ilícitos praticados associados ao uso de drogas sintéticas** por parte dos jovens.

De acordo com a experiência e dados da APAV, desde 2018-2019 constata-se um **aumento da severidade/carga de violência das situações**. Segundo o indicado, em 2021 cerca de **50-60% das pessoas agressoras (violência intrafamiliar)** tinham **idade inferior a 18 anos**, existindo muitos casos em que são **filhos das vítimas**. Por outro lado, foi indicado que no caso da **violência sexual**, denota-se a presença de **pessoas agressoras cada vez mais novas**.

---

<sup>19</sup> A Título complementar refere-se que segundo o Relatório Casa 2021 (ISS, I.P.), existiam (a 1/11/2021) 6369 crianças e jovens em acolhimento, um número que tem vindo consistentemente a diminuir ao longo dos últimos 15 anos (dados constantes no Relatório Casa de 2013 indicam que em 2006 o número de crianças e jovens em acolhimento era de 12245).

Foram, igualmente, manifestadas **preocupações com a auto-produção de conteúdos** por parte das novas gerações, designadamente **com conteúdo sexual**, e a sua **partilha em ambiente digital** (e encaminhamento), sendo referido que **não existe** qualquer controlo (**supervisão parental**).

As questões da violência e da **ausência da supervisão parental** foram apontadas de forma abrangente, quer associadas a agregados familiares de baixos rendimentos, ou com dificuldades económicas, a residirem em aglomerados habitacionais desqualificados e com os “jovens entregues a si próprios ou a jovens de mais idade”, quer associada também a agregados familiares com condições socioeconómicas de nível médio/elevado, onde em muitas situações foi indicado que as “crianças crescem sozinhas”.

As **questões habitacionais** foram referenciadas como “**problema de fundo**”, sendo indicado que os “guetos dos bairros sociais criam bolsas de exclusão social”: “estas famílias não podem ser agregadas todas no mesmo contexto”.

Ao nível do **trabalho em rede** foi indicada a importância de haver “**alguém que coordene e ponha na agenda das instituições**” - “se um determinado programa for encarado como um **programa de ‘todos’** (e não da entidade/área x ou y) poderá haver maior comprometimento”. Foi ainda indicada a relevância de se disponibilizar a **caracterização sociológica dos municípios**, de modo a potenciar que ao nível dos **Conselhos Municipais de Segurança** exista um **olhar mais atento para a área da reinserção e serviços prisionais** (“só têm óculo na violência doméstica”).

## 2.2.6 Desporto e Igualdade

No contexto destas audições foi reiterado que “a ideia de que todos os jovens que têm atos de delinquência são dos bairros não corresponde à realidade”. Não obstante este facto, importa ter em conta que diversos dos contributos refletiram experiências e trabalho realizado em contextos de especial vulnerabilidade social.

Tal como indicado, os “miúdos são ‘esponjas’, vão atrás do que veem (dos maus exemplos), eles são ‘vítimas’” - “**a palavra ‘delinquência’ explica tudo - é alguém desligado (sem link) do afeto, da família, da sociedade**”. Conforme referido, os jovens estão **cada vez mais cedo com acesso a armas** (“dedos nervosos...cabeças vazias e tiram vidas”), a **deixar a escola** e a ficar fora do “puzzle familiar”, sendo essencial “negociar comportamentos” para haver disciplina (ex.: “para jovem frequentar atividades do centro tem de ir à escola”).

Foi referido que geralmente estes contextos refletem **comunidades de famílias monoparentais** (“com as mães a trabalharem o dia todo, **os filhos ficam abandonados** e livres para ocuparem o seu tempo da maneira que entendem e sem maturidade nas suas decisões”).

Sublinhou-se que estes jovens precisam de “estrutura” para ajudar a “organizar as cabeças” e que as **crianças com problemas emocionais não têm capacidade nem estrutura para pensar/imaginar**, pelo que, por exemplo o currículo da Matemática, tem de ser adaptado para estas crianças, conforme indicado numa das audições: “estas crianças com experiências ‘traumáticas’ vivem no concreto (têm muita dificuldade de passar ao abstrato)... conseguirão chegar às frações, mas não logo no 5.º ano”.

A propósito deste nível de escolaridade, foi sublinhado que na **transição do 4.º para o 5.º ano** muitos alunos deixam de ter escola a tempo inteiro e ficam com mais tempo livre, surgindo aqui especiais preocupações relacionadas com as respostas existentes em termos de ocupação dos tempos livres.

Foi salientada a **importância de motivar os jovens, ajudando-os a descobrir atividades pelas quais “se apaixonem”** (“os grupos de apaixonados dentro das culturas, que representam as subculturas, agregam o mundo e derrubam as barreiras da separação, sendo estas derrubadas através do desporto, das artes e da cultura”).

Diversos participantes ligados à área do **desporto** sublinharam o papel do mesmo como **ferramenta** essencial de **inclusão social** e a importância da **acessibilidade efetiva à prática desportiva**. Neste âmbito, foi referido que existem muitos locais “onde o desporto não chega lá”, existindo falta de oferta em diversas zonas, o que implica maiores deslocações e, muitas vezes, um custo que para alguns jovens e famílias não é possível suportar (“atualmente para se praticar desporto e futebol, em particular, tem de se pagar na maioria dos casos”), tendo sido indicado que “é o desporto que abandona os jovens, e não os jovens que abandonam o Desporto”.

Reiterou-se que as **crianças/jovens devem crescer na diferença** (e conhecer outras realidades/contextos) e que importa garantir respostas ágeis, nomeadamente em termos de apoio psicológico/saúde mental.

De forma geral, foram apresentadas diversas preocupações relacionadas com a **implementação de projetos nas zonas de maior vulnerabilidade social**, apontando-se que “candidaturas de 1 ano e as consequentes recandidaturas fazem os projetos pararem e perderem a sua força”. Por outro lado, é constatado que existem várias situações de abandono dos projetos por parte dos jovens “em busca de dinheiro fácil e rápido decorrente das suas dificuldades” (existindo, tal com apontado, muitas vezes um “problema de concorrência” entre os projetos e o recrutamento para práticas ilícitas - ex.: tráfico de droga). Foram, ainda, deixadas algumas considerações sobre a possibilidade de empresas poderem candidatar-se a projetos (“existe preconceito em relação ao conceito de ‘empreendedorismo social’... “parece que há vergonha em ganhar dinheiro a praticar o bem”).

De acordo com informação disponibilizada pelo ACM, à data da audição em que participou, o **Programa Escolhas** financiava 105 projetos em todo o território nacional (com maior incidência em Lisboa, Porto e Setúbal), sendo que só em Viana do Castelo não havia qualquer projeto. A importância deste Programa foi reiterada, reconhecendo-se, no entanto, que o mesmo não consegue responder a todas as necessidades.

Algumas preocupações foram refletidas relativamente a **alguns bairros sociais**, no sentido em que se denota um **aumento do sentimento de insegurança**, muitas vezes potenciado pela presença de pequenos aglomerados de jovens e pela presença de toxicodependentes. Neste âmbito, foi salientada a preocupação com a população idosa desses bairros que se sente especialmente insegura.

Por outro lado, de acordo com o referido, existe em alguns bairros um **“sentimento de injustiça”** para os “cumpridores”, que “representam 90% dos habitantes destes bairros”, sendo fundamental reforçar a credibilização dos serviços, demonstrando que o Estado “está preocupado como um todo” em melhorar as condições e qualidade de vida dessas áreas. Questões relacionadas com o edificado/desenho urbano e com a forma como o mesmo potencia a exclusão social e a prática de crimes/incivilidades foi igualmente sinalizada, sendo mencionada a importância de se eliminarem problemas arquitetónicos para aumentar a circulação de pessoas dentro e na periferia desses bairros.

Foram feitas diversas referências respeitantes a algumas zonas onde se verifica uma maior **reatividade à intervenção policial** e aos **técnicos** que aí se deslocam - “(...) os técnicos só se deslocam ao local com a polícia”. De acordo com o indicado por alguns participantes, as crianças, nesses contextos, estão a crescer num ambiente em que “o insulto à polícia é a norma” e que “longe vão os tempos em que as crianças querem ser polícias”. Neste âmbito, foi sinalizado que em diversas ocasiões verificam-se entradas “musculadas” da polícia em alguns bairros, as quais são muitas vezes objeto de incompreensão por parte dos habitantes locais, tendo-se sublinhado a importância da “polícia preventiva” para fomentar uma maior proximidade da população local à polícia.

Ainda relativamente à vivência em diversas zonas de maior vulnerabilidade social foi sublinhada a influência de muitas **músicas que apelam à violência e ao sexismo**, tendo sido indicado que tendencialmente existem mais problemas de misoginia nestes locais, face às restantes realidades (onde a promoção da igualdade de género chegará mais facilmente).

Foram sinalizadas questões críticas relativamente a algumas zonas do país relacionadas com o tráfico e consumo de droga, situações habitação/desemprego, pobreza e exclusão social em que, segundo indicado, as populações locais sentem um “abandono” e marginalização em relação à restante realidade social.

Ao nível da abordagem à **violência doméstica** foi sublinhada uma “evolução gigantesca” ao longo dos últimos anos. Segundo dados disponibilizados pela CIG à data da audição, existiam cerca de 300 estruturas de apoio a estas vítimas e 45% das vítimas acolhidas nas casas abrigo eram crianças (um valor que, segundo indicado, merece uma reflexão específica). Ao nível da violência doméstica foi referida a importância da intervenção com as pessoas agressoras (e não apenas com as vítimas).

Foram partilhadas algumas questões específicas relativamente à **comunidade cigana portuguesa**. De acordo com o mencionado, existem ainda muitas “barreiras invisíveis” (“de um lado e do outro”), discriminação na escola e no mundo laboral e os pais e mães ciganos tendem a não valorizar a escola (“para quê estudar se depois não lhes dão trabalho?”). Foi referida a importância de se “desmontarem estereótipos” (“muitas vezes mete-se tudo no mesmo saco: migrantes e ciganos”, tendo sido sublinhado que “são ciganos de cultura, mas são portugueses”). O papel da mulher na cultura cigana foi destacado, salientando-se a importância de se promover a valorização da escola começando o trabalho pelas mães e pais. Foi sinalizada a importância do mediador cigano (“sem ele não é possível trabalhar com a comunidade cigana pois não têm a capacidade de chegar dentro da cultura”), sendo referido que existem muitos mediadores formados, no entanto, poucos exercerão as suas funções por falta de oportunidade de integrar projetos (“só chamam os mediadores quando há problemas”). Foi elogiado o trabalho realizado no bairro da Jamaica, pela dispersão de moradores desalojados pela malha urbana, promovendo-se assim a interculturalidade.

Foram deixadas preocupações ao nível das respostas e integração das **pessoas migrantes e refugiadas**. Foi referido que as condições precárias em que muitas pessoas imigrantes vivem aumenta a probabilidade de situações de violência (“facilmente a situação ‘descamba’ para a violência”), existindo situações desviantes pelo não conhecimento/acompanhamento/acolhimento. Ao nível do acolhimento de refugiados/requerentes de proteção internacional foi mencionado que as estruturas, de forma genérica, não estão preparadas para os receber (ex.: quando se deslocam a um serviço não são entendidos) e que “nas primeiras 3-4 semanas não compreendem nada dos que lhes é dito”. De igual modo, foram mencionadas preocupações ao nível de problemas existentes com a regularização de pessoas migrantes em Portugal (sendo indicado que existem muitos casos de pessoas que se encontram em situação irregular).

No âmbito de questões específicas relacionadas com **pessoas LGBTI** foi sinalizada a perceção de um aumento do discurso de ódio dirigido a estas pessoas e que a juventude LGBTI sente um profundo sentimento de solidão/isolamento e não identificação com líderes comunitários. Foi sinalizada a existência de boas práticas em termos de atendimento (ex.: policial) e em termos de atenção às pessoas LGBTI. No entanto, consideram que tal ainda depende muito do profissional que efetua o atendimento (e da hora).

Não obstante o papel promotor do desporto ao nível da inclusão social, foram igualmente feitas referências a situações de violência ligadas a este contexto. Foi referido que se tem constatado a formação de **grupos que praticam violência**, os denominados “casuais” (“casuals”), e que muitos adeptos acompanham estes grupos, onde se pratica uma violência “gratuita”, verificando-se uma adesão crescente a estes grupos de risco por parte de jovens cada vez mais novos, que acabam por ter comportamentos tipificados como crimes.

Foi referido que muitas das **interdições de acesso a recintos desportivos** dizem respeito a jovens entre os 16 e os 20 anos de idade e que, segundo os dados disponibilizados à data, representavam 30% do total do número de interdições. Foi indicado que o incidente dominante (no âmbito das contraordenações registadas pela APCV) é a posse ou uso de material pirotécnico (*a maioria dos casos não são agressões*).

Ao nível das **competições não profissionais**, as **principais situações de violência** verificadas dizem respeito aos **pais dos jovens praticantes** e não a estes últimos, ocorrendo estas situações principalmente durante os jogos e, esporadicamente, após o seu término, sobretudo contra jovens árbitros.

### 2.2.7 Entidades da área da Cova da Moura/Amadora

Conforme indicado anteriormente, a CAIDJCV promoveu uma audição específica com **entidades da área da Cova da Moura/Amadora**, por se constituir como a zona do país com maior histórico ao nível de intervenção social/comunitária, facto que importava analisar de forma mais detalhada, designadamente quanto aos resultados alcançados e desafios existentes/persistentes.

De acordo com a informação disponibilizada, na Cova da Moura vivem cerca de 6000 pessoas/1600 agregados, havendo muitos jovens e também muitas pessoas idosas. Segundo o indicado, a Amadora é o concelho mais densamente povoado do país, não havendo espaço para construir mais habitação (no total são 23 km<sup>2</sup>) e, apesar de a Amadora ter sido o primeiro município a ser criado após o 25 de abril, ainda está a terminar o Programa Especial de Realojamento (foram o último município a entrar no Programa). Segundo o referido, a Amadora está entre os concelhos do país com mais IPSS.

Foi sublinhado que foi efetuado muito trabalho nesta zona, assistindo-se a uma **grande evolução social nos últimos 20-30 anos**, reconhecendo-se, no entanto, que ainda existe trabalho a fazer. De acordo com o abordado, foram verificadas melhorias ao nível dos resultados escolares (“já não temos a escola com piores resultados do país”), tem-se verificado uma redução no número de beneficiários do RSI e a Freguesia das Águas Livres (onde a Cova da Moura se situa) já não se encontra nos primeiros lugares em termos de criminalidade. Foi sublinhada a existência de uma melhoria de condições na Amadora (ex.: parque escolar, equipamentos de saúde, policiamento de proximidade...).

A perceção geral das entidades presentes na audição foi no sentido de que, relativamente à **delinquência juvenil/criminalidade violenta na Cova da Moura**, o bairro terá problemas similares a outras zonas e que ainda **existe um estigma muito forte que importa ultrapassar**.

Segundo o indicado constata-se o surgimento de situações de saúde mental mais precoces (ex.: no pré-escolar). Foi sublinhada a falta de motivação dos alunos perante o insucesso escolar, sendo reforçada a importância do Programa nacional de promoção do sucesso escolar e da deteção de dificuldades desde muito cedo.

Ao nível das **escolas**, foi indicado que **alguns problemas se estão a acentuar**. Antes existiam casos de indisciplina/violência dentro da escola (sala de aula/pátio), sendo que atualmente “os alunos organizam-se cá fora (ex.: saem das escolas e juntam-se nas imediações), verificando-se situações que envolvem alunos de 3 agrupamentos escolares.

Foi reiterado que a grande dificuldade é conseguir **responsabilizar os pais** e que as complicações surgiram com a 2.ª e 3.ª gerações de imigrantes sendo que, atualmente, serão mais de 100 as nacionalidades presentes nas escolas da Amadora.

Sobre a **intervenção junto das famílias** foi indicado que “importa ir mais atrás e chegar às crianças e às famílias mais cedo”, tendo sido igualmente referida a relevância de se “**escolarizar mais cedo**” e de se **promoverem experiências que permitam que as crianças tenham contacto com a realidade fora do bairro** (a este propósito foi indicado que estão a encerrar progressivamente as inscrições no 1.º ciclo no bairro).

Foram deixadas algumas notas sobre o **contexto pós-pandémico**: “as coisas “pioraram”- as crianças estão mais “quezilentas”, as crianças apresentam maior “apetência” para a violência, “antigamente eram as crianças mais velhas que estavam mais ‘ariscas’, agora são as mais novas”, verificando-se um aumento de pedidos de apoio psicológico por parte dos jovens (ex.: rapazes).

Algumas **preocupações relativas aos profissionais** que intervêm nesta zona foram assinaladas, designadamente dificuldades ao nível do processo de colocação de professores, e que “mesmo havendo técnicos de associações locais com licenciatura, tais habilitações não são suficientes para intervir na atualidade”.

Foi destacada a importância de reforço em termos de **recursos humanos** em várias áreas, designadamente na saúde (ex.: psicólogos, técnicos de serviço social, médicos, enfermeiros...), sendo indicado que “os que existem estão exaustos (...), cada vez há mais projetos (...), há uma mobilização constante (...), vai chegar a um limite”. A este nível, foram sinalizadas igualmente dificuldades de resposta para casos encaminhados para consultas de Psicologia ao nível dos Cuidados de Saúde Primários.

Ainda no âmbito de reflexões relacionadas com os recursos humanos da área da saúde, foi indicada a necessidade de um trabalho regular de “remotivação/”reencontro” para não se perder o trabalho que tem sido feito, devendo-se “reformatar regularmente a intervenção”.

Ao nível do **trabalho em rede e da articulação entre entidades**, foi indicado que atualmente “é fácil articular na Amadora, rapidamente pensamos em conjunto e arranamos soluções”, o trabalho em rede é fundamental, permite confiança institucional, sendo disponibilizados exemplos da operacionalização desse trabalho em rede. Foi sinalizado que a Comissão Social de Freguesia - com 37 entidades/associações- reúne periodicamente para debater os “poucos problemas” (“muitos trazidos de fora”). De forma adicional, foi declarado que “Muitos dos atuais profissionais estão há muitos anos no “terreno” e já se conhecem bem”.

Ao nível do trabalho das IPSS, foi indicado que existem muitos projetos, embora estes não sejam financiados a 100%, aspeto que implica o estabelecimento de parcerias que possam garantir esse financiamento.

Sobre eventual reatividade à intervenção policial no bairro da Cova da Moura, foi indicado que “não há necessidade de entrar de forma ‘musculada’ no bairro e são raras tais operações”, segundo as entidades locais: não existe “reatividade” especial à atuação policial. Enfatizou-se que, a par da importância de não se enfatizar o estigma à volta da Cova da Moura, importa desmistificar ideias sobre intervenções policiais inadequadas na Cova da Moura.

No âmbito da criminalidade registada, foi referido que à data da audição se denotava uma “atividade dos grupos” (“geralmente agem em grupo-rapazes jovens”), existindo localmente cerca de 1 ocorrência de delinquência juvenil a cada 3 meses (média tendo em conta os valores registados em 2021) registada pela PSP e, ao nível de roubos registados, haverá uma variação negativa em 2022 face a 2021.

Destacou-se que ao nível da Amadora/Cova da Moura **estão em curso diferentes programas** (ex.: Contrato local de desenvolvimento social, Programa de recuperação e resiliência, Programa Escolhas, Programa Bairros Saudáveis), sendo essencial que exista uma melhor **integração/articulação entre os vários projetos/respostas existentes**.

## 2.2.8 Jovens e Ídolos Juvenis

Nestas audições foram refletidas algumas questões relacionadas com a importância de se definir conceitos como adolescência e juventude, referindo-se que a adolescência começa com a puberdade, começa com um acontecimento biológico (menarca/1.ª ejaculação), mas não existe nenhum momento para definir a fase de término da adolescência (conceito mais subjetivo). Tal como indicado, denota-se que desde o século XX se verifica um começo mais precoce da puberdade e que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, a adolescência decorre até aos 19/21 anos. Foram feitas referências aos contributos das neurociências (ressonâncias magnéticas que demonstram a maturação no córtex frontal até aos 24 anos), e que têm permitido concluir que importa prolongar o conceito até aos 24 anos. Segundo indicado, a adolescência surge cada vez mais cedo e a juventude prolonga-se até mais tarde (“a transição para a vida adulta é cada vez mais um processo adiado”). Por outro lado, e como referido, existe uma pressão para uma entrada cada vez mais cedo na vida sexual.

Segundo dados partilhados, em Portugal, 9,5% dos jovens entre os 15 e 29 anos estão em situação NEET<sup>20</sup> (“jovens nem nem” - não estão na escola, nem trabalham), sendo que entre estes a maioria quer fazer algo e apenas 2,5% “não quer fazer nada” (reportado a dados do Inquérito ao emprego do Instituto Nacional de Estatística, I.P.).

Diversos contributos sublinharam que a **delinquência juvenil é transversal a todos os contextos socioeconómicos**, não ocorrendo apenas em contextos de exclusão social, devendo ser vista de uma forma holística. Tal como indicado, “o crime não tem cor (...), não se pode perpetuar a ligação entre uma tez e o crime”, sendo relevante que se compreendam de forma detalhada as “‘red zones’ da delinquência juvenil/criminalidade violenta, avaliando se é efetivamente nos bairros sociais (ou não)”.

Foi sublinhada a importância de mais informação estatística acerca dos fenómenos de delinquência juvenil, em Portugal, de modo a potenciar uma análise integrada e uma caracterização efetiva do fenómeno. Apesar deste facto, segundo o indicado, tendo por base os dados disponíveis, está-se perante uma diminuição desta criminalidade, devendo evitar-se a criação de “pânico moral” em torno da “categoria” “jovem”, pois esta “vende como problema”.

Paralelamente a estas considerações, foi indicado que a pobreza é um fator de risco “para tudo”. Foi salientada a importância do trabalho com jovens até aos 21-22 anos, no âmbito do combate à pobreza e da promoção de alternativas, apoiando a construção de projetos de vida que sejam baseados em expectativas realistas e não com base no “sonho”.

Foi indicado que as **culturas juvenis** são muito fortes, que as crianças estão cada mais cedo na escola e menos à “mercê das socializações familiares” (“a **família tem menos importância do que no passado**, existe um maior peso do contexto escolar). Foi salientada a importância da escola como o “epicentro da mudança” (conforme indicado, é nas escolas que se formam muitos dos gangues).

Ao nível das relações entre grupos de pares e culturas juvenis, apontou-se que existe **uma transferência do espaço físico para o espaço digital** (incluindo da “cultura de rua, gangue”).

Sobre a **internet/meios digitais**, refletiu-se que estes colocaram “o ato delincente a nível mundial” (ex.: com o uso do telemóvel) contribuindo para a banalização da violência (“apesar de existirem moderadores de conteúdos”) e que as redes sociais apresentam perigos acrescidos (“existe acesso a tudo”). Apesar destas considerações, foi sublinhado que importará “não diabolizar a internet” (“antes o problema de tudo era a TV, agora é a internet...” e que ao nível da sua utilização é relevante distinguir realidades: “todos são

<sup>20</sup> Young people neither in employment nor education or training.

utilizadores, depois existem os utilizadores excessivos e depois as situações de dependência”, sendo importante conhecer melhor a vida digital dos jovens, bem como a educação para a internet/redes sociais/para os media.

No âmbito do **bullying**, foram partilhadas algumas considerações, nomeadamente que o “pico” de *bullying* ocorre entre os 12 e os 16 anos, geralmente nos 6.º/7.º anos de escolaridade (tendo tendência para diminuir à medida que os jovens crescem), e que os estudos demonstram que o *bullying* em Portugal é uma realidade que tem vindo a diminuir ao longo dos anos (desde 2002). No entanto as lutas físicas têm aumentado (2018 e 2022) em meio escolar e fora dele.

Ao nível da intervenção preventiva do *bullying* e da delinquência juvenil, foi referido que a promoção de competências é fundamental, uma vez que a violência está associada à falta de empatia e menor capacidade de resolução de problemas, que a autorregulação e a empatia são competências essenciais, assim como a importância do meio e as expectativas dos jovens em relação ao futuro. Tal como indicado, mesmo os jovens que se encontram em situações de risco apresentam resultados bastante positivos após participação em projetos que tenham como objetivo a aquisição de competências sócio-emocionais e que importa começar este tipo de **programas de promoção de competências** no ensino pré-escolar (pelos 5 anos) salientando-se, no entanto, que é igualmente necessária uma mudança no ambiente das crianças/jovens.

Foram deixados alguns alertas relativos a **situações que ainda se podem verificar em alguns bairros sociais** em termos de fome nas crianças (referindo-se que no contexto de pós-pandemia é natural que existam “mais famílias com fome”). Sobre a vivência nos bairros sociais, referiu-se que nestes contextos existe geralmente mais temor à religião (à crença num Deus que pune) do que à polícia, existindo um grande distanciamento da polícia. Conforme foi referido, o facto de existir alguma desconfiança para com as instituições contribui para uma permanência das famílias no contexto de bairro, não lhes permitindo, por vezes, conhecer a própria cidade na qual o bairro está inserido.

A existência de situações de **irregularidade em território nacional** foram objeto de atenção: “muitas pessoas de alguns bairros não têm documentos (ex.: cartão do cidadão)”, “muitas pessoas vivem em Portugal de forma ilegal, mesmo tendo filhos com nacionalidade portuguesa”, facto que foi indicado como potenciador de dificuldades de integração e para que as crianças não saiam do bairro”. A este propósito, foi referido que “importa tirar as pessoas dos bairros”, no sentido em que precisam de **ver outras realidades** (“existem pessoas com 20 anos que nunca saíram dos bairros”; “há pessoas que pensam que não podem entrar em determinados sítios”).

Nestes contextos, tendo em conta as vulnerabilidades económicas e sociais acrescidas, foi referido que muitos pais/mães, pela sua grande **ausência no dia-a-dia das crianças/jovens**, “são meros progenitores, não são ‘pais’ na verdadeira aceção da palavra”.

Tal como indicado, este tipo de situações “cria sociedades vulneráveis, pessoas dedicadas a trabalhos invisíveis, é mais fácil alimentar o ódio, a ganância...”, sendo referido que, muitas vezes, as letras musicais são o reflexo destas realidades.

A propósito de algumas **letras musicais** e o seu incitamento à violência, foi referido que o estilo *Drill* não implica necessariamente conteúdo violento, “o que sucede é que a criminalidade faz uso do *Drill*”.

A pertinência da “**proximidade entre a polícia e os bairros**” foi destacada, sendo apontada a relevância da formação dos polícias, mas também a necessidade de a comunidade reconhecer o papel das Forças de Segurança.

Foi manifestada preocupação com situações em que, após permanência em CE/estabelecimento prisional, as “pessoas regressam aos bairros e ficam marginalizadas” (por via do percurso anterior).

Foram refletidas algumas preocupações com a descontinuidade de iniciativas quando existe mudança de governo, com o distanciamento entre os jovens e a política, sendo considerado fundamental dar “voz aos jovens”.

Em termos de **recursos**, foi reiterada a importância da capacidade de resposta (Psiquiatria, Pedopsiquiatria, psicoterapia por psicólogos, psicólogos nos Centros de Saúde...). Tal como indicado, “muitos jovens estão em famílias onde existe alcoolismo, violência doméstica, banalização da violência (...), não há contenção da violência por parte dos pais (...), não há autorregulação” e existem “muitas receitas [medicamentos] porque não há intervenção de psicólogos (...).” “Nas crianças/ jovens a medicação não resolve os problemas<sup>21</sup>, é preciso ir mais além”. Sinalizou-se, igualmente, a pertinência da fixação de professores nas escolas e de psicólogos nesse contexto.

De igual modo, foi sublinhada a importância do reforço da capacidade de intervenção ao nível das casas de acolhimento (indicando-se que “existem técnicos aí com enorme disponibilidade, têm jovens que são muito difíceis”) e dos e centros de apoio familiar e aconselhamento parental (CAFAP) (não foram alargados a todo o território).

Entre os contributos partilhados, foi também destacada a importância da figura do mediador sociocultural.

Sublinhou-se a importância das respostas/programas em termos de **ocupação dos tempos livres** dos jovens, assim como o associativismo juvenil enquanto escola de democracia, promotora de competências e valores e que é “preciso tirar o pensamento negativo dos jovens”.

Reiterou-se a necessidade de **ouvir os jovens**, de trabalhar com eles para construir soluções, indicando-se que deve ser promovido, igualmente, um **diálogo com quem os jovens admiram**, assinalando-se a relevância de amplas e consistentes **campanhas de sensibilização**, e que recorram igualmente a exemplos positivos.

### 2.2.9 Entidades ligadas aos Órgãos de Comunicação Social e Meios Digitais

No contexto desta audição foi sublinhado que as **redes sociais podem potenciar a prática de crimes, o discurso de ódio online e a violência de forma geral**, destacando-se o perigo da radicalização por via das redes sociais e a sua ligação à delinquência juvenil, sendo ainda referida a existência de “gangues” na área da cibercriminalidade.

Foi referida a importância de reforçar a área digital nas políticas de proximidade, de incluir a prevenção a este nível nos **currículos escolares**, podendo para tal recorrer-se a **programas de sensibilização**, neste domínio (cibersegurança), entre pares (“*peer-to-peer*”) nas escolas que sejam realizados de forma contínua. Foi indicada a importância de “dar voz às crianças e envolver estas na criação de políticas”.

Conforme exposto nesta audição, entre as atribuições do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS) encontra-se a coordenação do **consórcio do Centro Internet Segura**, sendo que este Centro tem duas atividades principais: uma ligada à Linha Internet Segura e outra ligada à formação/sensibilização.

---

<sup>21</sup> No âmbito desta intervenção o/a participante complementou a informação, referindo que jovens com traços ao nível da psicopatia têm que ter tratamento medicamentoso.

De acordo com o referido, a **Linha Internet Segura**<sup>22</sup> é coordenada pela APAV e funciona de 2 formas: 1) presta apoio a vítimas de cibercrime, bem como aconselhamento aos utentes na adoção de comportamentos seguros no uso da Internet (dimensão *Helpline*); e 2) disponibiliza uma plataforma de denúncia de conteúdos ilegais que estejam disponíveis na Internet, nomeadamente pornografia infantil, apologia à violência e ao racismo (dimensão *Hotline*).

Segundo os dados partilhados, esta Linha teve, em 2021, mais de 1000 denúncias (dimensão *hotline*)<sup>23</sup>, sendo que em 2023 se continuará a evidenciar um aumento a este nível (de acordo com o indicado, em 2023 estar-se-ia a assistir, face a 2022, a um aumento na ordem dos 300% em termos do número deste tipo de denúncias).

Foi sublinhado que, no âmbito do funcionamento desta Linha, existe articulação com os OPC e vários critérios e mecanismos de segurança para proteção dos dados das vítimas.

De acordo com o referido (e reportando-se a dados do Centro Nacional para as crianças desaparecidas e exploradas-NCMEC<sup>24</sup>), em 2021, existiram cerca de **29 milhões de alertas em todo o mundo** relativos a abuso sexual online e a “*sextortion*”<sup>25</sup>. De acordo com indicação da Meta (empresa na área digital que detém o *Facebook*, *Instagram* e *Whatsapp*), em 2021, 27 milhões dos alertas foram desencadeados por esta organização, sendo que em 99% dos casos os conteúdos foram removidos antes que alguém os reportasse.

No contexto desta audição foi apontada a existência de preocupações e a adoção de medidas concretas por parte de **grandes empresas da área digital**, no que respeita à segurança da informação e à segurança e bem-estar dos seus utilizadores. Esta preocupação reflete-se, a par da constituição de equipas de controlo de conteúdos, na criação de mecanismos de controlo de conteúdos e de acessos (ex.: configurações de privacidade, ferramentas de controlo parental e mecanismos de verificação da idade), na realização de campanhas de sensibilização, no empoderamento das crianças e na prevenção de crimes<sup>26</sup>.

Apesar das medidas de segurança implementadas pelas grandes empresas da área digital, foi referido que as **plataformas digitais devem ser reguladas** para efeitos de controlo e monitorização, uma vez que a autorregulação se revela insuficiente. A este propósito, foi referido que Portugal não tem regulamentação neste âmbito e que a única via eficaz será através do Regulamento Europeu. Neste contexto foi abordado que nos próximos 5 anos entrarão em vigor alterações legislativas de fundo nesta área, ao nível da União Europeia, que visam a efetividade de um maior controlo dos conteúdos a nível digital, minimizando a exposição a conteúdos nocivos - Portugal terá assim de implementar o “*Digital Service Act*”<sup>27</sup> (**Regulamento Serviços Digitais**).

---

<sup>22</sup> Linha Internet Segura – funcionamento depende de projetos [financiamentos] europeus.

<sup>23</sup> [Estatísticas APAV LinhaInternetSegura 2021.pdf](#)

<sup>24</sup> [CyberTipline \(missingkids.org\)](#)- National Center for Missing and Exploited Children (NCMEC)- organização americana, privada e sem fins lucrativos. Constata-se que em 2022 foram registados 32 milhões de alertas em todo o mundo (número que continua a crescer -2020: 21,8 milhões; 2021: 29,4 milhões), verificando-se igualmente um aumento desses alertas para Portugal: de quase 27 milhões, em 2020, o valor aumentou para 34 milhões, em 2021, e para 42,7 milhões, em 2022. Comparando os anos e 2022 e 2021, observa-se uma taxa de variação positiva, quer a nível mundial quer para Portugal, sendo, no entanto, mais elevada no último caso (9% vs. 24%, respetivamente). Ressalva-se que, *tal como salientado pelo NCMEC, a maioria dos reportes inclui indicadores de onde os arquivos foram carregados, sendo importante ter em conta que os números específicos de cada país podem ser afetados pelo uso de “proxies” e “anonimizadores”, além de que cada país aplica suas próprias legislações ao avaliar o conteúdo relatado. Assim, estes números não devem ser lidos como indicativos do nível de abuso sexual infantil num dado país.*

<sup>25</sup> A “*sextorsão*” é também uma forma de exploração sexual infantil em que as crianças são ameaçadas ou chantageadas, na maioria das vezes com a possibilidade de existir uma partilha com o público de uma imagem de nudez ou com caráter sexual das mesmas, por uma pessoa que exige conteúdo sexual adicional, atividade sexual ou dinheiro da criança.

<sup>26</sup> Outra iniciativa: Plataforma “STOPNCII” – Non consensual intimate image abuse<sup>26</sup> (Facebook, Instagram, TikTok). A vítima partilha o seu conteúdo íntimo “sem necessidade de upload” e os parceiros pesquisam nas plataformas algum “match” em relação a esse conteúdo, se sim, removem-no de imediato - [Stop Non-Consensual Intimate Image Abuse | StopNCII.org](#)

<sup>27</sup> [Publications Office \(europa.eu\)](#). A publicação em Jornal Oficial da União Europeia do “*Digital Services Act*”, e a sua entrada em vigor no passado dia 16 novembro 2022, exigirá o cumprimento de novas exigências, permitindo regulamentar o mercado único para os serviços digitais.

Foi sublinhada a **importância da possibilidade de bloqueio de sites** para que se evite um atraso na ação, evitando-se, assim, a (manutenção da) prática do crime (“era importante que se pudesse pedir o bloqueio imediato”)<sup>28</sup>.

Algumas preocupações com o “**hacktivismo**”<sup>29</sup> **político por parte dos jovens** foram partilhadas. Tal como declarado, este tipo de atuação, que se verifica envolver jovens a partir dos 15/16 anos numa lógica grupal (e de reputação entre pares), reflete grupos transnacionais (que integram jovens portugueses). A este nível, foi referido ter havido um “pico” entre 2011 e 2013 em Portugal, tendo o fenómeno ressurgido este ano com “milícias cibernéticas” (pró-russas e pró-ucranianas) na prática de cibercrime. Conforme exposto, trata-se da evolução de situações de desafio pessoal para crime organizado, existindo três principais *modi operandi*: sabotagem informática/negação de serviços, esquemas de extorsão digital/*ransomware* e roubo de publicações/dados. De acordo com o apontado, existem cerca de 98 grupos internacionais “que atuam por esse mundo fora”. Nesta sede, foi destacada a importância de dar reconhecimento a estes jovens de outra forma, sendo apontadas algumas iniciativas nesse âmbito.

No que concerne também ao domínio relativo aos **órgãos de comunicação social** (OCS), de acordo com o indicado, existe uma mudança de paradigma, uma vez que **as pessoas já não são apenas recetoras de conteúdos, mas são também produtoras**. Conforme indicado, a aposta deve realizar-se ao nível do empoderamento dos cidadãos, na ação sobre a literacia mediática. A este nível, foi sublinhado o papel fundamental dos professores na promoção da literacia mediática e do lançamento (previsto) do plano nacional de literacia mediática.

Ao nível dos OCS, foi indicada a dificuldade de se avançar no sentido da regulamentação, sendo mais realista a **via da autorregulação**. Ao nível da promoção desta autorregulação destacou-se, a título de exemplo, a existência de acordos de regulação ao nível da publicidade e foi salientada a pertinência do envolvimento da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

De acordo com o indicado não está em causa o **direito à informação**, estando sim em causa a “utilização da violência como um produto comercial”, o que decorrerá também das condições de trabalho/concorrenciais para muitos profissionais. Foi reiterado o **direito fundamental à liberdade de expressão** reconhecendo-se, no entanto, que importa existirem cuidados acrescidos e medidas protetoras dos públicos mais vulneráveis.

Algumas preocupações foram elencadas em torno da existência de grupos organizados promotores de conteúdos de ódio e de problemas por se contribuir cada vez mais para dar “**palco a extremismos/radicalismos**”.

Por fim, refere-se que foram salientadas algumas notas gerais sobre a proteção das vítimas de crime, sobre a relevância da **sensibilização relativamente às várias formas de violência**, do investimento geral neste domínio e, ainda, dos cuidados a ter por parte dos OCS aquando da filmagem/transmissão de notícias.

---

<sup>28</sup> De acordo com o indicado, na atualidade este bloqueio pode não ser conseguido, bastando para tal, por exemplo, que o conteúdo esteja associado a um operador de um país cujas políticas nestes domínios sejam menos atentas/colaborantes. Tal como referido, podem no entanto, ser adotadas medidas colaterais para diminuir a probabilidade de tais conteúdos surgirem em pesquisas efetuadas (de qualquer modo não se trata de uma remoção ou bloqueio).

<sup>29</sup> O termo “hacktivismo” resulta da contração do termo “hacker” e do termo “ativista” - Fonte: [boletim-observatoriocncs-jun2023.pdf](#)

## 2.2.10 Outras Organizações

Tal como referido anteriormente, nesta audição final foram ouvidas entidades que não se enquadravam nos restantes setores previstos ou que não tiveram oportunidade de participar na audição setorial respetiva<sup>30</sup> procurando-se, assim, garantir a recolha dos respetivos contributos. Por este motivo, os contributos facultados refletem diferentes áreas de intervenção.

Nesta audição foi igualmente sublinhada a perceção de um **agravamento das condições ao nível da saúde mental**, designadamente de crianças/jovens, existindo diversas situações de comportamentos auto e hétero agressivos no pós-pandemia, um aumento da procura de apoio psicológico, sendo indicado que os “jovens referem querer ter mais acesso a psicólogos”. Tal como reportado, surgem cada vez mais pessoas a pedir este tipo de consultas, incluindo de grupos populacionais em que tal era menos frequente (ex.: homens de 60-70 anos).

Foram deixadas algumas considerações gerais sobre a **falta de tempo das famílias** para poder dar um maior acompanhamento às crianças/jovens e sobre um **excessivo foco do modelo educativo no sucesso escolar** (avaliado pelos resultados escolares), como fatores a ter em conta no domínio da delinquência juvenil e das dependências.

Foram partilhadas algumas preocupações com situações graves de **alcoolismo no contexto de diversão noturna** e de situações de **menores em estado de embriaguez** em que, quando é contactado quem tem o poder paternal, existe um “alheamento” (“pais não vão lá”), sendo indicado que seria fundamental responsabilizar-se mais os pais. Neste âmbito, foram indicadas as restrições ao consumo de álcool na via pública adotadas no período de pandemia como um potencial contributo para a resolução das situações verificadas na atualidade. Nesta linha, sinalizou-se igualmente a pertinência da eventual revisão do regime do “licenciamento zero” (com impacto na venda de bebidas alcoólicas).

Foi feita referência à existência de situações em que algumas “organizações” (devidamente hierarquizadas) tentam recrutar crianças e jovens adolescentes para as suas atividades (não lícitas).

De acordo com o indicado, na área da educação houve um reforço recente ao nível de **psicólogos** (“no ano passado entraram mais 20 psicólogos nas escolas”) e na área da saúde “entraram recentemente 40 psicólogos para os Centros de Saúde”. Tal como indicado, apesar destas entradas, em ambos os contextos o rácio de psicólogos face à população servida encontra-se ainda aquém do recomendado<sup>31</sup>, sobretudo na área da saúde (sendo que a este propósito foi indicado que o último concurso se prolongou durante 4 anos, conforme referido: “os candidatos eram aos milhares”).

Tal como mencionado, importa que os **psicólogos nas escolas** tenham disponibilidade para se dedicar mais à prevenção/promoção de competências dado que as escolas têm um papel fundamental na promoção e prevenção de comportamentos. Segundo declarado, os psicólogos nas escolas não têm, na generalidade, preparação clínica (“são, na maioria, educacionais”) e deveriam poder dedicar-se mais a promoção de competências (“a escassez de psicólogos na área da saúde tem feito com que se mobilizem mais para essa área e não tenham disponibilidade para fazer esse trabalho preventivo nas escolas”). Por outro lado, e conforme sublinhado, é fundamental reforçar a capacitação dos profissionais de Psicologia (que trabalham nas várias áreas) para as questões relacionadas com a delinquência juvenil.

A propósito da **promoção de competências sociais e emocionais**, salienta-se que, tal como indicado pela Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), “a OPP tem promovido programas de intervenção sustentados

<sup>30</sup> Tendo manifestado disponibilidade para participar numa outra data.

<sup>31</sup> [Parecer da OPP - Rácio de Psicólogas e Psicólogos](#)- Documento disponibilizado pela CAIDJCV

na evidência científica, e que possam ter sido validados para a população portuguesa”, sendo apresentados esses programas no respetivo site institucional<sup>32</sup>.

Para além da necessidade de reforço ao nível de psicólogos, foi assinalada de forma particular a importância de **reforço de profissionais ao nível dos CAFAP** (ex.: na AML) e a necessidade de incremento em termos de financiamento do Programa Escolhas.

Nesta audição foi abordado o **Programa da Câmara Municipal de Lisboa: “Desporto mexe comigo”** que visa possibilitar a integração social através da prática desportiva, fomentando os valores do desporto, e que se destina a crianças dos 3 aos 18 anos, preferencialmente residentes nos bairros/zonas de intervenção prioritária (BIP/ZIP).

A Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto (APCVD) partilhou dados sobre a respetiva **atividade sancionatória** desde 2019: 2400 decisões condenatórias; 2000 condenações efetivas; 700 interdições de entradas que já entraram em vigor. Segundo indicado, observa-se um aumento de interdições (“anteriormente não existiam praticamente interdições”; em 2017/2018 existiam 47 interdições; em 2021/2022: 335).

Segundo indicado, na época desportiva vigente à data da audição (março/2023): 200 casos de interdição por decisão da APCVD, juntando-se depois as restantes por determinação do Tribunal. Conforme referido, existe uma maior sensibilização para a aplicação destas medidas. De 01/07/2021 a 30/06/2022 foram decretadas 274 interdições de acesso (APCVD), 30% das quais relativas a pessoas com idades entre os 16-20 anos e 29% referente a pessoas com idades compreendidas entre os 21-25 anos, correspondendo, assim, a que 59% das interdições tenham sido aplicadas a jovens entre os 16-25 anos.

Sublinhou-se o papel dos **treinadores desportivos**, salientando-se a importância de que a prevenção da violência /delinquência juvenil possa integrar a respetiva formação.

Foram destacadas experiências de **“escola a tempo inteiro”** em alguns municípios - crianças/jovens têm as atividades extracurriculares na própria escola (ex.: dança, música, judo, etc...), aproveitando-se os equipamentos escolares (que muitas vezes não existem fora desse contexto) e garantindo a ocupação dos jovens quando a família não pode assegurar esse acompanhamento. Em contraponto a esta partilha de experiências, foi sinalizada a importância da ocupação dos tempos livres fora do contexto escolar e da aposta na educação não formal a esse nível.

Foram partilhadas algumas visões/experiências ao nível da **atividade escuteira**, nomeadamente a sua abrangência em termos do número de crianças/jovens (no total das duas organizações ouvidas, existirão 80 mil escuteiros, entre os 6 e os 21/22 anos), a importância da educação não formal e da “educação pela ação”, sendo referido que muitas vezes os jovens são encaminhados para os escuteiros pela escola, por psicólogos, e que importa trazer aos jovens em situações menos favoráveis outros exemplos (“sair dos seus meios”), a exploração de outros interesses, e que a “pertença a um clã” permite aos jovens “obter o que não têm no ambiente familiar”.

Diversas intervenções sinalizaram a importância do **reforço do voluntariado** a nível global.

Foi ainda destacada a relevância do papel das **autarquias e das juntas de freguesias**, sendo que estas últimas se constituem, nomeadamente como “o braço direito das autarquias e o braço esquerdo das associações locais”, sendo assim parceiras de um vasto leque de projetos a nível nacional, mencionando-se a relevância das comissões intersociais de freguesia como fórum privilegiado para a articulação local.

---

<sup>32</sup> <https://recursos.ordemdospsicologos.pt/programas>

### 3. Entrevistas a jovens (Centros Educativos) e respetivos familiares

Em sede da CAIDJCV, concluiu-se que seria fundamental para complementar os trabalhos em curso auscultar “em primeira mão” jovens que estivessem em contacto direto com o Sistema de Justiça Juvenil, nomeadamente de entre aqueles que se encontrassem a cumprir a medida mais gravosa (internamento em Centro Educativo). Por outro lado, e dada a importância da família e da sua visão sobre os percursos e processos, foi igualmente decidido envolver os familiares mais diretos dos jovens neste processo de auscultação. O objetivo principal foi aceder às respetivas perceções, garantindo que elementos primordiais do foco de atenção da CAIDJCV fossem efetivamente ouvidos para que a Comissão melhor possa formular recomendações.

Assim, foram realizadas no total **12 entrevistas a jovens a cumprir medida de internamento em Centro Educativo e aos respetivos familiares**. Foram entrevistados **8 jovens** (6 do sexo masculino e 2 do sexo feminino) e **4 familiares** de 4 dos/as jovens referidos/as (todos esses familiares eram do sexo feminino: as respetivas mães ou avó). A faixa etária dos/as jovens situava-se **entre os 15 e os 19 anos de idade**, encontrando-se, a maioria, a cumprir medida de internamento em regime semiaberto.

O grupo de entrevistados incluiu jovens de **variadas proveniências geográficas de Portugal Continental** (norte, centro e sul) que se encontravam (*ou haviam cessado recentemente o cumprimento da medida de internamento*) em diferentes Centros Educativos (ver Figura 3).



Figura 3: Caracterização geral das entrevistas realizadas a jovens a cumprir medida de internamento em CE (ou que haviam cessado muito recentemente) e seus familiares

\* Equipa Local deu apoio logístico à realização de 2 das entrevistas;

O número de entrevistas a elementos das estruturas familiares dos jovens com medida de internamento (4) não coincidiu com o número de jovens entrevistados (8), o que decorreu da falta de disponibilidade ou ausência de figuras de referência que pudessem prestar esse contributo.

As entrevistas efetuadas foram de tipo semiestruturado tendo por base um guião elaborado pela CAIDJCV, previamente discutido e validado pelos seus membros (incluindo de forma particular a DGRSP), que duplamente permitisse a manutenção de um fio condutor temático, mais ou menos homogêneo e independente de idiosincrasias pessoais e geográficas, mas também que possibilitasse aos entrevistados a liberdade de falar sobre a sua vida sem as amarras de um guião pouco flexível. Os entrevistados foram “alvo” de perguntas-guia, não impeditivas de outras abordagens que os mesmos entendessem adotar ao longo da entrevista, sempre numa atitude aberta e construtiva com a finalidade de aumentar a confiança com os entrevistadores e melhorar a fiabilidade das respostas. Foram adotados alguns cuidados acrescidos de modo a promover a adesão destes participantes e a maximizar os seus contributos para efeitos de recomendações sobre melhorias a efetuar ao nível do “Sistema” e suas respostas, e a descentrar, na medida do possível, a audição sobre os comportamentos delitivos, propriamente ditos, que tenham sido praticados. Não houve, assim, qualquer abordagem intencional por parte dos entrevistadores aos contextos do processo tutelar educativo que determinaram as medidas de internamento em CE.

A organização e realização das entrevistas contou com a colaboração direta da DGRSP, não estando, no entanto, nenhum profissional da DGRSP presente no decurso das entrevistas. A primeira entrevista decorreu a 12 de abril e a última a 7 de julho de 2023.

As entrevistas foram realizadas nas instalações dos Centros Educativos, com exceção de duas que se realizaram em duas Equipas locais da DGRSP, por terem ocorrido em momento posterior ao término da medida de internamento. Foram recolhidos os respetivos consentimentos informados e as 12 entrevistas foram realizadas individualmente. Nenhuma das entrevistas foi gravada.

Realça-se a excecional colaboração dos/as jovens e seus familiares, assim como das direções dos Centros Educativos e das Equipas locais de reinserção social.

A duração de cada entrevista variou entre os 45 e 90 minutos. Os dados apresentados foram anonimizados garantindo-se assim o princípio da confidencialidade das informações obtidas e a preservação da identidade dos entrevistados.

No total foram sete os membros da CAIDJCV envolvidos na realização destas audições, os quais se organizaram em duplas para o efeito (ver Anexo II). Com exceção de um caso, por motivos de força maior, as entrevistas foram efetuadas por dois elementos da CAIDJCV.

## 3.1 Fatores a destacar

### 3.1.1 Entrevistas aos jovens

#### Contexto sociofamiliar

Parentalidade tradicional (pai-mãe) é pouco expressiva e pouco presente nos contextos de vida dos entrevistados. Os avós assumem em alguns dos entrevistados uma substituição quase natural dos pais biológicos, em muitos casos ausentes das dinâmicas vivenciais dos entrevistados, quer por abandono *stricto sensu* quer por abandono “forçado” pelo cumprimento de penas de prisão restritivas da liberdade. Quando existe contacto com a família biológica é mais presente a figura materna em detrimento da ausência frequente do progenitor, o que atesta a tendência da monoparentalidade nos casos estudados. Alguns entrevistados habituaram-se, desde cedo, a visitarem os pais na prisão, experienciando a parentalidade em

segmentos temporais curtos ou tardios. Não é despidendo relevar também as histórias de divórcios particularmente complexos, alguns deles resultado de históricos de violência verbal e física presenciada pelo(a) jovem. Os históricos de violência psicológica e física - reiterada em alguns casos - corrobora a perspectiva de que uma boa parte dos jovens iniciaram o seu percurso de vida em ambientes familiares desestruturados, com pouco ou até mesmo nenhum afeto, sendo eles numa primeira linha as reais vítimas. Foi possível também verificar a vinculação familiar de alguns dos entrevistados a irmãos, particularizando-se atitudes hiper protetoras que nos sugerem uma quase substituição dos pais ausentes, em muitas fases dos seus percursos de vida. Não obstante toda a história familiar que viveram, a maioria dos entrevistados afirmou que um dia mais tarde gostaria de ser pai/mãe e alguns indicaram que no percurso da sua sexualidade já tiveram “alguns sustos”.

### **Contexto escolar**

A relação crítica com o estabelecimento de ensino aparece sobretudo no segundo ciclo do ensino básico, ou seja, a partir do 4.º ano. Apesar de, em alguns casos, os entrevistados tenham apresentado um contínuo de situações indicadoras de desinvestimento e tensão relativamente ao ambiente escolar logo nos primeiros anos de escolaridade, o início do segundo ciclo é indicador de uma nova atitude perante o estabelecimento de ensino e perante os professores. Podem elencar-se alguns fatores preditivos destes comportamentos: a maior vinculação afetiva e operacional a grupos desviantes, o reconhecimento dos pares por atos de anomia (distúrbios) praticados dentro e fora da sala de aulas e o início dos primeiros traços de desafio às instituições formais de controlo social - em muitos casos por efeito mimético - e, não menos importante, uma supervisão parental inexistente ou depauperada. Foram vários os jovens que disseram que “até ao 5.º ano” portei-me muito bem”. O agravamento das situações aquando da passagem para o 5.º ano surgiu associado também a uma mudança de escola. O absentismo escolar aparece em todos os entrevistados, sobretudo justificado pela pouca atratividade das matérias lecionadas sugerindo os jovens que deveria existir uma preocupação com os talentos individuais em detrimento da massificação de conteúdos curriculares pouco interessantes. Alguns jovens demonstraram ter-se sentido de algum modo “abandonados” e não valorizados pela escola, no sentido em que não sentiram uma atenção personalizada, mesmo quando manifestavam sinais dessa necessidade.

### **Contexto do desvio**

O aligeiramento ou inexistência da supervisão parental é apontada pelos entrevistados como um dos primeiros passos para opções de vida não conformes ao Direito. Se em alguns casos é indicado claramente que a figura dos progenitores, em particular o pai, desapareceu do radar relacional e isso contribuiu para que não existisse essa figura de supervisão reconhecida e assimilada, alguns dos entrevistados indicaram que a experiência da violência como ferramenta de resolução de conflitos começou no seio da família sendo eles próprios vítimas diretas dessa mesma violência, não só aquela que era praticada contra os próprios mas também aquela que observavam dentro casa, em particular entre progenitores. A referenciação a grupos de pares desviantes (outro dos primeiros passos assinalados como relevantes para opções de desvio), geralmente localizados nas mesmas áreas geográficas das residências, sugere que a rua é, indubitavelmente, o prolongamento possível, e porque não dizê-lo inevitável, da casa. Muitos dos jovens entrevistados afirmaram que a maior parte do dia estavam sozinhos (pais ausentes) e que era na rua que encontravam os seus amigos e as suas referências relacionais. Como se afirmou, o efeito de reconhecimento grupal esteado na assimilação de valores subculturais desviantes propicia uma forma de

vida mais confortável, sobretudo pelo sentimento de proteção física e psicológica que a filiação a um grupo confere e também pela obtenção de proventos económicos associados a condutas criminais - um dinheiro fácil que seria impossível obter de forma lícita. Práticas ilícitas com motivações ligadas ao apoio a prestar a outros em graves situações de carência económica surgiram igualmente no discurso de alguns dos jovens. O grupo é o cimento agregador dos pares e sem ele a sobrevivência afetiva-relacional é posta em causa. Por isso, o espaço relacional deixado para a “rua” deve ser ocupado com outras iniciativas positivas que ocupem efetivamente os jovens e os afastem da facilidade de diluição no grupo desviante, como afirmam. No contexto do desvio, é também importante salientar que o relacionamento polícia-jovens é, no seu entendimento, particularmente tenso e, em muitas ocasiões, desinformado. Entendem o papel da polícia - acham até que a polícia está mais atenta ao crime - mas gostariam de ver a polícia mais próxima. As queixas contra a polícia são também acompanhadas pela existência de “polícias de referência” (que conhecem pelo nome) que os compreendem melhor e que falam com eles. A proximidade policial é apontada como uma boa ferramenta de diminuição de vazios relacionais, alguns potenciados por intervenções policiais mais ostensivas e musculadas.

### **Contexto de desvio: consumos e tráfico de substâncias aditivas**

Uma boa parte dos entrevistados já consumiu substâncias psicoativas, em particular drogas ditas leves. A permanência em CE interrompeu os históricos de consumo e, após a saída, pretendem não regressar aos consumos. A utilização de jovens nas dinâmicas do tráfico de droga é presente no discurso de alguns dos entrevistados: para o controlo das ações policiais, nomeadamente nos pré posicionamentos em zonas extrínsecas ao locus do desvio incrementando assim a vigilância natural e o acautelamento de situações de flagrante-delito, como correios de drogas ou pequeno tráfico, tirando partido das idades de imputabilidade criminal. As drogas e as toxicodependências fizeram, em algum ponto, parte do percurso de vida da maioria dos entrevistados.

### **Contexto vivencial em CE**

Os entrevistados entendem como “normal” a sua passagem pelos CE face à ineficácia de outras medidas aplicadas e à reiteração dos seus comportamentos desviantes. Esta “inevitabilidade” no percurso individual é sugestiva que a passagem pelos CE se constitui como uma fase da vida assimilada e “esperada”. Os entrevistados revelaram, sem exceção, a virtude dos CE na interrupção das condutas delitivas e na projeção para um novo alinhamento das suas vidas mais conformes com o Direito e com as regras de vida em sociedade. Os CE visitados possuem projetos educativos e adaptativos que potenciam as qualidades de cada jovem. Por via de regra, o elemento de referência do(a) jovens é o seu técnico do CE, figura central no seu projeto de vida intra e extra CE. Apesar do contexto proximal que se estabelece com a partilha do mesmo espaço e, em muitos casos, na identificação das condutas que aí os levaram, é reiterado por alguns dos entrevistados que “não existem amigos aqui”, ou seja, que a vida corre o seu tempo dentro dos limites da urbanidade necessária para que não existam conflitos, mas que não se vinculam afetivamente aos pares. Por outro lado, outros entrevistados referem ter no CE vários amigos oriundos do mesmo contexto social e geográfico. É amplamente mencionado que os CE contribuem para uma nova consciência de vida e para a abertura de novos horizontes técnico-profissionais. Alguns dos entrevistados indicaram que o percurso de desvio poderia ter sido interrompido se a opção de internamento não fosse a última de uma série de intervenções malsucedidas, nomeadamente em casas de acolhimento. A estabilização psicológica e afetiva é comumente apontada como muito positiva no âmbito das intervenções multidisciplinares em CE.

## **Contexto de intervenção em saúde mental**

A maioria dos jovens entrevistados já tiveram ou têm seguimento psicológico/psiquiátrico, alguns com administração regular de psicofármacos. Indicaram também que o uso de psicofármacos em contexto de Casas de Acolhimento é, por vezes, excessivo. Todos os jovens indicaram a necessidade de apoio psicológico precoce e regular, extensivo às famílias, não só como estratégia de regulação emocional, mas também de ferramenta de incremento relacional.

## **Contexto de respostas institucionais (CPCJ + Casas de Acolhimento)**

Todos os jovens entrevistados (que passaram por CA) foram particularmente críticos sobre a mais-valia das Casas de Acolhimento no seu percurso de vida “institucional”. Aliás, todos os que tiveram contacto com estas estruturas - em alguns casos quase 10 anos - indicaram que as intervenções foram pouco consistentes ou mesmo ausentes. A ineficácia do estabelecimento de uma rotina de vida diária, a ausência de regras e a possibilidade de gestão livre do seu tempo são avançadas como as principais causas de insucesso das casas de acolhimento. Indicaram que as Casas de Acolhimento promovem a partilha de dinâmicas de desvio entre os jovens e, em alguns dos casos dos entrevistados, terão sido as “verdadeiras escolas” das dinâmicas criminais assim como de consumos de substâncias psicoativas. A intervenção de promoção e proteção (CPCJ) é percebida pelos jovens como pouco eficaz ou mesmo inexistente. Consideram que as famílias deveriam ser apoiadas desde muito cedo para que tivessem as condições mínimas e necessárias de sobrevivência.

## **Projetos de vida pós CE**

Os jovens entrevistados demonstraram vontade de alterar o rumo de vida, rumo esse que os trouxe à experiência de internamento em CE. Não obstante esta quase promessa de vida de conformação com as regras de vida social, não podemos descurar que a inalterabilidade do ambiente que encontrarão quando abandonarem a tutela “imediate” do centro educativo poderá potenciar o ressurgimento de condutas desviantes. O acompanhamento próximo através de um técnico de referência dos jovens e famílias será central para a boa execução do projeto de vida pós-CE. É incontornável para os entrevistados a validade e importância dos projetos desenvolvidos no CE, perspectiva esta corroborada por todos os entrevistados. A centralidade na vida dos jovens do seu técnico de referência sugere que será esta a figura institucional-charneira para um projeto bem-sucedido.

## **3.1.2 Entrevistas a familiares**

### **Relação Parental**

Os casos estudados indicam uma linha comum de ausência da figura paterna no contexto parental, em alguns casos por decorrência de separação judicial ou pelo mero desinvestimento relacional. As relações de parentalidade (figura paterna) foram marcadas pela violência psicológica, verbal e física o que se repercutiu mais tarde na forma de reagir dos jovens a contextos similares. Por outro lado, a parentalidade (figura paterna) excessivamente permissiva funciona quase como uma recompensa pontual fungível, limitadíssima no tempo, mais ao jeito de um remediativo das ausências e não como uma verdadeira

parentalidade responsável que promova não só o afeto mas também as regras de convivência e a capacitação para uma vida responsável. A existência de inconsistências em termos de regras e estilos educativos (entre a figura materna e a paterna), dificultando a interiorização de valores e comportamentos ajustados foi também referenciada. Em alguns dos casos, a impreparação para a maternidade (e receios associados), ou mesmo o desenvolvimento de gravidezes não desejadas, terão também contribuído para uma menor capacidade em termos de uma assunção plena da maternidade. Tal como mencionou uma das entrevistadas, “ser mãe não era importante” nem se constituía como uma prioridade de vida. A ausência de modelos parentais prévios é sugestiva para as entrevistadas como preditores da alienação das competências que seriam esperadas.

### **Intervenção institucional (CPCJ + CA)**

Existe consenso entre as entrevistadas sobre a ineficácia das casas de acolhimento. Tal como aconteceu nas entrevistas aos jovens, as CA aparecem no discurso dos dois grupos como estruturas ineficazes que muito contribuíram, ao contrário do que seria esperado, para a troca de experiências desviantes, como por exemplo os consumos de substâncias aditivas. A ausência de um plano de vida predefinido e de vinculações a projetos de capacitação profissional, aliado às ausências (fugas) fáceis das CA, fizeram destas estruturas espaços fáceis e pouco representativas no trajeto de vida dos jovens. Quando fazem a comparação entre as CA e os CE, jovens e familiares são unânimes em afirmar que os CE representam uma mudança radical nos seus percursos de vida. Sobre o papel das CPCJ, e apesar das entrevistadas não terem sido muito expansivas sobre as intervenções de promoção e proteção que foram operadas em cada caso em concreto, deixaram alguns reparos sobre a ausência de intervenções mais profundas nas famílias e nos jovens. Foi mencionado, ainda, que as intervenções são excessivamente “teóricas” e pouco práticas. Num dos casos foi indicado que o suporte obtido junto da Segurança Social terá sido nulo.

### **Perspetivas de intervenção junto da família**

Os familiares indicaram a necessidade de intervenções mais eficazes pelas CPCJ, pela Segurança Social e pelas escolas junto das famílias. Reconhecem o papel central da precocidade das intervenções em contexto familiar como “lenitivo” de comportamento desviantes.

### **Escolas**

Os familiares entrevistados referenciam a escola como espaços pouco preparados para os “novos adolescentes”. A rigidez curricular, pouco atreita às idiosincrasias de cada jovem contribui, e muito, para o desinteresse nas matérias lecionadas. Como uma das mães dizia na entrevista, o “[jovem] nunca foi focado/a na escola”. Alguns dos/as jovens entrevistados/as têm acompanhamento psicológico/psiquiátrico por hiperatividade e défice de atenção, o que implicaria a adoção de abordagens educativas mais ajustadas para potenciar o sucesso. Por último, os familiares - que gostariam de ver a escola mais próxima das famílias - indicam que o défice de estratégias/ferramentas disponíveis para os professores para os “novos adolescentes” é uma das causas do insucesso escolar destes jovens e sinalizam a centralidade de uma atenção neste domínio.

## Comportamentos desviantes

É assumido pelos familiares entrevistados o conhecimento de condutas desviantes praticadas pelos jovens. É frequentemente apontado o grupo de pares como a célula-base dos comportamentos delitivos juvenis, havendo a noção de “gangue” no plano discursivo das entrevistadas (ao contrário do verificado no discurso dos jovens). Os delitos praticados em grupo, e sobretudo os consumos de substâncias aditivas, são os comportamentos mais indicados pelos familiares.

## Saúde mental

Presença de intervenção psicológica/psiquiátrica nas histórias de vida dos jovens interligados à hiperatividade, défice de atenção, baixa autoestima e comportamentos violentos.

## 3.2 Síntese dos principais contributos

Ao longo das entrevistas efetuadas juntos dos jovens e famílias foi possível identificar algumas áreas transversais que merecem especial atenção. Desde logo a questão da capacitação para uma parentalidade consciente e transmissora de valores conformes ao Direito. A família enquanto estrutura-base para o adequado desenvolvido biopsicossocial foi identificada como alvo de intervenção prioritária pelos jovens. A ausência dos pais - o pai que desapareceu do radar relacional dos jovens e ou a mãe que tem de sair cedo e chegar tarde a casa - constituem, nas suas narrativas, um foco de tensão/desestabilização. O apoio económico e psicológico junto das famílias é apresentado pelos entrevistados como uma ferramenta apropriada para a diminuição do leque de possibilidades de desvio. É importante salientar que a necessidade de apoio psicológico é identificada pela maioria dos entrevistados, a par com outras ações de intervenção que possam ser desenvolvidas junto das famílias. Deve ser promovida a interrupção do ciclo de violência familiar a que a maioria dos entrevistados foi sujeito.

A proximidade de pares com comportamentos desviantes ou antissociais é patente em alguma fase do percurso destes jovens, independentemente do local onde residiam. Importa destacar que foram entrevistados jovens de diferentes zonas do país, alguns provenientes das áreas suburbanas de Lisboa, mas igualmente de outras zonas e regiões menos conotadas comumente com situações de delinquência juvenil. Nos casos em que a atividade delitiva surgia ligada a grupos juvenis/gangues específicos, tal tendia a não ser reconhecido pelos jovens, que antes referiram os aspetos positivos destes grupos e a forte relação de amizade existente, denotando a importância de um maior “distanciamento” e consciência das questões inerentes ao funcionamento deste tipo de grupos.

A escola, enquanto estrutura de promoção do conhecimento e espaço relacional por excelência, é frequentemente criticada pelos jovens e famílias. A pouca flexibilidade e atratividade curricular tornam o espaço escolar, em particular o contexto de sala de aula, pouco interessante para os entrevistados. Reconhecem mérito aos professores, mas admitem que as matérias lecionadas têm pouco interesse e que deveriam ser mais próximas e adequadas aos seus contextos de vida, desenvolvendo competências para o mercado de trabalho. As famílias relevam também que as escolas devem promover a abordagem sobre os contextos de desvio (ex.: drogas e crimes) e que os professores devem ser convenientemente capacitados para intervirem junto de jovens que se encontram em situação de pré-delinquência ou delinquência. Interessante notar que os próprios jovens indicam a relevância da sensibilização para as questões

relacionadas com a prevenção do consumo de álcool e drogas. O papel da escola, em particular dos professores, é uma recorrência discursiva em todos os entrevistados - pretendem uma escola e professores que sejam conscientes, formados e informados sobre os desafios que os jovens de hoje enfrentam.

As intervenções das CPCJ aparecem no plano discursivo dos jovens e famílias de forma pouco consistente e, por vezes, até relegadas a um plano “teórico” e pouco prático. O contexto das CA é fortemente criticado pelos entrevistados (que passaram por CA) não reconhecendo mais-valias nos modelos por eles experienciados. Os CE são colocados como o espaço de disrupção das condutas delitivas e são amplamente reconhecidos por todos como uma etapa marcante nas suas histórias de vida, não só pela interrupção dos comportamentos criminais/antissociais mas sobretudo pelas novas capacitações técnico-profissionais que os CE conferem. Os técnicos de referência, que acompanham os jovens no seu percurso dentro e fora do CE, são identificados como o elemento-chave de proximidade, confiança e confidencialidade. Dizem que são poucos em número (não em qualidade!) e que devem possuir meios logísticos apropriados para desenvolverem as suas tarefas.

A ocupação dos tempos livres que se desenvolvem entre o fim da atividade letiva e o regresso a casa é fundamental para a quebra das ligações a grupos delinquentes. A disponibilidade tentadora de grupos de pares, que substituem o vazio relacional da ausência familiar e que funcionam como modelo de sucesso e reconhecimento grupal, devem ser substituídos por projetos positivos de capacitação que ocupem os jovens e que promovam competências pessoais e profissionais. Sendo a rua a extensão consequente da casa, é neste contexto de proximidade ao locus da residência que os projetos devem ser incentivados e desenvolvidos e, conseqüentemente, quebrados os ciclos de violência.

A profunda vinculação dos jovens ao mundo digital é indicadora para uma maior aposta e intervenção na promoção da literacia digital conforme ao Direito, em particular no âmbito dos direitos e liberdades individuais. O mundo digital substituiu o espaço relacional de proximidade e o efeito mimético que alguns conteúdos, disponíveis à distância de um *click*, promovem, devem ser alvo de aprofundada reflexão. A banalização de conteúdos violentos, ou expressões, ditas “artísticas”, de marcada violência *lato sensu*, violência de género, ameaça, reatividade à polícia, drogas, álcool ou, ainda, de comportamento antissocial encontra espaço para uma reflexão sugestiva da regulação do espaço digital enquanto fonte mimética de condutas desviantes.

A relação polícia-cidadão é apontada pelos jovens como uma área de particular sensibilidade. O desconhecimento da atividade da polícia e das metodologias policiais adotadas juntos de áreas mais sensíveis/vulneráveis, a par com a experiência da violência policial na primeira pessoa, contribuem para a polarização de posições. Entendem que a polícia deve ser uma instituição de referência, próxima das pessoas e dos seus problemas. Contudo, existem polícias - como foram dizendo ao longo das entrevistas - que têm mais sensibilidade e capacidade de compreender os novos desafios dos jovens e que os conhecem pelo primeiro nome.

Por último, torna-se interessante destacar que diversos dos jovens entrevistados se mostraram motivados para vir a ajudar outros jovens que se encontrem em situações semelhantes às suas no passado, de modo a evitar percursos de desvio similares. Por outro lado, a necessidade manifestada por diversos jovens entrevistados de que as pessoas à sua volta (familiares, professores e outros profissionais) acreditem na sua capacidade de mudança e nas suas qualidades é um aspeto essencial para consolidação destes percursos de mudança. Como dizia um/a jovem entrevistado/a, *“As pessoas pensam que somos delinquentes... não gosto de ouvir isso”*.

## 4. Análise bibliográfica

Na sequência de solicitação efetuada pela CAIDJCV/GSEAI à SGMAI (área de Divisão de Documentação e Arquivo) e das orientações estabelecidas, foi disponibilizado, no final de fevereiro de 2023, um dossiê temático sobre delinquência juvenil e criminalidade violenta.

Trata-se de um documento que reflete a investigação aplicada nestes domínios que tenha sido objeto de publicação entre o início de 2017 e o mês de fevereiro de 2023. O dossiê é composto por recursos documentais digitais, organizados de acordo com a área geográfica, idioma do recurso, a forma de acesso à informação e a data de publicação. A pesquisa bibliográfica efetuada centrou-se em fontes de acesso aberto, mas também foram considerados pertinentes alguns textos encontrados em acesso restrito, tendo sido inquiridos diversos repositórios institucionais e catálogos de recursos, nomeadamente, o portal RCAAP, o portal Scielo, o OpenAire, o motor de busca da Taylor&Francis Online, da Springer, da Elsevier e a DialNet.

A análise deste acervo de informação foi realizada sob a coordenação da Doutora Maria João Leote, apresentando-se de seguida a metodologia utilizada e síntese dos principais contributos daí resultantes<sup>33</sup>.

A metodologia utilizada na análise do *Dossier temático: Delinquência juvenil e criminalidade violenta* procurou garantir a pertinência e a relevância das informações apresentadas e constituir um contributo para os trabalhos da Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e Criminalidade Violenta.

Na impossibilidade de se proceder, neste curto espaço de tempo, à realização de uma meta-análise através da leitura dos artigos e dissertações a que correspondem o material disponibilizado, a análise apresentada neste relatório está reduzida aos resumos publicados entre 2017 e 2023. Dado o período temporal que decorre entre a submissão dos trabalhos para apreciação editorial e a sua publicação, importa reter que tal pode traduzir que algumas temáticas emergentes nos últimos anos não estarão ainda aqui refletidas, o que deve ser considerado na leitura da síntese apresentada.

Na primeira etapa desenvolveu-se uma leitura de todos os resumos do Dossier com o objetivo de identificar as principais linhas de orientação temática, definir a estrutura de análise e de organização sistemática da informação recolhida. Em função de algumas limitações metodológicas identificadas no decorrer da primeira etapa de leitura dos resumos que integram o Dossier, a par da disponibilidade temporal para a realização da sua análise, a opção recaiu em focar o interesse somente na temática da delinquência juvenil.

Os resultados apresentados são restritos ao corpo de resumos selecionados para estudo pelo que as conclusões obtidas não podem ser generalizadas.

Da primeira etapa deste processo resultou a identificação de três linhas temáticas distintas sobre a temática da delinquência juvenil que permitiram orientar a discussão dos resumos e a partir da qual se estrutura a apresentação de resultados nas páginas seguintes:

- I. Discussão sobre os fatores explicativos da delinquência juvenil
- II. Principais dinâmicas observadas nos últimos anos
- III. Considerações / recomendações para políticas públicas

---

<sup>33</sup> Os conteúdos seguintes constantes neste capítulo 4 e no Anexo IV foram extraídos do Relatório elaborado pelas respetivas autoras: **Maria João Leote de Carvalho** - Investigadora Auxiliar - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Membro da Comissão de Análise Integrada da Delinquência Juvenil e Criminalidade Violenta; e **Annabelle Dias Félix** - Investigadora de Pós-Doutoramento - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa.

Esta três linhas resultam da agregação, para cada uma, de um conjunto de resumos de artigos com arbitragem científica e dissertações de mestrado e doutoramento das mais diversas áreas científicas,<sup>34</sup> em número considerado suficiente para a realização de uma abordagem sustentada e desenvolvimento de *insights* sobre as questões em discussão. Esta opção permite a consideração de diferentes aspetos relevantes para a compreensão do fenómeno da delinquência juvenil além da identificação de recomendações para políticas públicas identificadas no material em estudo.

A seleção dos resumos foi baseada na adequação e na qualidade das informações e evidências fornecidas de forma a garantir a confiabilidade e a relevância dos dados utilizados neste relatório. Foram excluídos todos os resumos que não continham informação suficiente e clara para integrar uma das seções e outros cujas temáticas e questões abordadas não estavam suficientemente representadas num número mínimo que garantisse a fiabilidade da análise.

Foram tidos em conta 72 resumos diferentes, sendo que 17 deles foram considerados em mais do que uma linha temática, perfazendo assim um total de 89 resumos considerados em termos globais para as 3 temáticas.

O elenco completo dos artigos científicos, teses de doutoramento e dissertações de mestrado realizadas em universidades portuguesas, cujos resumos foram analisados em cada uma das três linhas temáticas consta do Anexo IV.

## 4.1 Discussão sobre os fatores explicativos da delinquência juvenil

A discussão sobre os fatores explicativos da delinquência juvenil constitui o eixo orientador de um total de **vinte e nove resumos**, dos quais vinte e dois artigos científicos e teses de doutoramento e sete dissertações de mestrado realizadas em universidades portuguesas.

Da sua análise é possível destacar as seguintes conclusões:

- **Família:**
  - A família é o pilar da socialização e desenvolvimento na infância e juventude. A influência de um ambiente familiar disfuncional constitui fator determinante na propensão para o envolvimento das crianças e jovens em práticas de delinquência.
  - A natureza da supervisão parental, especialmente quando deficitária, a par da falta de capacidade por parte dos pais ou cuidadores responsáveis para orientar a educação de comportamentos do jovem em conformidade à norma social, são fatores relevantes na génese da entrada dos jovens em atividades delinquentes.
  - A exposição da criança ou jovem a violência na família / junto dos seus cuidadores é fator regularmente registado em populações recenseadas em sistemas de justiça juvenil.

---

<sup>34</sup> Os resumos das dissertações de licenciatura foram excluídos da análise final devido a várias considerações relacionadas com a sua natureza, significativamente diversificada nos modelos de apresentação usados enquanto produções científicas relativas a um estágio inicial de formação.

- **Desenvolvimento e saúde mental:**
  - Crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade biopsicossocial tendem a apresentar riscos e necessidades específicas mais complexas de desenvolvimento emocional que requerem especial atenção e a implementação de uma intervenção apropriada / especializada.
  - A falta de apoio psicológico e emocional atempado na infância e na adolescência pode vir a refletir-se no desenvolvimento de comportamentos delinquentes que podem ser vistos como expressão / forma de o jovem lidar com as experiências traumáticas e adversidades que o afetam / afetaram.
  - O envolvimento em gangues / grupos desviantes e criminais pode corresponder a necessidades emocionais e de desenvolvimento sendo nesses contextos que o jovem passa a concretizar parte das suas relações afetivas mais significativas.
- **Exposição a violência:**
  - A exposição a influências negativas / desviantes entre / de pares pode constituir influência significativa para o envolvimento de crianças e jovens em comportamentos delinquentes.
  - Colegas da escola / pares nos respetivos contextos / outras crianças e jovens tendem a ser as principais vítimas das práticas de delinquência juvenil.
  - A sobreposição da experiência entre a condição de vítima e a condição de agressor/a é regulamente observada nas populações oficialmente recenseadas em sistemas de justiça juvenil.
  - A exposição à violência comunitária e à falta de segurança em determinadas áreas, sobretudo em contexto urbano, pode associar-se à criação de oportunidades ilegais e de um ambiente mais favorável para o envolvimento dos jovens em práticas de delinquência pela prevalência de modelos de não conformidade social e / ou desorganização social a par de baixa eficácia coletiva.
  - A exposição à violência difundida através dos media é uma realidade em crescimento que influi nos comportamentos e opções que os jovens tomam no seu quotidiano, nomeadamente através do fácil acesso a modelos e / ou desafios que proporcionam o acesso / conduzem / associam-se a práticas de delinquência.
- **Educação e emprego:**
  - A falta de acesso a programas educacionais adequados e a uma resposta efetiva do contexto escolar é condicionante nas trajetórias de jovens envolvidos em delinquência.
  - Abandono e insucesso escolar estão significativamente presentes no contexto de vida de jovens institucionalizados em sistemas de justiça juvenil.
  - A falta de acesso a oportunidades de emprego pode levar alguns jovens ao envolvimento em práticas de delinquência, alguns como uma alternativa para obter sustento ou colmatar necessidades consideradas básicas.
- **Políticas públicas:**
  - A falta de programas de intervenção precoce e de apoio social estruturados para crianças e jovens em situações de risco social contribui para o aumento da delinquência juvenil.
  - A ausência de políticas de prevenção e de reabilitação eficazes que abordem especificamente as necessidades biopsicossociais dos jovens envolvidos em delinquência pode deixá-los sem suporte adequado para superar os desafios que enfrentam no quotidiano e nas suas comunidades.

- A falta de recursos financeiros destinados à prevenção e combate à delinquência juvenil numa perspetiva continuada no tempo é vista como um dos principais fatores explicativos para seu aumento nos últimos anos.

## 4.2 Principais dinâmicas observadas nos últimos anos

A discussão sobre as principais dinâmicas da delinquência juvenil observados nos últimos anos constitui o eixo orientador de um total de **vinte e oito resumos**, dos quais vinte e seis artigos científicos e teses de doutoramento e duas dissertações de mestrado realizadas em universidades portuguesas.

Da sua análise é possível destacar as seguintes conclusões:

- **Tendência geral:**
  - A interconexão entre delinquência juvenil e outros problemas sociais não é nova, mas constitui uma realidade atual, mais complexa, sobretudo na associação a abuso de substâncias, abandono escolar, problemas de saúde mental, violência doméstica, desigualdades sociais e usos digitais.
  - Acresce a necessidade de maior conhecimento sobre os fatores associados à prevalência das tecnologias e de usos da internet no quotidiano de crianças e jovens e sua influência em práticas de delinquência.
  - É reconhecida a relevância atribuída ao desenvolvimento de abordagens integradas / ecológicas / sistémicas para melhor enfrentar os problemas sociais e prevenir mais eficazmente a delinquência juvenil.
- **Desigualdades sociais**
  - A associação entre desigualdade socioeconómica e delinquência juvenil, apesar de não ser uma novidade no campo da investigação, continua a ser frequentemente observada em populações recenseadas em sistemas de justiça juvenil, o que revela a importância de políticas de inclusão social e de redistribuição de recursos socioeconómicos pela população bem como o reconhecimento do potencial enviesamento pela influência de mecanismos seletivos dos sistemas de justiça juvenil junto de segmentos da população socialmente mais vulneráveis.
  - A influência de fatores socioeconómicos na transição para a vida adulta, como o aumento do desemprego e da dificuldade de acesso a oportunidades educacionais diferenciadas na atualidade pode levar alguns jovens a buscar meios ilegais e / ou associação a organizações criminais para obtenção de recursos financeiros.
  - O impacto da marginalização e discriminação de certos grupos de jovens em situação de maior vulnerabilidade social pode traduzir-se no desenvolvimento de sentimentos de exclusão da comunidade / sociedade e, em certos casos, o envolvimento em delinquência pode surgir como uma forma de afirmação pessoal e / ou procura de reconhecimento social.
  - Identifica-se um crescente interesse pela participação de raparigas envolvidas em práticas desviantes e delinquentes, em comportamentos que podem revelar / associar / expressar mudanças significativas nos papéis sociais de género.

- **Substâncias ilícitas:**
  - O aumento do uso e consumo de drogas entre os jovens, a par da diversificação das substâncias e ao seu acesso, é associado a um aumento nos delitos registados relacionados com drogas.
  - O aumento do envolvimento de jovens em atividades de tráfico de drogas, tanto como distribuidores quanto como consumidores, tende a estar associado à escalada da violência relacionada com o mercado de drogas.
- **Tecnologias e Internet:**
  - O surgimento de crimes cibernéticos cometidos por jovens, como o *hacking*, e ações associadas a *cyberbullying*, apresenta desafios únicos para a aplicação da lei no campo da justiça juvenil.
  - Identifica-se uma influência crescente e muito rápida, em permanente transformação, da exposição / participação em ambientes digitais na escalada de violência na delinquência juvenil.
  - A influência crescente e relevante da participação individual em redes sociais é significativa na formação de gangues juvenis e na disseminação de comportamentos delinquentes, tanto a nível individual como grupal.
  - A disseminação em ambientes digitais de práticas delinquentes de jovens é uma tendência relevante na construção e afirmação da identidade social, procurada para afirmação no grupo de pares.
  - O uso de novas tecnologias e da Internet, nomeadamente de redes sociais e outras aplicações de comunicação, como ferramentas para organizar e cometer crimes, como roubos, ameaças, extorsão, coação, ofensas e outros de cariz sexual, é uma tendência que apresenta desafios adicionais para as autoridades e para a manutenção da segurança pública, a começar pela natureza da investigação criminal.
  - É notório e relevante o crescimento da visibilidade das raparigas / grupos de raparigas no envolvimento em delinquência pelas suas práticas com recurso a ambientes digitais e uso da Internet.
- **Movimentos migratórios**
  - O impacto da migração e deslocamento forçado de crianças e jovens a nível global nas últimas décadas pode estar associado a um aumento da delinquência juvenil em certas regiões do mundo tendo por base a sua não inclusão social e / ou dificuldades de adaptação na comunidade de acolhimento.
  - A escassez de respostas sociais e de oportunidades educacionais e de formação para crianças e jovens deslocados é uma realidade que os coloca em posição mais vulnerável perante a procura / ofertas de redes e organizações criminais.
  - O impacto da marginalização, estigmatização e discriminação de grupos de jovens oriundos de minorias étnicas e / ou de imigrantes pode associar-se ao seu envolvimento em delinquência, em práticas que podem ser vistas como formas de afirmação pessoal e / ou até estratégias de sobrevivência.

### 4.3 Considerações / recomendações para políticas públicas

Considerações e recomendações para políticas públicas estão presentes num total de **trinta e dois resumos**, dos quais vinte e seis artigos científicos e teses de doutoramento e seis dissertações de mestrado realizadas em universidades portuguesas.

Da sua análise é possível destacar as seguintes conclusões:

- A prevenção da delinquência juvenil requer uma abordagem multidisciplinar, envolvendo diferentes setores, como educação, segurança social, justiça e saúde, segurança pública, entre outros, que, em conjunto, devem definir e articular de modo efetivo numa estratégia integrada a nível nacional / em cada comunidade visando a promoção da equidade e justiça social junto da população que servem.
- A criação de parcerias entre instituições governamentais, organizações não governamentais e a sociedade civil para abordar de forma integrada / sistémica os fatores associados à delinquência juvenil é fundamental para uma maior eficácia da implementação de políticas públicas de proteção à infância e juventude, de seguranças pública e de justiça.
- A implementação de medidas de prevenção da delinquência juvenil e criminalidade deve ser baseada em evidências, com recurso a diagnósticos, pesquisas e estudos multidisciplinares para orientar a formulação de políticas públicas e a alocação de recursos (humanos, materiais, financeiros, etc.) de forma eficaz a par da necessidade de mecanismos de avaliação / monitorização de medidas e respostas que permitam atempadamente a identificação de desvios e / ou pontos críticos.
- O desenvolvimento de programas de prevenção da delinquência juvenil deve ser sustentado em evidências. É demonstrada a importância de:
  - programas de promoção da resiliência e fortalecimento de habilidades sociais tendo por enquadramento a construção de um ambiente seguro e saudável para crianças e jovens através do reforço / construção de redes efetivas de suporte social;
  - programas educacionais sobre uso e consumo de drogas e de promoção de competências sociais, com o objetivo de reduzir a incidência de delinquência juvenil associada a consumos / usos de determinadas substâncias;
  - programas de mediação e de resolução de conflitos para ajudar as crianças e os jovens a lidar com disputas e problemas interpessoais sem recurso à violência ou comportamentos delinquentes, incluindo em ambientes digitais;
  - oferta de oportunidades e programas educacionais e de emprego diversificadas para jovens;
  - programas de sensibilização e formação para pais / cuidadores, professores e profissionais que trabalham com crianças e jovens, visando muni-los de conhecimento sobre como identificar atempadamente o envolvimento em situações de risco e de delinquência, fornecendo o suporte necessário para que possam intervir na sua prevenção.
- A implementação de estratégias de reabilitação eficazes para jovens infratores deve assentar numa visão que tem como eixo orientador a sua reintegração na sociedade de forma a promover a prevenção da reincidência. Para este objetivo é fundamental:
  - o desenvolvimento de programas de reabilitação personalizados, levando em consideração as necessidades individuais dos jovens, nas suas mais diversas dimensões, com foco na (res)socialização e na construção de uma perspetiva positiva para o futuro;
  - a promoção de oportunidades de emprego e de formação profissional;

- a promoção de campanhas de consciencialização e educação pública para combater estereótipos e preconceitos associados à delinquência juvenil, visando reduzir o estigma e promover uma abordagem que abra oportunidades de apoio para a reinserção social dos jovens envolvidos em delinquência;
- o desenvolvimento de intervenções comunitárias com participação ativa das entidades nos contextos de vida dos jovens e deles próprios.
- A alocação de recursos financeiros deve ser a adequada para garantir a implementação e sustentabilidade das políticas públicas de prevenção da delinquência juvenil.
- Destaque para a necessidade de fortalecer a cooperação internacional, designadamente entre os países europeus, para a identificação das tendências de evolução e combate concertado à delinquência juvenil<sup>35</sup>.
- Reforçar a cooperação internacional através da partilha de informações, práticas e estratégias de investigação, intervenção e avaliação bem como sobre as políticas e programas eficazes de prevenção e combate à delinquência juvenil.

#### 4.4 Síntese da análise efetuada

O retrato traçado nesta análise é limitado, uma vez que foi reduzido à amostra do conteúdo dos resumos selecionados, pelo que o potencial de análise do Dossier não se esgota no contexto deste relatório. Acresce a necessidade de considerar que algumas temáticas e questões emergentes nos últimos anos, como o aumento da severidade da violência e a generalização do recurso a armas, nomeadamente armas brancas, para a resolução de conflitos entre jovens, não estão aqui refletidas em função do desfasamento temporal entre a submissão dos trabalhos para apreciação e a sua publicação.

Se por um lado as principais conclusões obtidas reforçam algumas tendências que são, desde há muito, reconhecidas e debatidas nas mais diversas áreas científicas, identificam-se algumas questões na origem de preocupações sociais mais recentes, como são o envolvimento de crianças e jovens em ambientes digitais e as consequências dos movimentos migratórios resultantes de conflitos emergentes em diferentes partes do globo.

Em síntese, os resumos analisados destacam que:

- A delinquência juvenil é um problema multifacetado e cada vez mais complexo.
- A normalização das práticas delinquentes no recurso a tecnologias e a uma diversidade de usos da Internet por crianças e jovens vem a adquirir contornos de difícil acesso e exige maior produção de conhecimento.

---

<sup>35</sup> Complementarmente, refere-se que o Conselho da União Europeia, em 2021, encorajou os Estados-Membros a: apoiar o desenvolvimento e a implementação do conceito de *Security by Design* de espaços públicos; desenvolver, envolver e participar em projetos relacionados com a proteção do espaço público e espaços com elevada concentração de pessoas, criando sinergias entre as autoridades nacionais, as autoridades locais, forças de segurança, empresas de segurança privada, atores privados, com o objetivo de cooperar e partilhar conhecimento que contribua para reduzir riscos e melhorar o uso de tecnologia para proteger o espaço público; restringir o porte de armas em espaços públicos e grandes eventos; apoiar as autoridades locais para conduzir uma adequada avaliação de vulnerabilidades e de risco, bem como orientação quanto a medidas de proteção - Fonte: <https://portal.ieu-monitoring.com/editorial/security-by-design-eu-council-approves-conclusions-on-the-protection-of-public-spaces>

- A prevenção da delinquência juvenil exige uma abordagem sistêmica por meio de políticas públicas e de estratégias eficazes nas comunidades de origem de crianças e jovens e no envolvimento com as suas famílias / cuidadores.
- A influência do ambiente familiar pela falta de supervisão e orientação dos pais /cuidadores, a exposição a influências negativas de / entre pares, as dificuldades e falta de acesso a oportunidades educacionais e de emprego adequadas, a escassez de programas de intervenção precoce e de apoio social aplicados atempadamente, a falta recorrente de recursos financeiros nas entidades de intervenção comunitária e organismos governamentais, a influência de modelos de comportamento inadequados cada vez mais em ambientes digitais, a exposição à violência comunitária e a baixa eficácia de políticas de prevenção e de reabilitação são fatores explicativos apontados na análise realizada para o envolvimento em e / ou aumento da delinquência juvenil.
- Nos resumos analisados, publicados desde 2017, foram observadas dinâmicas de evolução da delinquência juvenil que apontam o aumento do uso de drogas entre os jovens além do seu envolvimento em crimes de tráfico de drogas, o uso de novas tecnologias para a prática de crimes e a emergência de crimes cibernéticos, a influência das redes sociais na formação de gangues e na preparação, execução e disseminação de comportamentos delinquentes, o impacto da migração e deslocamento forçado de crianças e jovens na sua associação a redes criminais e a associação entre desigualdade socioeconômica e delinquência juvenil.

Para uma mais eficaz prevenção da delinquência juvenil, os resumos analisados apontam que políticas públicas devem incluir:

- prioridade à promoção da intervenção precoce, da inclusão social e da igualdade de oportunidades;
- definição de programas de prevenção (diferentes níveis) baseados em evidências;
- reforço da comunicação e parcerias entre instituições no terreno e definição clara dos respectivos papéis de intervenção;
- implementação de programas e estratégias de reabilitação eficazes dos jovens ofensores sustentados em evidências;
- implementação de mecanismos de avaliação e monitorização da execução de medidas, programas e políticas públicas;
- desenho de intervenções para promoção da cidadania digital para crianças, jovens e famílias;
- reforço de mecanismos de cooperação internacional, nomeadamente de fortalecimento da cooperação entre países ao nível da investigação, avaliação, intervenção e monitorização;
- alocação adequada de recursos financeiros e humanos para a execução de medidas e programas – necessidade de considerar à partida modelos e estratégias visando a sua sustentabilidade futura;
- programas de mediação e resolução de conflitos nas comunidades – implementação sustentada de mecanismos de diversão em ligação a diferentes entidades;
- campanhas de sensibilização pública;
- estratégias de formação multidisciplinar e programas formativos para pais, professores e profissionais no terreno;
- diversificação das oportunidades de emprego e formação profissional para jovens, especialmente em situação de maior vulnerabilidade social.

## 5. Análise estatística

Neste capítulo do presente Relatório procurou-se espelhar uma parte das análises estatísticas em curso ao nível da CAIDJCV (com base nos dados disponibilizados pela GNR, PJ, PSP e PGR), e que constarão, de forma mais completa e detalhada do próximo Relatório. Nesse contexto procurar-se-á integrar igualmente outros dados estatísticos, tais como os provenientes do exercício realizado pela DGRSP para utilização da Ficha desenvolvida pela CAIDJCV, adaptada à realidade dos processos acompanhados por esta entidade, e da Direção-Geral de Política de Justiça, designadamente ao nível de arguidos jovens, em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1.ª instância. Não obstante, a versão mais completa que será plasmada no próximo Relatório, considerou-se essencial que o presente documento pudesse contribuir para uma reflexão mais aprofundada em torno de dados que já são do domínio público, potenciando novos e complementares ângulos de análise.

### 5.1 Delinquência Juvenil (DJ) e Criminalidade Grupal (CG) - ocorrências registadas pelas Forças de Segurança (FS)

#### 5.1.1 Ocorrências de DJ e CG registadas pelas FS desde 2008

Analisando o número de ocorrências de delinquência juvenil (DJ)<sup>36</sup> e de criminalidade grupal<sup>37</sup> registadas pelas FS, entre os anos de 2008 e 2022, ou seja, numa série estatística de 15 anos, constata-se uma tendência de decréscimo (gráfico 1 e tabela 1). Ao nível da delinquência juvenil (DJ), em 2008 o número de registos ascendia a mais de 3000 (3161), sendo que desde 2016 (inclusive) que o quantitativo se situa, consistentemente abaixo das 2000 ocorrências registadas. Não considerando os anos mais afetados pela pandemia por COVID-19 (2020 e 2021), o menor valor encontrado nesta série em termos de DJ foi em 2018, com 1482 ocorrências e o maior valor registou-se em 2010 (3880).

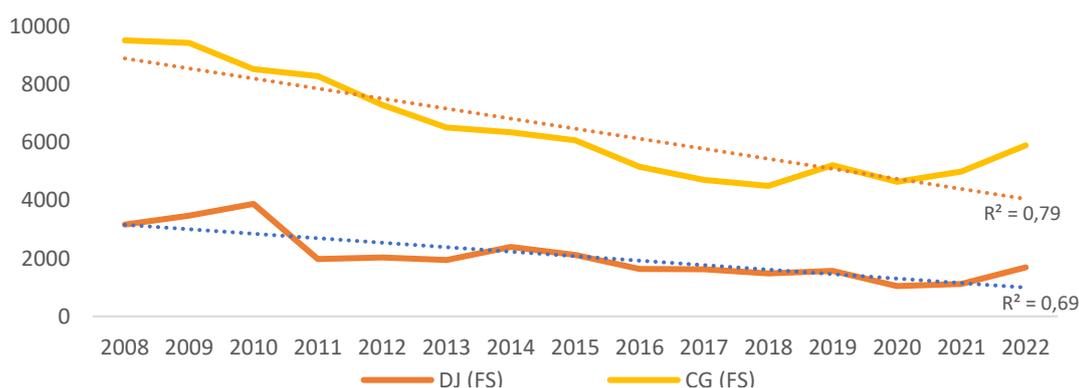


Gráfico 1: Número de ocorrências de DJ e de CG registadas pelas FS, entre 2008 e 2022

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados constantes nos RASI 2022, 2013 e 2010 (GSG SSI).

No âmbito da criminalidade grupal (CG), em 2008 o número de ocorrências assim classificadas pelas FS era de 9522, o valor mais elevado nestes 15 anos, sendo que a partir do ano de 2016 (inclusive) o seu

<sup>36</sup> Prática, por parte de indivíduo com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, de um facto qualificado como crime, nos termos da Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, na sua redação atual).

<sup>37</sup> Ocorrência relativa a um facto criminoso praticado por três ou mais suspeitos, independentemente da sua idade, do tipo de crime e das especificidades que possam existir no grupo, ou do nível de participação de cada interveniente.

quantitativo se tem situado consistentemente abaixo de 6000. De igual modo, excluindo os anos de 2020 e 2021 (os mais afetados pela pandemia por COVID-19), foi em 2018 que se registou o valor mais diminuto nesta série estatística: 4500.

Tabela 1: Número de ocorrências de DJ e de CG registadas pelas FS, entre 2008 e 2022

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
<b>DJ (FS)</b>	3161	3479	3880	1978	2035	1940	2393	2117	1636	1624	1482	1568	1044	1120	1687
<b>CG (FS)</b>	9522	9437	8535	8285	7300	6513	6348	6069	5162	4710	4500	5215	4638	4997	5895

Fonte: Extraído dos RASI 2022, 2013 e 2010 (GSG SSI).

Comparando a taxa de variação anual observada ao nível da DJ e da CG com o verificado para a criminalidade geral nos últimos 5 anos, constata-se que entre 2018 e 2022 todas estas dimensões variaram no mesmo sentido (seja ele positivo, como em 2019, 2021 e 2022, ou negativo, como o verificado em 2018 e 2020) (gráfico 2 e tabela 2). Comparando a DJ e a CG com a criminalidade violenta e grave (CVG), a variação verificada foi também sendo em igual sentido, com exceção do constatado para 2021, em que a CVG diminuiu, mas a DJ e a CG aumentaram.

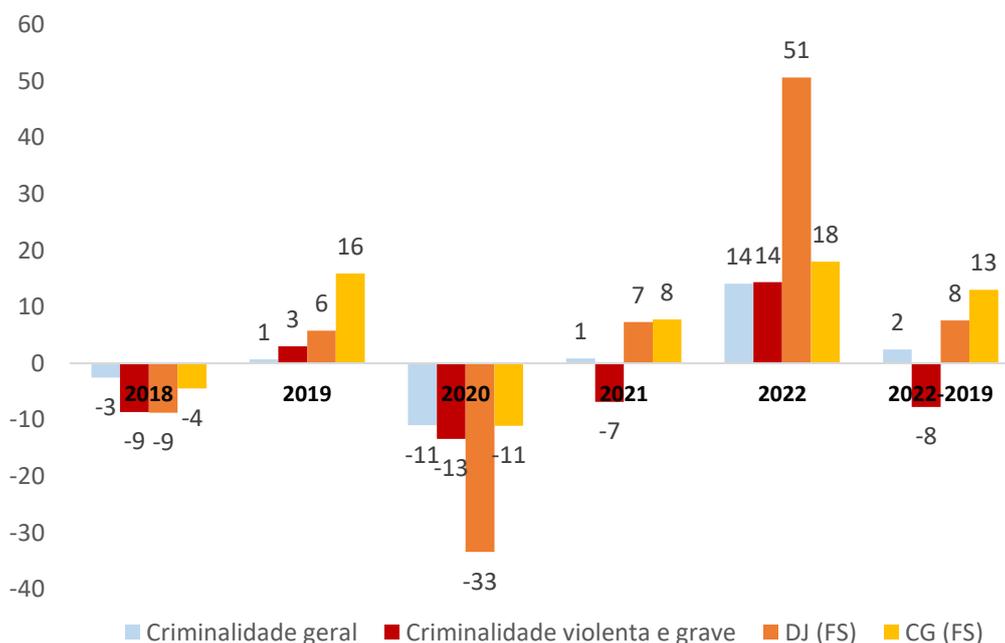


Gráfico 2: Taxa de variação anual para os anos de 2018 a 2022 e Taxa de variação 2022-2019 - Criminalidade geral, CVG, DJ e CG (%)

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (DGPI) e no RASI 2022 (GSG SSI).

Apesar das referidas variações terem ocorrido no mesmo sentido, em 2019 o aumento verificado na criminalidade grupal foi de maior magnitude face ao aumento registado nas outras dimensões (a CG aumentou 16%, enquanto a criminalidade geral aumentou 1%, a CVG 3% e a DJ 6%). No ano 2020, o

decréscimo verificado foi mais acentuado na DJ (-33%), enquanto nos outros parâmetros a taxa de variação de situou entre -11% (criminalidade geral e criminalidade grupal) e -13% (CVG).

Tabela 2: Taxa de variação anual (2018 a 2022) e Taxa de variação 2022-2019 - Criminalidade geral, CVG, DJ e CG (%)

	Taxa de variação face ao ano anterior (%)					Taxa de variação 2022-2019 (%)
	2018	2019	2020	2021	2022	
<b>Criminalidade geral</b>	-2,6	0,7	-11,0	0,9	14,1	2,5
<b>Criminalidade violenta e grave</b>	-8,6	3,0	-13,4	-6,9	14,4	-7,8
<b>Delinquência Juvenil (FS)</b>	-8,7	5,8	-33,4	7,3	50,6	7,6
<b>Criminalidade Grupal (FS)</b>	-4,5	15,9	-11,1	7,7	18,0	13,0

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados do Sistema de Informação das Estatísticas da Justiça (DGPI) e no RASI 2022 (GSG SSI).

Em 2022, mais uma vez se destacou a taxa de variação anual ao nível da DJ (aumento de 51% face a 2021, enquanto nas restantes dimensões o aumento se situou na ordem dos 14% (criminalidade geral e CVG) e os 18% (criminalidade grupal).

Comparando o ano de 2022 com 2019, o número de crimes registados a nível global aumentou 2,5%, a CVG diminuiu 7,8%, a DJ aumentou 7,6% e a CG aumentou 13%.

Entre 2018 e 2022 as variações ao nível da DJ e CG acompanharam o sentido das variações anuais da criminalidade geral (positivas ou negativas), no entanto foram mais acentuadas. As variações ao nível da DJ parecem afetadas especialmente pelos anos de pandemia por COVID-19, o que provavelmente estará associado ao impacto das medidas adotadas relativas ao contexto escolar (fecho durante os períodos mais críticos da pandemia e posterior abertura dos estabelecimentos de ensino) e eventualmente à atividade dos elementos policiais do Programa Escola Segura. No caso da CG, embora os impactos do contexto pandémico também se evidenciem na variação nos seus registos, fica mais evidente que se registou, ainda antes da pandemia um aumento de maior magnitude nesta dimensão em 2019, e que comparando 2022 com 2019 o aumento observado na CG é ainda de maior magnitude do que o verificado para as restantes dimensões.

Os efeitos a nível psicológico e comportamental verificados no período pós-pandémico, sobretudo os observados nas camadas mais jovens da população, não serão alheios a estas variações mais acentuadas nos agregados relativos à DJ e CG, não obstante, já em 2019, os aumentos verificados nestes dois indicadores eram de magnitude superior ao observado para a criminalidade geral e para a CVG, o que pode indicar que, mesmo antes da pandemia, poderiam já existir sinais da necessidade de uma atenção redobrada a este nível.

## 5.1.2 Taxas de incidência – DJ e CG (2022)

Para efeitos de uma comparação da realidade da DJ e da CG ao nível das várias regiões do território nacional, importa efetuar o cálculo das respetivas taxas de incidência, viabilizando assim essa análise. Sem se ter em conta a população residente, nomeadamente a população jovem (especialmente para o caso da DJ), a comparação que se baseie apenas em valores absolutos tenderá a fazer sobressair as regiões mais populosas como seja Lisboa, Porto e Setúbal.

No caso da DJ, a taxa de incidência a nível global é de 7 (6,9) casos por cada 10 mil jovens com idades até aos 24 anos<sup>38</sup>, observando-se taxas mais elevadas em Portalegre (16,4), Guarda (16,2) e Beja (15,3), seguindo-se Faro, Setúbal e a RA Açores (todos com valores acima de 10 casos por cada 10 mil jovens) (gráfico 3 e tabela 1 do Anexo V). Outros distritos apresentam valores igualmente acima da média nacional: Castelo Branco (8,7), Bragança (8,5), Viana do Castelo (7,8) e Santarém (7,5). Distritos como Lisboa (6,6)<sup>39</sup> e Porto (5,3) situam-se, ao nível da taxa de incidência por 10 mil jovens, muito próximos da média nacional ou abaixo da mesma, respetivamente.

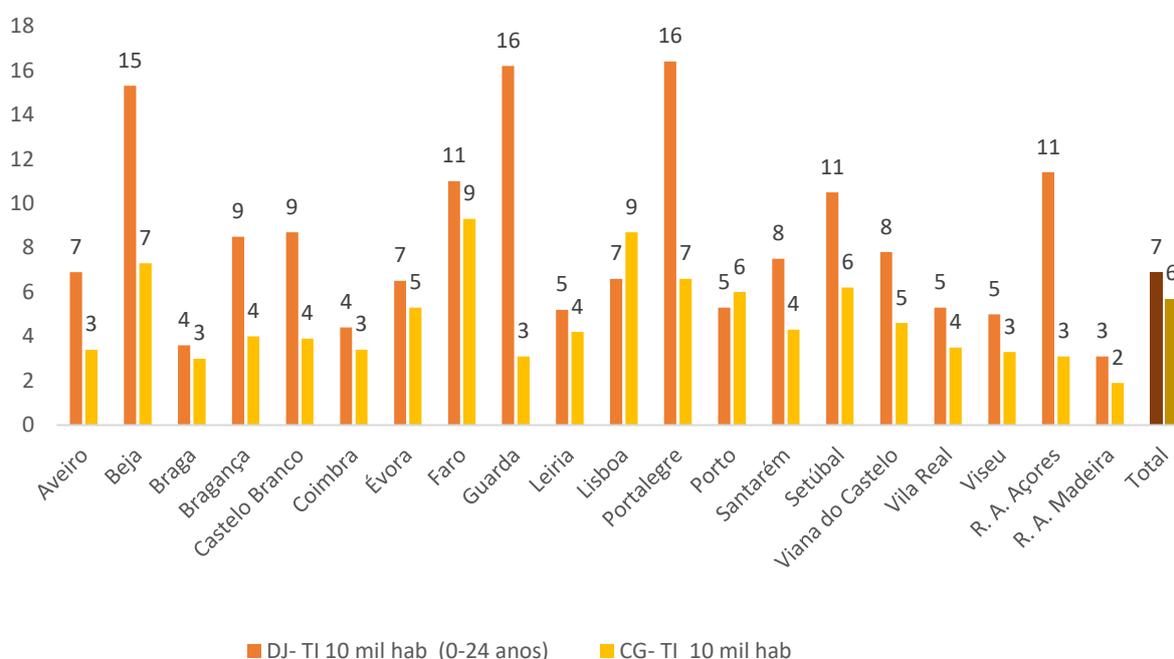


Gráfico 3: Delinquência Juvenil (FS) e Criminalidade Grupal (FS) - Taxa de incidência (TI) - 2022

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados disponibilizados pelas FS e na estimativa da população média anual residente, por local de residência (em 2021) do Instituto Nacional de Estatística (INE, I.P.).

No âmbito da criminalidade grupal (CG), a taxa de incidência nacional situa-se nos 5,7 casos por 10 mil habitantes, observando-se que acima deste valor se encontram os distritos de Faro (9,3) e Lisboa (8,7), Beja (7,3) e Portalegre (6,6), Setúbal (6,2) e Porto (6,0) (gráfico 3 e tabela 4 do Anexo V).

Constata-se que em Beja, Faro e Portalegre existe uma coincidência em termos de taxas de incidência mais elevadas face ao nacional, quer em termos de DJ como de CG.

<sup>38</sup> Utilizou-se aqui uma aproximação ao universo de jovens residentes, sendo que valores populacionais apenas para as idades entre os 12 e os 16 não estavam disponíveis ao nível da informação pública divulgada pelo INE, I.P., pelo que se utilizaram os dados relativos ao grupo etário 0-24 anos..

<sup>39</sup> Se se considerar a taxa de incidência da DJ tendo em conta toda a população residente no distrito (e não apenas a população jovem) o valor situa-se ligeiramente acima da média nacional (1,7 vs. 1,6 por 10 mil habitantes, respetivamente).

Em termos de criminalidade geral, as taxas de incidência mais elevadas situam-se em Faro, na RA Açores e em Portalegre, sendo que ao nível da CVG tal sucede em Lisboa, Faro e Setúbal<sup>40</sup> (tabela 1 do Anexo V).

*Ressalva-se que as taxas de incidência aqui consideradas se reportam apenas às ocorrências registadas e não necessariamente a todas as ocorrências verificadas (tenham ou não sido reportadas/registadas), não devendo, a partir destes indicadores, inferir-se de forma direta que existem mais ou menos situações de DJ/CG nestas regiões/distritos.*

De qualquer modo, esta análise e o seu futuro aprofundamento constitui matéria que deve ser objeto de particular reflexão, sendo relevante atender-se à realidade dos distritos/regiões com taxas de incidência mais elevadas, e que não coincidem exatamente com os territórios “tradicionalmente” referenciados, designadamente em termos de DJ.

### 5.2.1 Delinquência Juvenil: retrato nacional e local (2022 versus 2019)

Desagregando o número de ocorrências registadas de delinquência juvenil por FS (GNR e PSP), verifica-se que a taxa de variação que compara os anos de 2022 e 2019 assume valores opostos entre as duas FS. Assim, se em termos globais se verificou um aumento de 7%, no caso da GNR este incremento foi de maior magnitude (25% e no caso da PSP ocorreu um decréscimo (-12%) (Gráfico 4).

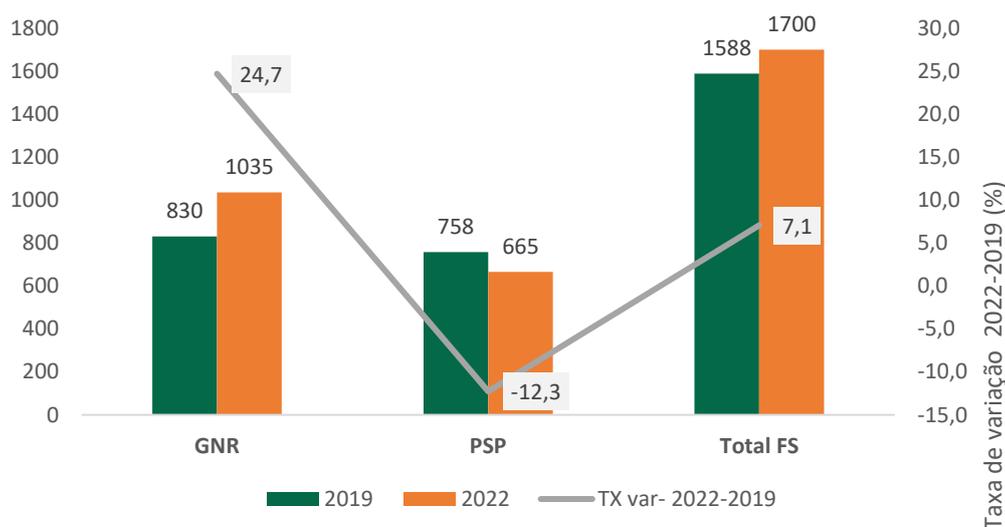


Gráfico 4: Delinquência Juvenil – ocorrências registadas pelas FS - 2019 vs. 2022

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados disponibilizados pelas FS (em abril de 2023)

Nota: Existem ligeiras diferenças face aos quantitativos constantes no RASI 2022, em resultado da introdução de informação respeitante a eventos criminais ocorridos em data anterior à do envio da informação ao RASI 2022. As diferenças são de mais 13 ocorrências de DJ na PSP.

Analisando o Gráfico 5, observa-se que o aumento registado na GNR se verificou na maioria dos distritos, com exceção de Coimbra, Évora, Setúbal, Vila Real e Viseu - onde o número de ocorrências de DJ em 2022 é inferior ao registado em 2019.

<sup>40</sup> No caso das taxas de incidência relativas à criminalidade geral e à CVG utilizaram-se os valores globais das estimativas da população residente (e não apenas da população jovem).

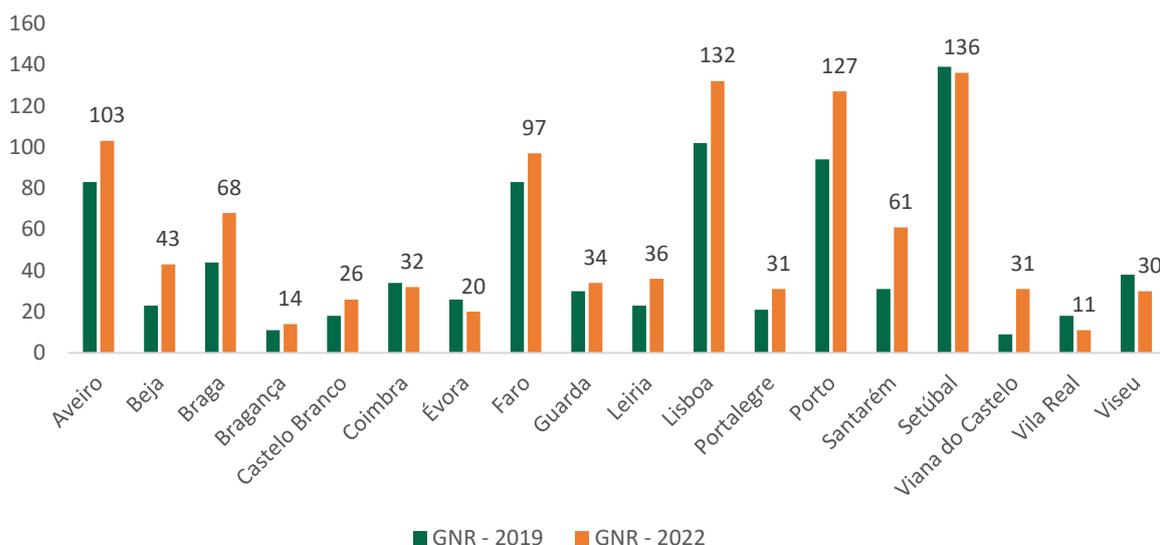


Gráfico 5: N.º de ocorrências - Delinquência Juvenil – GNR, por distrito (2019 vs. 2022)

Fonte: GSEAI, com base nos dados disponibilizados pela GNR (em abril de 2023)

No caso da PSP, na maioria dos distritos/regiões verificou-se uma diminuição no número de ocorrências de DJ em 2022 face a 2019, com exceção de Beja, Bragança, Guarda, Vila Real, Viseu e as duas regiões autónomas (Gráfico 6).

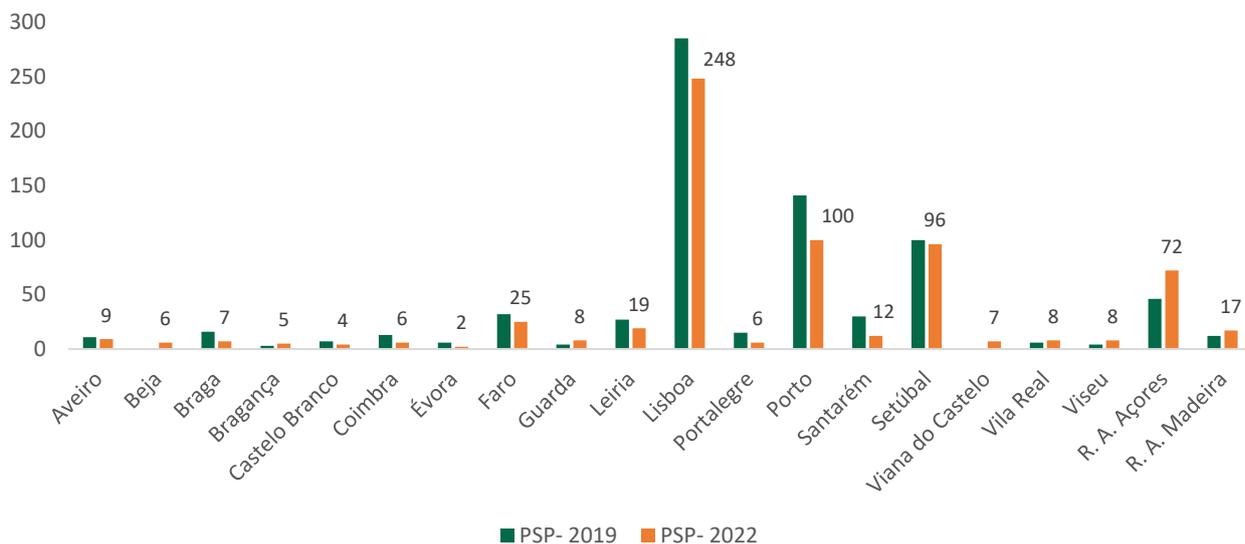


Gráfico 6: N.º de ocorrências - Delinquência Juvenil - PSP, por Distrito/Região (2019 vs. 2022)

Fonte: GSEAI, com base nos dados disponibilizados pela PSP (em abril de 2023)

Em termos globais, considerando as duas FS (de forma agregada), surgiram, em 2022 (face a 2019) aumentos mais expressivos ao nível da DJ registada em Viana do Castelo, Beja e nas Regiões Autónomas (Tabela 2 do Anexo V). Nos três distritos com maior volume de ocorrências (Lisboa, Porto e Setúbal) registaram-se taxas de variação negativas (entre os -3% e -2%).

## 5.2.2 Criminalidade Grupal: retrato nacional e local (2022 versus 2019)

No âmbito da criminalidade grupal, verificou-se um padrão similar ao observado para a delinquência juvenil - em termos globais houve um aumento nos seus quantitativos face a 2019 (+13%), devendo-se tal sobretudo às ocorrências registadas pela GNR (+54%), sendo que na PSP houve uma ligeira diminuição (-1,4%) (Gráfico 7).

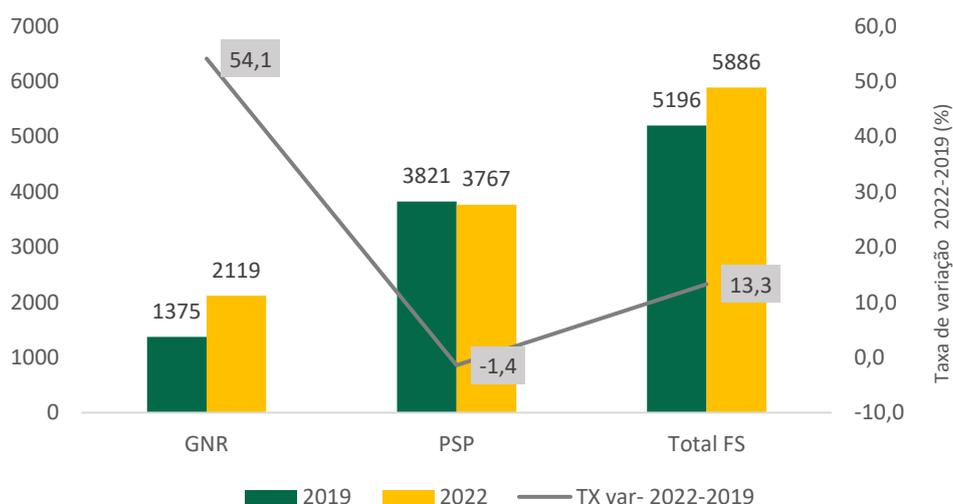


Gráfico 7: Criminalidade Grupal - ocorrências registadas pelas FS - 2019 vs. 2022

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados disponibilizados pelas FS (em abril de 2023)

Nota: Existem ligeiras diferenças face aos quantitativos constantes no RASI 2022, em resultado da introdução de informação respeitante a eventos criminais ocorridos em data anterior à do envio da informação ao RASI 2022. As diferenças são de menos 9 ocorrências de CG na PSP.

Analisando o Gráfico 8, observa-se que o aumento registado na GNR se verificou em todos os distritos, com exceção da Guarda, onde o número de ocorrências de CG em 2022 foi ligeiramente inferior ao registado em 2019.

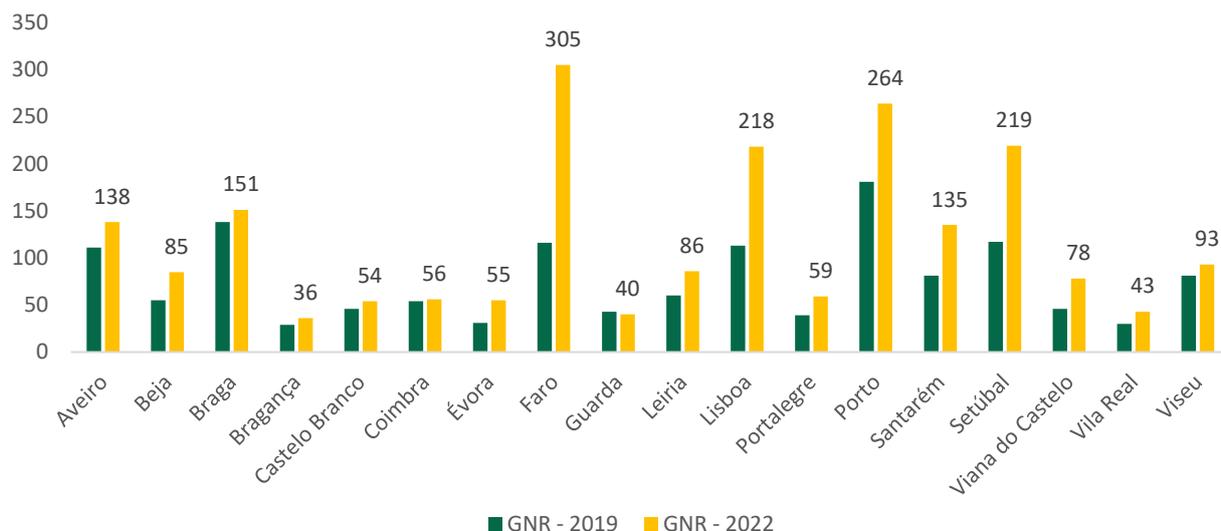


Gráfico 8: N.º de ocorrências - Criminalidade Grupal- GNR (2019 vs. 2022)

Fonte: GSEAI, com base nos dados disponibilizados pelas FS (em abril de 2023)

No caso da PSP, na maioria dos distritos, incluindo Lisboa e Setúbal, registou-se em 2022 uma diminuição no número de ocorrências de criminalidade grupal face a 2019 (Gráfico 9). De qualquer modo, observaram-se taxas de variação positivas em Aveiro, Beja, Bragança, Coimbra, Leiria, Porto, Viana do Castelo e nas Regiões Autónomas; e em Faro o valor desta taxa foi nulo (Tabela 3 do Anexo V).

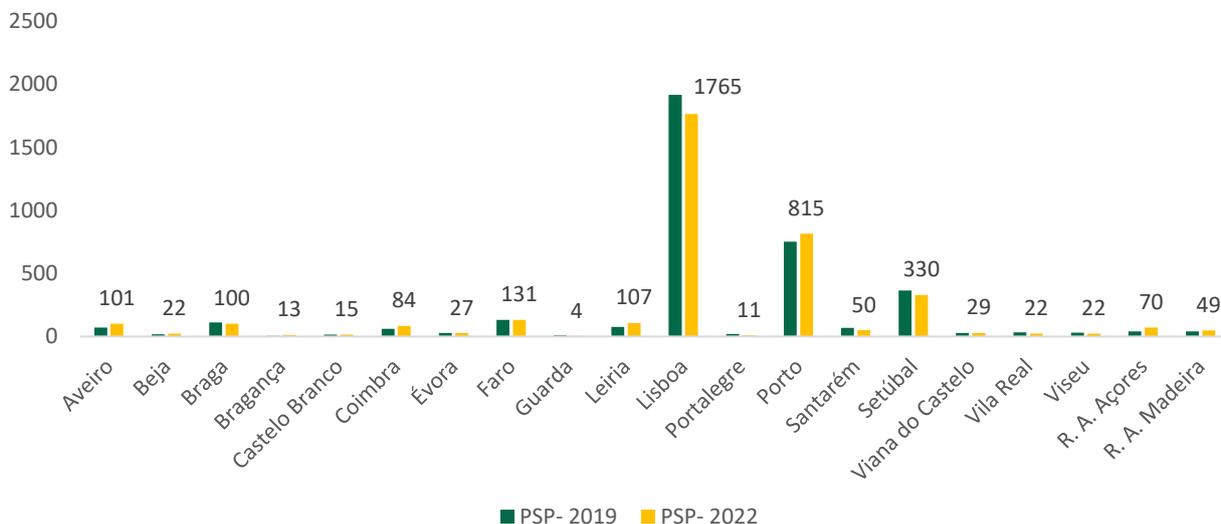


Gráfico 9: N.º de ocorrências - Criminalidade Grupal - PSP (2019 vs. 2022)

Fonte: GSEAI, com base nos dados disponibilizados pelas FS (em abril de 2023)

Em termos globais, considerando as duas FS (de forma agregada), surgiram, em 2022 (face a 2019) aumentos mais expressivos ao nível da CG registada na RA Açores, em Faro, Beja, Viana do Castelo, Leiria e Bragança (Tabela 3 do Anexo V).

## 5.2 Inquéritos Tutelares Educativos (ITE) (PGR)

Analisando o número de ITE iniciados ao longo dos últimos oito anos, verifica-se que desde 2016, e com exceção dos anos de pandemia por COVID-19, o seu valor situou-se sempre entre os 7000 e 8000, sucedendo o mesmo para 2022 em que o número de ITE foi 7756, o valor mais elevado desde 2015<sup>41</sup> (Gráfico 10).

Em 2022, registou-se um aumento de 9% ao nível do número de ITE iniciados comparativamente a 2019.

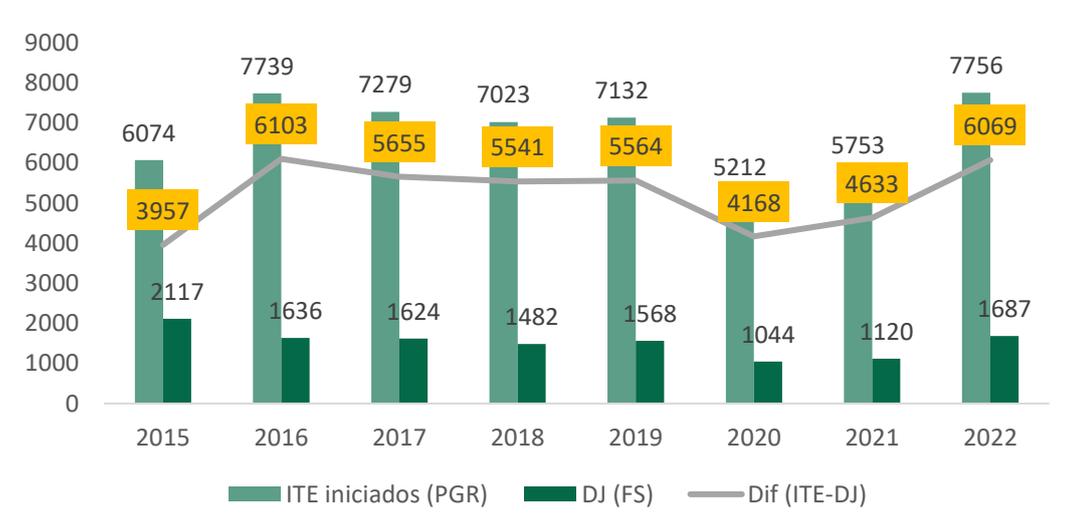


Gráfico 10: Número de Inquéritos Tutelares Educativos (ITE) iniciados, número de ocorrências de DJ registadas pelas FS e respetiva diferença (2015 a 2022)

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados constantes nos RASI (2015 a 2022) (GSG SSI).

Considerando o número de ITE iniciados por Comarca, verificam-se taxas de variação positivas em 2022 (face a 2019) especialmente elevadas nas comarcas de Viana do Castelo (+171%), Vila Real (+113%), RA Açores (+86%), Bragança (+51%), Braga (+40%), Aveiro (29%) e Porto Este (28,5%) (Gráfico 11 e Tabela 4 do Anexo V).

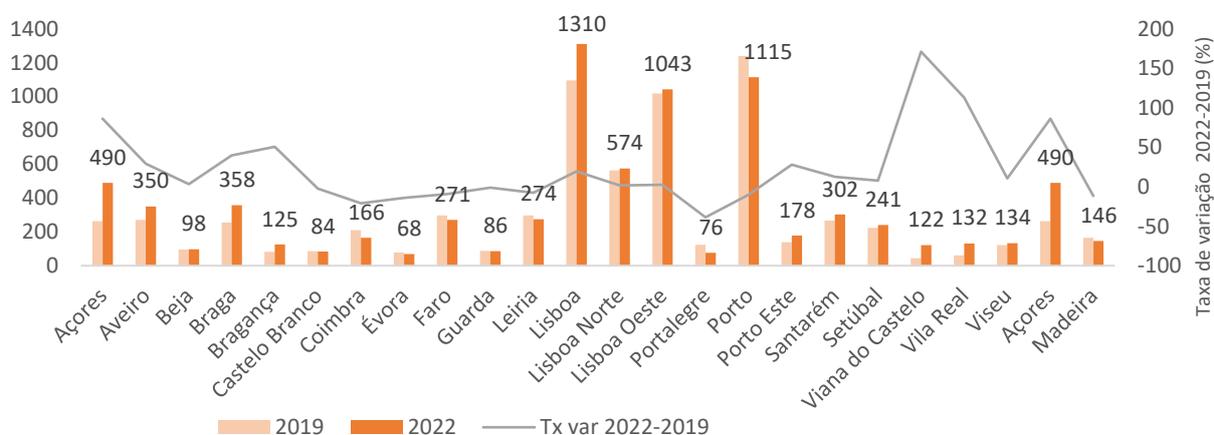


Gráfico 11: Número de Inquéritos Tutelares Educativos, por Comarca e taxa de variação (2022-2019) (%)

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados disponibilizados pela PGR

<sup>41</sup> Apenas a partir de 2015 o RASI passou a apresentar dados ao nível do número de ITE iniciados.

Comparando, por exemplo para o ano de 2022, o número de ITE com o número de ocorrências de DJ registadas pelas FS conclui-se da existência de um diferencial de 6069 casos (Gráfico 10). Deste modo, existirão muitos ITE que são iniciados por via de outras comunicações que não provenientes das FS, podendo decorrer da extração de certidões de outros processos judiciais, de comunicações diretas efetuadas por outro órgão de polícia criminal, por CPCJ, casas de acolhimento, estabelecimentos de ensino, estabelecimentos de saúde, entre outros<sup>42</sup>. Trata-se de uma realidade que importará analisar de forma mais aprofundada.

## 5.3 Inquéritos entrados para investigação pela PJ

### 5.3.1 Total de inquéritos entrados (2018-2022) - 7 Categorias criminais (Ficha CAIDJCV)

Ressalva-se que os dados aqui considerados correspondem aos inquéritos entrados para investigação criminal pela PJ, independentemente da idade do(s) suspeito(s), de qualquer modo, tratar-se-ão de suspeitos abrangidos pelo Sistema de Justiça Penal, logo com idade igual ou superior a 16 anos<sup>43</sup>. Importa ainda salientar que, de acordo com a Polícia Judiciária, ao nível daquilo que é a violência associada a grupos juvenis geralmente as idades situam-se acima dos 16 anos, com especial incidência entre os 18 e 21 anos.

Tendo por base as categorias criminais incluídas na Ficha de registo desenvolvida pela CAIDJCV (e que se revestem de um nível de violência especialmente elevado), observa-se que em 2022 o total global de inquéritos entrados para investigação na PJ foi de 2741, valor que corresponde a um aumento de 33% face ao registado em 2019 (Tabela 3).

Tabela 3: Número de inquéritos entrados para investigação pela PJ – 7 categorias criminais (Ficha CAIDJCV)

<i>Agrupamento de infrações</i>	2018	2019	2020	2021	2022	Tx var 2022-2019 (%)	Tx var 2022-2021 (%)
<b>Homicídio voluntário consumado</b>	139	131	140	100	112	-14,5	12,0
<b>Homicídio voluntário tentado</b>	279	289	343	342	405	<b>40,1</b>	<b>18,4</b>
<b>Ofensa à integridade física grave/agravada/ qualificada</b>	47	42	48	47	72	<b>71,4</b>	<b>53,2</b>
<b>Violação</b>	516	564	432	505	652	<b>15,6</b>	<b>29,1</b>
<b>Roubos (se envolver arma de fogo ou branca)</b>	534	565	567	616	534	-5,5	-13,3
<b>Ofensa à integridade física simples (se envolver arma de fogo ou branca)</b>	35	23	19	35	46	<b>100,0</b>	<b>31,4</b>
<b>Ameaça(s) (sem distinção se com arma de fogo ou branca)</b>	129	147	147	153	135	-8,2	-11,8
<b>Coações (sem distinção se com arma de fogo ou branca)</b>	22	24	19	26	37	<b>54,2</b>	<b>42,3</b>
<b>Extorsão</b>	345	281	427	471	748	<b>166,2</b>	<b>58,8</b>
<b>Total Geral</b>	<b>2046</b>	<b>2066</b>	<b>2142</b>	<b>2295</b>	<b>2741</b>	<b>32,7</b>	<b>19,4</b>

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados disponibilizados pela PJ (em maio de 2023)

Nota: Os dados respeitam à criminalidade investigada pela PJ e não à criminalidade participada.

<sup>42</sup> Potenciais fatores explicativos indicados pela PGR para este diferencial.

<sup>43</sup> Tal não significa que no contexto das ocorrências em apreço não possam ter intervindo igualmente algum(ns) jovem(ns) com idade(es) inferior(es) a 16 anos.

Constata-se um aumento do número de inquéritos da PJ em 2022, face a 2019 e 2021, para a maioria dessas categorias: homicídio voluntário tentado, ofensa à integridade física grave/agravada/qualificada (envolvendo arma de fogo ou branca), violação, ofensa à integridade física simples, coação e extorsão (Tabela 3).

Apesar do número de inquéritos por homicídio voluntário consumado ter diminuído em 2022 face a 2019 (-14,5%), o número de inquéritos por homicídio voluntário tentado aumentou em 40%.

Agregando as referidas categorias criminais, verifica-se, de forma geral, a existência de um aumento entre 2018 e 2022 de inquéritos para investigação pela PJ neste âmbito (Tabela 3). Através do Gráfico 12 observa-se em diversos departamentos de investigação criminal (DIC) e unidades da PJ esse incremento: Guarda, Aveiro, Braga, Setúbal, Lisboa e Vale do Tejo (LVT) e a Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica (UNC3T). Para a esmagadora maioria dos departamentos/unidades a taxa de variação no número de inquéritos entrados em 2022 face a 2019 é positiva, denotando um aumento do volume de casos nestas categorias criminais que implicam níveis elevados de violência (apenas no caso de Leiria, Portimão e Évora a referida taxa de variação foi negativa ou nula).

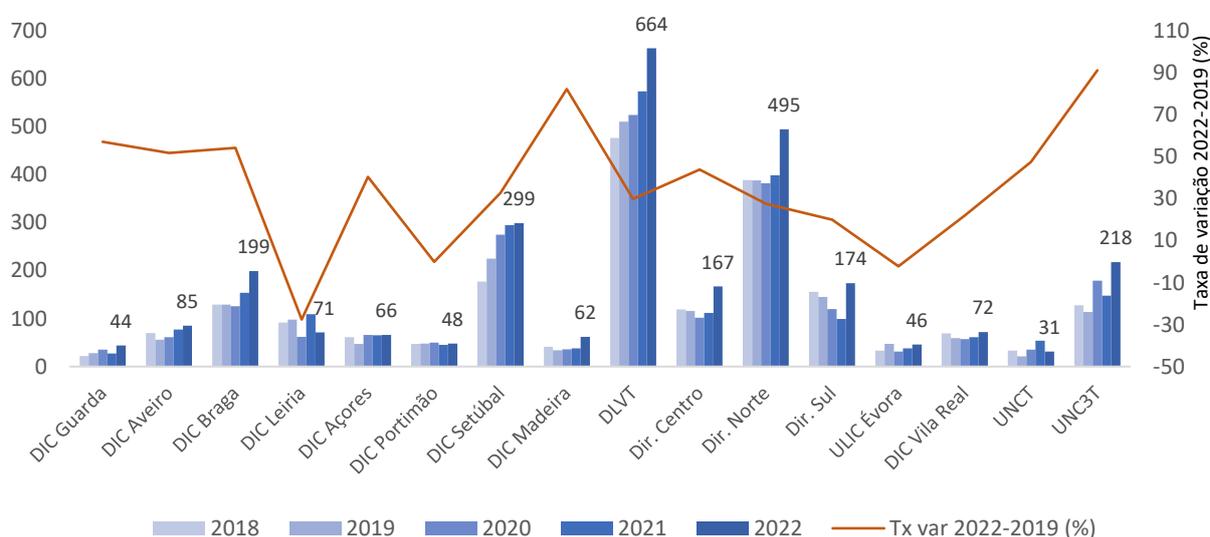


Gráfico 12: Número de inquéritos entrados (7 categorias criminais - Ficha da CAIDJCV), por diretoria/unidade da PJ (2018 a 2022) e Taxa de variação (2022-2019) (%)

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados disponibilizados pela PJ (em maio de 2023).  
Nota: Os dados respeitam à criminalidade investigada pela PJ e não à criminalidade participada.

### 5.3.2 Número de detidos (2018-2022) -7 categorias criminais (Ficha CAIDJCV)

Relativamente ao número de detidos no âmbito dos inquéritos em investigação pela PJ no contexto das categorias criminais aqui consideradas, verificou-se, em 2022, um aumento de 11% face a 2019 (Tabela 4). Este aumento decorre essencialmente do incremento de detidos no contexto de inquéritos por homicídio voluntário consumado e homicídio voluntário tentado.

Tabela 4: Número de detidos (2018-2022) -7 categorias criminais (Ficha CAIDJCV)

<i>Agrupamento de infrações</i>	2018	2019	2020	2021	2022	Tx var 2022-2019 (%)	Tx var 2022-2021 (%)
<b>Homicídio voluntário consumado</b>	74	65	87	87	112	<b>72,3</b>	<b>28,7</b>
<b>Homicídio voluntário tentado</b>	104	114	132	170	159	<b>39,5</b>	-6,5
<b>Of. Integridade física Grave/agravada/ qualificada ou Of. Int. física simples</b> (neste caso, se envolver arma de fogo ou branca)	16	19	13	12	10	-47,4	-16,7
<b>Violação</b>	71	69	44	62	67	-2,9	<b>8,1</b>
<b>Roubos</b> (se envolver arma de fogo ou branca)	128	162	154	188	130	-19,8	-30,9
<b>Ameaça(s) /Coações</b> (sem distinção se com arma de fogo ou branca)	4	9	4	3	6	-	-
<b>Extorsão</b>	12	5	10	5	7	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>409</b>	<b>443</b>	<b>444</b>	<b>527</b>	<b>491</b>	<b>10,8</b>	<b>-6,8</b>

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados disponibilizados pela PJ (em maio de 2023)

Notas: Os dados respeitam à criminalidade investigada pela PJ e não à criminalidade participada. Para crimes com número de registos mais diminuto (inferior a 10 em algum dos anos considerados) optou-se por não calcular a respetiva taxa de variação

## 6. Outros dados e informações

### 6.1 Apresentações efetuadas pelos membros da CAIDJCV nas reuniões plenárias

#### ***Polícia Municipal do Porto (ALS)***

Algumas reflexões específicas sobre a realidade da cidade do Porto foram igualmente realizadas no contexto da CAIDJCV com base na apresentação efetuada por um dos seus membros. Nesse sentido, é percecionada como uma “cidade pós-pandémica”, com sinais de aumento da criminalidade grupal e juvenil, uma “reativação da rua enquanto palco de diversão pós-pandémica, sendo o centro da cidade um contexto privilegiado para condutas desviantes criminais (+ população flutuante; + movimento de turistas; + atratividade para delitos aquisitivos), com um recrudescimento de roubos com recurso a arma branca, a existência de uma maior reatividade às atuações policiais, consumo de substâncias psicotrópicas na via pública (forte visibilidade de consumos pesados - heroína e crack em espaços públicos) e uma maior visibilidade de consumos de abuso de álcool na via pública.

Foi ainda reportada, designadamente a omnipresença de uma narrativa de medo, uma ampliação e por vezes distorção dos fenómenos pelos media e um aumento substancial de pessoas em situação de sem abrigo (comparando os dados de 2021 com 2020). Foi igualmente assinalada a criação e funcionamento da sala de consumo vigiado no Porto, a realização de operações regulares de remoção de grafitos de áreas vandalizadas: fachadas, mobiliário urbano e equipamentos de deposição (denotando-se um aumento de 12% da área limpa em 2022 quando comparado com 2021-período de janeiro a outubro), e a existência de um processo tendo em vista a instalação de um sistema de videovigilância na cidade do Porto. De igual modo, foi sublinhada a ausência de intervenções pluridisciplinares nos espaços e práticas de desvio, a necessidade de intervenções complementares e alinhadas que tenham em conta a interação entre a segurança e desenho do espaço e ainda a importância da reativação do CLS do Porto.

#### ***DGEstE***

De acordo com dados da DGEstE relativos ao ano letivo 2021/2022, verificou-se que das ocorrências registadas no Sistema de Informação de Segurança Escolar (SISE), a região de Lisboa e Vale do Tejo apresenta a maior expressão: 48%, seguida pela do Norte com 31%, e das tipologias que caracterizam a natureza das ocorrências em contexto escolar, é de salientar que 68% se referem a atos contra a liberdade e integridade física das pessoas, que envolvem ofensa, ameaça e discriminação. Tais dados surgem alinhados com os resultados constantes no RASI 2022. No que concerne aos espaços escolares com maior predominância das ocorrências registadas, destacam-se o recreio (31%) e a sala de aula (25%); das ocorrências registadas, cerca de 25% estão relacionadas com problemáticas na área da saúde mental de um dos intervenientes, vítima e/ou agressor.

Considerando estas ocorrências registadas no SISE para o ano letivo de 2021/2022, 60% das vítimas são do sexo feminino e 40% do sexo masculino; quase três quartos das vítimas eram alunos (74%) e 16% eram docentes, 7% eram funcionários e 3% eram familiares de aluno ou outro. No que se refere aos agressores, 79% eram do sexo feminino e 21% do sexo masculino; sendo predominantes as situações em que os agressores eram alunos (86%), seguindo-se as situações em que as ocorrências foram perpetradas por familiares de alunos (8%).

Na figura seguinte consta uma síntese, segundo a percepção da DGEstE, quanto à realidade atual das situações de violência registadas nos estabelecimentos de ensino.



Figura 3: Tendência geral das situações de violência registadas nos EEE

Fonte: DGEstE

Complementarmente, importa destacar que segundo indicado pela DGEstE quando comparada a realidade de 2022 ao nível da presença de vigilantes nos 809 agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas existentes (Portugal Continental), com o verificado em 2010 constata-se uma diminuição muito significativa no número de vigilantes nas cinco regiões (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), sendo essencial a concretização de um reforço a este nível.

Foi igualmente assinalado pela DGEstE a importância do estabelecimento de canais claros de comunicação e articulação interinstitucional, designadamente a implementação de uma plataforma que permita uma gestão integrada dos casos de violência nas escolas, apoiando a sua resolução, acompanhamento e monitorização.

### **PSP**

De acordo com dados disponibilizados pela PSP, em termos de respetivos indicadores diários: são feitas 52 detenções, são apreendidos 5 kg de droga, são apreendidas 15 armas de fogo, são realizadas 15 Ações de fiscalização e sensibilização no âmbito do controlo de armas e explosivos, são retirados 24 condutores embriagados (com taxa de alcoolémia no sangue igual ou superior a 0,5 g/l) das estradas, são realizadas 31 operações policiais, são realizadas 25 operações de policiamento desportivo, são realizadas 8 buscas e 64 operações de manutenção e reposição da ordem pública em zonas urbanas sensíveis. Relativamente a este último ponto, e segundo dados da PSP, esta FS possui competência territorial em 330 zonas urbanas sensíveis, o que representa 95% do total destas zonas.

Ao nível dos registos relativos a ocorrências de delinquência juvenil, foi salientado pela PSP a existência de uma diminuição nos respetivos quantitativos até 2021, evidenciando-se um aumento em 2022 (se comparado com 2021), embora ainda se situe abaixo do verificado em 2019. Não

obstante este facto, foi referenciado pela PSP o aumento da severidade da violência observada a este nível, nomeadamente por via do recurso a armas brancas.

No âmbito da criminalidade grupal, a PSP apontou que neste âmbito não era evidente uma diminuição (tal como na delinquência juvenil) ao longo dos últimos anos, embora se situem próximos dos valores pré-pandemia.

Ao nível das ocorrências registadas no contexto do Programa Escola Segura, a PSP indicou a existência, em traços gerais, de uma diminuição nos respetivos quantitativos ao longo dos últimos 7 anos letivos, observando-se um aumento no ano letivo 2021/2022 face ao ano letivo anterior, mas ainda assim assumindo valores inferiores ao registado no período pré-pandémico. No âmbito das ocorrências criminais registadas predominaram as ofensas à integridade física e as injúrias e ameaças (sendo que de 2018/2019 em diante as situações de ameaças e injúrias passaram a ocupar o 2.º lugar entre os registos mais frequentes, ultrapassando os registos de furto que ocupavam tal lugar até essa data).

De acordo com os cálculos da PSP, por cada ocorrência (criminal ou não criminal) registada, esta FS realiza, por vias das Equipas do PES, 3 ações de sensibilização e 10 contactos individuais.

*Para efeitos de uma análise mais detalhada ao nível das ocorrências registadas pelas FS (GNR e PSP) em termos de DJ e CG importar analisar o constante no capítulo anterior (5). No ponto 6.2 constam dados relativos ao Programa Escola Segura contemplando assim a realidade para as duas FS.*

A PSP referenciou a existência de dois projetos em que participa e que considera serem boas práticas em termos da intervenção com crianças e jovens: o “Projeto Gira no Bairro- uma esquadra aberta à comunidade”, implementado pela Esquadra de Caxias em articulação com a CM de Oeiras e uma Associação local (a “Mundos de papel”) e onde são apoiadas 50 crianças (ex.: apoio ao estudo; crianças recebem igualmente apoio psicológico se necessário), potenciando uma maior ligação entre a PSP e a comunidade do bairro Francisco Sá Carneiro, em Oeiras; e o projeto APPI (Apoio Personalizado e Proteção na Infância), uma parceria com o Governo Regional da Madeira e uma entidade privada (PIN - Progresso Infantil).

Ao nível do Projeto Gira no Bairro, a PSP indicou que é seu objetivo replicar o mesmo em mais esquadras, uma vez assegurados os necessários apoios financeiros. Ao nível deste projeto foi referido que a sua Equipa integrada um profissional da reinserção social, o que se constitui como uma mais-valia.

De acordo com a informação da PSP, o objetivo do Projeto APPI é desenvolver um modelo de resposta articulada para casos de comportamentos de risco ou gravemente violadores dos deveres do aluno, tem como destinatárias crianças entre os 6 e 10 anos que frequentam a Escola Básica Integrada de Rabo de Peixe (São Miguel - Açores), que não sejam já acompanhadas pela CPCJ ou com PTE<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> De acordo com informação da PSP: “Os técnicos das Escolas e os Agentes da PSP identificam, avaliam e sinalizam as crianças com comportamentos de risco ou gravemente violadores dos deveres do aluno, que possam beneficiar de intervenção especializada para a gestão desses comportamentos. Os técnicos do PIN asseguram funções de consultoria, interagindo com o psicólogo do agrupamento escolar ou, na ausência deste, com o diretor de turma.” “O acompanhamento dos casos decorrerá durante um período mínimo de 4 meses, salvo ausência de alterações de comportamento ou se surgirem alterações comportamentais que acarretem maior risco.”

## **CNGPI**

Em 2021, cerca de 18,5% das crianças, em Portugal, encontravam-se em risco de pobreza (após transferências sociais) sendo que, a nível global (independentemente da idade), a taxa de risco de pobreza era inferior: 16,4%<sup>45</sup>.

O Plano de Ação da Garantia para a Infância (2022-2030), aprovado pela RCM n.º 3/2023, de 17 de janeiro, tem como objetivo primordial retirar, até 2030, 50% das crianças da situação de pobreza monetária em que se encontram (o que corresponde a cerca de 170 mil crianças).

Este Plano contempla um conjunto alargado de medidas (num total de 76), de entre as quais se destacam: a criação dos Núcleos Locais da Garantia para a Infância<sup>46</sup>, no âmbito da Rede Social; a gratuidade das creches e o aumento da capacidade instalada; a prestação social “Garantia para a Infância”; o acesso gratuito aos manuais escolares, a equipamento informático e a rede de internet; o acesso gratuito a atividades extracurriculares; o acesso gratuito a alimentação saudável nas escolas; a promoção de rastreios de saúde nas escolas; o acesso de todas as crianças a consultas de proximidade; o reforço das respostas de saúde mental; e o acesso a soluções habitacionais para famílias vulneráveis. .

O referido Plano de Ação surge alinhado com a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, aprovada pela RCM n.º 184/2021, de 29 de dezembro, a qual contempla, entre os seus objetivos, para além da referida meta ao nível da redução da pobreza monetária nas crianças, a redução da taxa de pobreza monetária em 10% da população, retirando 660 mil pessoas da situação de pobreza e a redução, para metade, da taxa de pobreza entre trabalhadores, retirando também 230 mil trabalhadores desta condição.

Importa ainda, em sede de infância e juventude, referir a criação, em novembro de 2022, de um Grupo de Trabalho para promover a conceção e a aplicação generalizada de um modelo uniforme de avaliação do perigo e o aperfeiçoamento do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo (Despacho n.º 12853/2022, de 8 de novembro). A coordenação do grupo de trabalho foi assegurada pela Coordenadora Nacional da Garantia para a Infância.

## **CNPDP CJ**

De acordo com os dados da CNPDPCJ, em 2022, 4,4% das crianças residentes nos concelhos de Portugal onde existem Comissões de Proteção de Crianças e Jovens estão a ser acompanhadas por estas entidades (foram 74191 crianças em 2022).

Nesse ano foram comunicadas 49564 situações às CPCJ, o que representa um aumento de 13% face ao verificado em 2021. As principais situações comunicadas são, por ordem de prevalência, a violência doméstica, a negligência e os comportamentos de perigo na infância e na juventude. Nesta última categoria verificou-se um aumento muito expressivo em 2022 face a 2021: + 2271 situações comunicadas.

Em 2022 foram realizados 27 370 diagnósticos, mais 619 do que em 2021. As situações mais diagnosticadas são, por ordem de prevalência a negligência, a violência doméstica e os comportamentos de perigo na infância e na juventude.

<sup>45</sup> INE/Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2022, citado pela CNGPI.

<sup>46</sup> Constituídos pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude previstas no Sistema de Proteção.

Em termos de medidas de promoção e proteção aplicadas, em 2022, tal como nos anos anteriores, prevaleceram as medidas “Apoio Junto dos Pais” e “Apoio Junto de Outro Familiar” (representando em 2022 cerca de 93% do total de medidas aplicadas).

Tal como indicado pela CNPDPCJ, as comunicações rececionadas pelas CPCJ são resultado da consciencialização da sociedade civil para o seu determinante papel no sistema de proteção, e possivelmente também, devido às diversas campanhas efetuadas em prol da promoção e proteção das crianças, dinamizadas pela Comissão Nacional, CPCJ e por Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude.

Neste sentido, importa ter em conta os dados relativos às taxas de incidência de comunicações de criança ou jovem em perigo em Portugal e as taxas de incidência de situações diagnosticadas. Assim, e tendo em consideração a população de crianças residentes nos concelhos de Portugal onde existem CPCJ, constata-se a nível nacional em termos das comunicações de perigo uma taxa de incidência de 2,92 comunicações por 100 crianças (observando-se valores mais elevados face ao valor nacional nas regiões do Alentejo; Algarve; Lisboa, Santarém e Setúbal; e na RA Açores). Em linha com estes dados, encontram-se os dados referentes às taxas de incidência diagnosticadas: a nível nacional o valor é de 0,90 por cada 100 crianças, sendo que nas regiões do Alentejo, Algarve e na RA Açores os valores observados são igualmente superiores (no caso da região de Lisboa, Santarém e Setúbal, a taxa de incidência ao nível dos diagnósticos situa-se abaixo da média nacional).

No contexto dos canais criados pela CNPDPCJ (no âmbito da pandemia por COVID-19) para fomentar a aproximação ao Sistema de Proteção foram rececionadas, entre maio de 2020 e dezembro de 2022, 3388 chamadas telefónicas<sup>47</sup> (das quais, 1323 em 2022) e preenchidos 8128 formulários online (dos quais, 4506 em 2022). Em ambos os casos, tais sinalizações referiam-se geralmente a situações de incumprimento das responsabilidades parentais, o que se constitui como mais um sinal do elevado nível de conflitualidade existente em muitas famílias (sendo que, tal como indicado pela CNPDPCJ, muitas vezes as situações mais críticas ocorrem em famílias de nível socioeconómico elevado).

### **DGRSP<sup>48</sup>**

Tendo em conta os dados disponibilizados pela DGRSP, relativos ao período de janeiro a junho de 2023, foram rececionadas 98 solicitações judiciais para execução de medidas em centro educativo, o que correspondeu a um aumento de 46,27% (mais 31 solicitações) face a período homólogo de 2022. Não obstante este aumento, constata-se uma diminuição na ordem dos 51,96% face ao observado nos últimos dez anos (2014 e 2023).

As 98 solicitações judiciais para execução de medidas em centro educativo representam 9,92% do total de 987 solicitações recebidas pela DGRSP para execução de medidas na área tutelar educativa.

A 30 de junho de 2023 encontravam-se 128 jovens internados em centro educativo, 115 jovens do sexo masculino e 13 do sexo feminino, 63,28% tinham entre 16 e 20 anos, e 61,71% encontravam-se em regime semiaberto. Assim, no final de junho/2023 a taxa de ocupação dos centros educativos era de 95,52%, sendo que, de acordo com a DGRSP, desde o início de 2023 foram encerradas algumas unidades residenciais, num total de 30 vagas, tendo assim a lotação total diminuído para 134 lugares.

<sup>47</sup> Linha Crianças em Perigo: 961231111.

<sup>48</sup> Os dados e informações aqui incluídos refletem a partilha regular da DGRSP em sede de CAIDJCV (e não uma “apresentação” mais formal em sede de CAIDJCV, a qual, por parte da DGRSP, ocorreu no período de trabalho já refletido no 1.º Relatório intercalar. Dados estatísticos disponíveis em: [https://dgrsp.iustica.gov.pt/Portals/16/Estatisticas/Centros%20Educativos/2023/ce\\_06-2023.pdf?ver=kgh1cJaejrYxlikklpvLNA%3d%3d](https://dgrsp.iustica.gov.pt/Portals/16/Estatisticas/Centros%20Educativos/2023/ce_06-2023.pdf?ver=kgh1cJaejrYxlikklpvLNA%3d%3d)

Tal como indicado pela DGRSP, tendo já em conta igualmente outros dados disponibilizados/refletidos em datas anteriores, a necessidade de reforço ao nível dos profissionais que garantem o funcionamento dos centros educativos constitui-se como uma medida urgente.

## 6.2 Programa Escola Segura (PES)

No ano letivo de 2021/2022 as Forças de Segurança registaram 6067 ocorrências no contexto do Programa Escola Segura, sendo que mais de três quartos (76%) eram de natureza criminal. Ao nível das ocorrências criminais mais frequentes constam a ofensa integridade física, injúrias/ameaças e o furto.

Comparando os dados da PSP<sup>49</sup> relativos a esse ano letivo com o anterior (2020/2021) verifica-se um aumento global de 15% nas ocorrências registadas e de 37% nas ocorrências criminais (Quadro 1). Importa, no entanto, ter em conta que quando a comparação é efetuada com o período claramente pré-pandémico (2018/2019), no ano letivo de 2021/2022 a PSP registou -14% de ocorrências a nível global e -8% em termos de ocorrências criminais.

PES- Número de ocorrências registadas pelas Forças de Segurança (FS) Ano letivo 2021/2022- PES	
GNR <sup>50</sup>	PSP
<b>2542</b> (2190 criminais e 352 não criminais)	<b>3525</b> (2444 criminais e 1081 não criminais)  <i>Comparando o total de ocorrências:</i> +15% de ocorrências face a 2020/2021 -14% de ocorrências face a 2018/2019  <i>Comparando as ocorrências de natureza criminal:</i> +37% face a 2020/2021 -8% face a 2018/2019
<b>Total FS: 6067</b> (53% registadas em Lisboa, Porto e Setúbal)	
<b>4634 (76%)</b> de natureza criminal e <b>1433 (24%)</b> de natureza não criminal	

Quadro 1: Número de ocorrências registadas pelas FS- Ano letivo 2021/2022- PES

Fonte: GSEAI com base nos dados e informações disponibilizados pelas FS.

Recuando aos anos letivos de 2010/2011, e efetuado uma análise até ao ano letivo 2020/2021, observa-se ao nível do número global de ocorrências registadas pelas FS no contexto do PES um aumento até ao ano letivo 2015/2016 (período em que atingiu o valor de 7553), verificando-se uma diminuição progressiva desde então (no ano letivo de 2018/2019, com 5250 ocorrências registadas, correspondeu ao menor valor desde 2010/2011)<sup>51</sup> (Gráfico 14).

<sup>49</sup> Ao nível da GNR não é adequado comparar o número de ocorrências registadas em 2021/2022 com os anos anteriores, pois tais dados (constantes no RASI 2022) foram extraídos de forma diferente face à realidade precedente. Assim, e de acordo com a GNR: “a partir dos dados compilados para o RASI 2022, o registo apresentado contabiliza todas as ocorrências em ambiente escolar, independentemente de quem se desloca à mesma (até à data eram apenas contabilizadas as ocorridas pelos militares das Seções de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário), sendo todas estas carregadas e posteriormente validadas em SIOP-P”. A título de exemplo: utilizando a metodologia anterior, a GNR registou, em 2020/2021, 1427 ocorrências, das quais 615 foram de natureza criminal e no ano letivo 2018/2019 foram 1157 e 623, respetivamente.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Refira-se que, tal como indicado no ponto 5.1.1, foi igualmente no ano de 2018 que se registaram os menores quantitativos em termos de DJ e CG registados pelas FS (ao longo dos últimos 15 anos), sem se ter em conta os anos mais afetados pela pandemia por COVID-19).

Similar padrão é encontrado no âmbito as ocorrências criminais registadas pelas FS, tendo, no entanto, neste caso sido atingido o máximo no ano letivo de 2013/2014 (com 4854), constatando-se uma diminuição progressiva nos anos seguintes. No ano letivo de 2018/2019 foi registado o menor valor (3253) desta série estatística (pré-pandémica) analisada desde 2010/2011.

Uma vez harmonizados e consolidados os novos procedimentos de contabilização das ocorrências registadas pelas FS no contexto do PES, importará proceder a análises mais detalhadas desta realidade, designadamente com a necessária desagregação geográfica e em articulação com os dados registados pelas FS ao nível da delinquência juvenil.

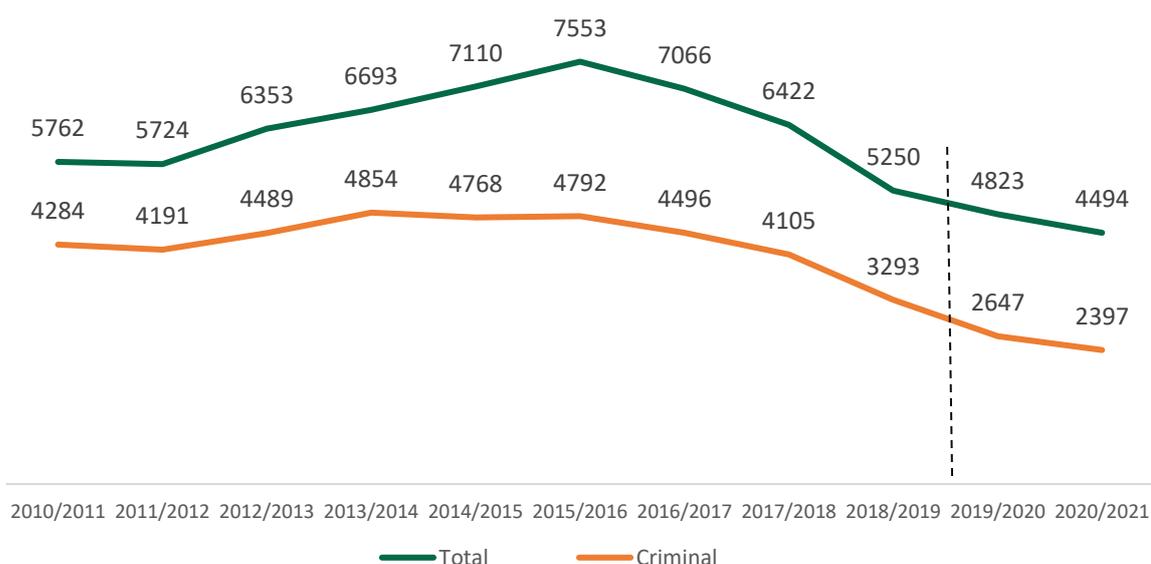


Gráfico 13: Número de ocorrências registadas pelas FS (anos letivos 2010/2011 a 2020/2021) - PES

Fonte: GSEAI com base nos dados constantes nos RASI (GSG SSI).

No âmbito do Programa Escola Segura, as FS realizam anualmente milhares de ações de sensibilização nos estabelecimentos de educação e ensino sobre variadas temáticas relevantes (ex.: álcool e drogas, *bullying/cyberbullying*, delinquência juvenil, direitos humanos, posse e utilização de armas, violência doméstica e no namoro...), sendo que no ano letivo de 2021/2022 foram mais de 27 mil as ações realizadas (Quadros 2 e 3).

Ações de sensibilização grupal realizadas pelas FS no âmbito do Programa Escola Segura			
Ano letivo 2021-2022 - GNR		Ano letivo 2021-2022 - PSP	
N.º de ações	Principais temáticas	N.º de ações	Principais temáticas
17462	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Segurança na escola (5211)</li> <li>▪ Internet Segura / Utilização segura das novas tecnologias (1520)</li> <li>▪ Prevenção e Segurança Rodoviária (1251)</li> </ul>	10357	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Bullying e Cyberbullying (3100)</li> <li>▪ Álcool e drogas (1947)</li> <li>▪ Segurança infantil (1563)</li> </ul>
<b>Total FS- Ano letivo 2021-2022</b>			
<b>+ de 27 mil ações<sup>52</sup></b>			

Quadro 2: Ações de sensibilização grupal realizadas pelas FS no âmbito do PES

Fonte: GSEAI com base nos dados e informações disponibilizados pelas FS.

*Exemplos de temáticas abordadas pelas FS - ações de sensibilização grupal:*

Álcool e Drogas	Mutilação genital feminina
Animais de Companhia	Ofensas Sexuais
Autoproteção	Posse e Utilização de Armas
Bombas de Carnaval	Prevenção Criminal Geral
Bullying e Cyberbullying	Prevenção da Radicalização (terrorismo)
Burlas	Prevenção e Segurança Rodoviária
Cidadania e Não Discriminação	Segurança Infantil
Delinquência Juvenil	Segurança na Residência
Diálogo Intercultural	Segurança nos Transportes Públicos
Direitos Humanos	Tráfico de Seres Humanos
Educação e Proteção Ambiental	Utilização Segura das Novas Tecnologias
Furtos e Roubos	Vandalismo e Danos
Igualdade de Género	Violência Doméstica e no Namoro
Maus-tratos	Violência na Escola
Migrantes/Refugiados	...

Quadro 3: Exemplos de temáticas abordadas pelas FS no âmbito das ações de sensibilização grupal - PES

A estas ações acrescem ações de demonstração e visitas a (sub)unidades das FS e ações de contacto individual.

<sup>52</sup> Se numa ação foram abordadas duas temáticas é aqui contabilizada apenas uma ação.

## 7. Linhas de orientação/recomendações

Os contributos refletidos neste 2.º Relatório intercalar permitem, em primeiro lugar, corroborar as reflexões já plasmadas no 1.º Relatório intercalar da CAIDJCV, bem como as linhas de orientação/recomendações aí contidas e, em segundo, ao densificar essa reflexão com a visão e experiências de todos os que foram ouvidos e com base nos restantes dados e informações trabalhados e analisados, formular um novo, e mais amplo, conjunto de linhas de orientação/recomendações.

Importa ressaltar o elevado volume de informação e dados que foram recolhidos e analisados, bem como a análise e reflexões, o mais integradas possível, realizadas em sede de CAIDJCV e que estão na base destas linhas de orientação/recomendações.

Assim, no Quadro 4 constam as novas linhas de orientação/recomendações propostas pela CAIDJCV.

Foi igualmente compilado um conjunto de preocupações que se consideraram complementares a algumas das linhas de orientação/recomendações. Trata-se de questões que, na sua maioria, remetem para aspetos adicionais ou complementares a atender aquando da operacionalização das recomendações apresentadas. Tais questões são apresentadas após o referido Quadro (tendo em conta o seu carácter mais operacional, considerou-se que as mesmas deveriam figurar à parte das recomendações “principais”).

Salienta-se que as linhas de orientação/recomendações agora produzidas procuram contribuir para o reforço e consolidação das muitas medidas e ações já existentes/em curso nos vários setores e domínios, reconhecendo a CAIDJCV o elevado esforço e a qualidade do percurso que tem sido efetuado.

A **apresentação** que se segue é realizada segundo os **níveis do modelo ecológico-sistémico** (quadro de referência já anteriormente abordado no 1.º Relatório intercalar da CAIDJCV) - intervenções direcionadas para os níveis individual, interpessoal/relacional, comunitário e social/macro, potenciando assim uma visão multinível e integrada (ver Quadro 4).

Para facilitar a sua organização e leitura, as novas linhas de orientação/recomendações estão também organizadas segundo 10 áreas (num total de **50 recomendações**):

- **Promoção de competências sociais e emocionais nas crianças e jovens e sensibilização (2)**
- **Promoção de competências parentais (2)**
- **Reforço/alargamento da intervenção e do trabalho integrado e em Rede (12)**
- **Reforço ao nível de recursos humanos (5)**
- **Reforço ao nível da formação dos profissionais (4)**
- **Estudos e melhoria dos dados e indicadores estatísticos (4)**
- **Produção legislativa/normativa (6)**
- **Campanhas e sensibilização geral (5)**
- **Ajustes no Sistema (5)**
- **Combate à pobreza, promoção da integração e da igualdade (5)**

## Novas linhas orientadoras/recomendações

Quadro 4: Novas linhas orientadoras/recomendações propostas pela CAIDJCV

INDIVIDUAIS	<p><b>Promoção de competências sociais e emocionais nas crianças e jovens e sensibilização (2):</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Implementar em todos os estabelecimentos de educação e ensino (EEE) programas de promoção de competências sociais e emocionais dirigidos aos alunos;</li><li>2. Na área curricular/disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, privilegiar, em todos os EEE, os parâmetros essenciais para efeitos da sensibilização em áreas como a prevenção da violência, o uso não excessivo/uso racional do digital/tecnologias e a prevenção de comportamentos aditivos;</li></ol>
INTERPESSOAIS / RELACIONAIS	<p><b>Promoção de competências parentais (2):</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>3. Desenvolver programa de reforço da parentalidade consciente e positiva;</li><li>4. Promover iniciativas/ações regulares de promoção de competências parentais em todos os estabelecimentos de educação e ensino, flexibilizando o modelo (presencial/online) com vista a uma maior adesão;</li></ol>
COMUNITÁRIOS	<p><b>Reforço/alargamento da intervenção e do trabalho integrado e em rede (12):</b></p> <ol style="list-style-type: none"><li>5. Nos municípios com maior número de casos de delinquência juvenil (DJ) registada, e ou maiores taxas de incidência a este nível, definir planos de ação de prevenção e combate à DJ, de modo a garantir a adoção de um modelo de intervenção baseado no trabalho integrado e em rede entre todos os atores locais, refletindo protocolos de intervenção estabelecidos, em estreita articulação com os Conselhos Municipais de Segurança/Contratos Locais de Segurança/Rede Social;</li><li>6. Alargar os CAFAP (Centros de apoio familiar e aconselhamento parental) a todo o território e reforçar os meios existentes, de modo a garantir o necessário trabalho de proximidade com as famílias;</li><li>7. Implementar na área geográfica de influência de cada uma das cinco Coordenações Regionais de Saúde Mental, num Serviço Local de Saúde Mental, um projeto-piloto com respostas para vítimas e pessoas agressoras no contexto da violência familiar/por parceiro íntimo;</li><li>8. Constituir equipas com técnicos de diversas áreas de formação e em resultado do empenho de diversas áreas governativas (mediadores socioculturais, animadores socioculturais, educadores sociais, assistentes sociais, psicólogos, etc.), de modo a intervir no contexto escolar;</li><li>9. Promover ações de sensibilização de “360 graus” no âmbito do <i>(cyber)bullying</i> (ex.: junto das pessoas agressoras e dos observadores passivos, sensibilizando alunos, docentes, não docentes e pais/encarregados de educação);</li><li>10. Reforçar e alargar o Programa Ensino Superior Seguro;</li><li>11. Incrementar a atividade policial no âmbito do controlo de armas e estupefacientes, e no âmbito da fiscalização de venda de álcool a menores;</li><li>12. Reforçar as ações de policiamento de proximidade nas zonas de maior vulnerabilidade social, incluindo a realização de ações de sensibilização;</li><li>13. Incrementar operações regulares de “fiscalização” do ciberespaço por parte das entidades policiais, em particular sobre a publicitação de atos de violência ou da sua projeção futura, de modo a tornar o ciberespaço mais seguro;</li><li>14. Viabilizar uma maior celeridade na alteração das medidas tutelares educativas adotadas, sempre que tal se afigure necessário;</li></ol>

**Reforço/alargamento da intervenção e do trabalho integrado e em rede (cont.):**

15. Reforçar respostas/projetos, de modo a garantir que atividades desportivas estejam disponíveis, a nível nacional, em todas as zonas de maior vulnerabilidade social e que crianças/jovens provenientes de famílias em situação de maior vulnerabilidade económica, independentemente da zona de residência, possam ter acesso de forma gratuita a atividades desportivas;
16. Garantir a disponibilidade de oferta de respostas de ocupação de tempos livres para crianças e jovens, incluindo em períodos de férias escolares, e que abranjam também crianças com mais de 12 anos;

**Reforço ao nível de recursos humanos (4):**

17. Reforçar os recursos humanos de modo a responder à necessidade de um maior acompanhamento das crianças e jovens (ex.: pedopsiquiatras, psicólogos, técnicos das CA e das CPCJ, outros profissionais) (*viabilizando igualmente a implementação do já previsto na recomendação n.º 8*);
18. Repor o efetivo ao nível de Vigilantes da DGEstE/DSSE<sup>53</sup> nos EEE, e de Técnicos ao nível dos Centros Educativos e das Equipas de Reinserção Social, garantindo-se os efetivos previstos nos respetivos quadros de pessoal (com a possibilidade do seu aumento);
19. Reforçar os meios humanos afetos ao Programa Escola Segura;
20. Viabilizar a intervenção de mediadores socioculturais nos territórios/contextos em que tal se justifique de forma mais premente, em articulação com as autarquias;

**Reforço ao nível da formação dos profissionais (5):**

21. Reforçar a formação dos profissionais sobre a Lei Tutelar Educativa e o seu papel fundamental na educação das crianças e jovens para o Direito, garantindo uma ampla divulgação do Guia *“Educar para o Direito - uma forma de (também) proteger”* (PGR)<sup>54</sup>; e, quando a formação se destinar a professores, incluir conteúdos sobre a gestão de situações de indisciplina/comportamentos antissociais e/ou de *“pré-delinquência”*, enquadrada numa lógica de intervenção integrada e em rede;
22. Reforçar o grau de especialização dos técnicos das CPCJ;
23. Redefinir os programas de policiamento de proximidade para uma maior adaptação a zonas de maior criticidade: módulos específicos, reforçando as temáticas sobre relação polícia-cidadão (desmistificação das atividades policiais), da literacia digital não desviante (de modo a reforçar a sensibilização da comunidade neste âmbito), *(ciber)bullying*, violência *lato sensu*, entre outros;
24. Sistematizar e integrar na formação/práticas policiais orientações relativamente a cuidados a ter aquando da realização de intervenções policiais presenciadas por crianças e jovens que impliquem, designadamente a realização de buscas no seu domicílio e detenção(ões) de figura(s) que lhe é(são) de referência;
25. Promover ações de formação dirigidas aos Órgãos de Comunicação Social (OCS) para a sensibilização na opinião pública da importância da não violência, através da prática de uma comunicação positiva e consciente, promovendo a sua colaboração na difusão de conteúdos preventivos da delinquência juvenil e criminalidade violenta, criando posteriormente um prémio para os melhores trabalhos;

<sup>53</sup> Direção de Serviços de Segurança Escolar.

<sup>54</sup>

[https://gfcj.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/educar\\_para\\_o\\_direito\\_guiao\\_de\\_procedimentos\\_de\\_comunicacao.pdf](https://gfcj.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/educar_para_o_direito_guiao_de_procedimentos_de_comunicacao.pdf)

**Estudos e melhoria dos dados/indicadores estatísticos (4):**

26. Sistematizar os dados oficiais existentes e os resultados de estudos já realizados em Portugal no domínio de subtemáticas específicas no contexto da delinquência e violência juvenil: autoria no feminino, ocorrências na esfera da violência sexual, violência filio-parental, efetividade das suspensões provisórias do processo e das penas de prisão suspensas aplicadas a jovens, e aprofundar a investigação nestes domínios;
27. Aperfeiçoar os dados estatísticos oficiais produzidos e divulgados no âmbito da delinquência juvenil e criminalidade grupal registadas e dos inquéritos tutelares educativos iniciados, viabilizando uma caracterização regular mais detalhada nestes domínios;
28. Reforçar a disponibilização regular de dados e indicadores estatísticos específicos da atividade dos Tribunais de Família e Menores que permitam aceder, designadamente, à caracterização dos processos entrados e seus desfechos;
29. Viabilizar a disponibilização regular de dados (anonimizados) provenientes dos registos do INEM, I.P. que permitam conhecer com maior detalhe as ocorrências por agressão para as quais este serviço é acionado, bem como os pedidos de ajuda (por perturbação e comportamento) e as situações de intoxicação por abuso de álcool e ou por substâncias psicoativas ilícitas;

**Produção legislativa/normativa (6):**

30. Promover a revisão do Estatuto do Aluno e Ética Escolar, designadamente no que respeita às medidas disciplinares;
31. Regulamentar o funcionamento e a organização das casas de acolhimento, incluindo as especializadas;
32. Aprovar diploma(s) legislativo(s) que, dando cumprimento ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), permita(m) criar sistema(s) de informação integrado(s) e transversal(is) e/ou outros mecanismos ágeis de articulação e de partilha de informação - incluindo as entidades que representam potenciais interfaces na prevenção/intervenção associada a situações de violência para melhor proteger as crianças e jovens e combater o fenómeno da violência (ex.: Educação, Saúde, Sistema Judicial, Forças de Segurança e Solidariedade e Segurança Social) - garantindo a legalidade dessa partilha;
33. Ao nível das novas gerações/edições de programas/projetos (co)financiados pela Administração Central e/ou Local, no âmbito da intervenção comunitária junto de populações/áreas de maior vulnerabilidade social, garantir que a duração dos projetos seja no mínimo de 3 anos, prevendo mecanismos que possam evitar a existência de descontinuidades ao nível dessas intervenções, sempre que os resultados demonstrados sejam claramente positivos;
34. No contexto da implementação a nível nacional das disposições decorrentes do “Regulamento Serviços Digitais”, garantir uma atenção específica às questões da violência, de modo a potenciar a regulação das plataformas digitais nestes domínios e a possibilidade de bloqueio imediato de sites;
35. Apoiar modelos de educação não formal, valorizando e reforçando as atividades de voluntariado, prevendo-se medida(s) facilitadoras de uma maior conciliação da atividade laboral com atividades de voluntariado, reconhecidas formalmente como tal;

**Campanhas e sensibilização geral (5):**

36. Realizar anualmente uma campanha de sensibilização nacional (envolvendo, nomeadamente os OCS e as redes sociais), de modo a prevenir e combater a violência, designadamente o *(cyber)bullying*, envolvendo figuras/ídolos de referência de diversas áreas;

**Campanhas e sensibilização geral (cont.):**

37. Promover o reconhecimento dos EEE que contribuem para a promoção da segurança no meio escolar, no âmbito do respetivo projeto educativo, e sensibilizar os mesmos para o reporte de ocorrências verificadas;
38. Incentivar iniciativas de autorregulação ao nível dos OCS, de modo a promover-se a definição de um documento único de compromisso, designadamente em matéria de boas práticas sobre como noticiar situações envolvendo violência;
39. Promover ações de sensibilização junto das entidades com responsabilidades, nomeadamente em matéria relacionada com direitos e autores, reforçando preocupações em termos de responsabilidade social no âmbito da prevenção da disseminação de conteúdos, designadamente em contexto musical, que apelem à violência;
40. Promover um Fórum (periodicidade anual) sobre a delinquência juvenil e criminalidade violenta convidando, designadamente os especialistas e entidades que participaram nas audições da CAIDJCV;

**Ajustes no Sistema (5):**

41. Listar, proceder ao mapeamento e à ampla divulgação [suportada em sistema(s) de informação regularmente atualizado(s)] dos recursos, programas e projetos/iniciativas de referência existentes, a nível nacional e ou local, implementados, designadamente nas várias áreas setoriais, e que se afiguram diretamente relevantes no domínio da prevenção e combate à delinquência juvenil, potenciando-se, sempre que avaliado como adequado, o respetivo reforço e alargamento em termos da sua abrangência territorial/populacional;
42. Reforçar práticas de avaliação regular do nível de satisfação com a escola, e consequente elaboração de planos de melhoria, nos EEE;
43. Afirmar as medidas de prevenção, deteção e orientação da violência em contexto familiar como prioridades na contratualização dos cuidados de saúde primários;
44. Garantir a avaliação do risco/perigo na família no âmbito das consultas no contexto do Programa Nacional de Saúde Infantil e Juvenil;
45. Potenciar a articulação entre os serviços locais de saúde mental (slsm) da infância e adolescência e os slsm do adulto (tendo em conta as necessidades de apoio das crianças e eventualmente das famílias);

**Combate à pobreza, promoção da integração e da igualdade (5)**

46. Alargar os Núcleos Locais da Garantia para a Infância a todos os concelhos do país, enquanto programa de prevenção e combate à pobreza das crianças e jovens e promotor de intervenções integradas e em rede;
47. Reforçar, por via dos OCS e meios digitais, a mensagem de que a violência e a delinquência juvenil são transversais a toda a sociedade, não sendo uma característica específica de determinados territórios, grupos populacionais definidos pela cor da pele, pela sua ascendência, língua, território de origem, cultura, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, orientação sexual ou outro fator;
48. Reforçar as respostas de proximidade que promovam a regularização documental de pessoas em situação de especial vulnerabilidade que se encontrem em situação irregular;
49. Incentivar o desenvolvimento de ações de conhecimento das diferentes culturas em contexto escolar;
50. Reforçar o desenvolvimento de ações de integração para migrantes e refugiados em contexto escolar.

**De forma complementar ao já plasmado no quadro anterior**, sublinham-se de seguida essencialmente **aspectos adicionais a ter em conta no âmbito da operacionalização de algumas das recomendações**.

Relativamente à **implementação nos estabelecimentos de educação e ensino (EEE) de programas de promoção de competências sociais e emocionais dirigidos aos alunos**, julga-se relevante que seja dada uma atenção particular ao 1.º Ciclo e à transição para o 2.º Ciclo, sendo importante que incluam metodologias de sensibilização “entre pares”, e que a operacionalização destes programas seja realizada em estreita articulação com a área curricular/disciplina de Cidadania e Desenvolvimento. Os programas a implementar devem estar validados cientificamente e reconhecidos pela Direção-Geral de Educação/Direções Regionais de Educação (Açores e Madeira), sendo relevante que possa, neste âmbito, ser tido em conta o trabalho que a Ordem dos Psicólogos Portugueses tem vindo a realizar ao nível da promoção de programas de intervenção sustentados na evidência científica e estejam validados para a população portuguesa.

No âmbito do proposto em relação à **área curricular/disciplina de Cidadania e Desenvolvimento**, considera-se que importará privilegiar metodologias ativas assentes em abordagens promotoras de competências sociais e emocionais, e potenciadoras de um impacto efetivo. As metodologias a utilizar deverão permitir abordar e refletir temas que tenham como ponto de partida situações concretas ocorridas na escola e que sejam, preferencialmente, “trazidas” pelos alunos. Sempre que possível e nos temas em que tal se justifique, deve recorrer-se à presença de convidados (ex.: jovem que tenha passado pelo Sistema de Justiça Juvenil, elemento policial, entre outros,...), contribuindo para que estas aulas sejam um espaço de partilha de experiências ou o desenvolvimento de projetos (multidisciplinares) com impacto na comunidade escolar, em contraposição a metodologias expositivas “clássicas”, e ainda, que nesse contexto, se promovam visitas a tribunais e contactos com magistrados.

Quanto ao desenvolvimento de um **programa de reforço da parentalidade consciente e positiva**, será relevante que o mesmo contemple, nomeadamente uma parte que fique acessível *online* ao público em geral (*promovendo-se a sua ampla divulgação*), e que sirva de suporte/complemento a intervenções mais aprofundadas a realizar a nível local (ex.: cursos de preparação para o parto e parentalidade).

No âmbito da promoção de **iniciativas/ações regulares de promoção de competências parentais** em todos os estabelecimentos de educação e ensino, importará que as mesmas possam ter, em articulação com a área da saúde, uma atenção particular a populações de maior risco (ex.: situações relacionadas com perturbações ao nível da saúde mental ou com comportamentos antissociais graves).

No que concerne ao reforço e alargamento do **Programa Ensino Superior Seguro** (recomendação número 10), julga-se que será relevante que a par das demais atividades que o mesmo contempla, possa potenciar a realização, de forma regular, de ações de sensibilização sobre a prevenção da violência e dos comportamentos aditivos, promovendo o envolvimento de toda a comunidade do ensino superior.

Sobre a proposta de **reforço de psicólogos** incluída na recomendação 17 (reforço de recursos humanos de modo a responder a um maior acompanhamento das crianças e jovens), importará que, designadamente para efeitos dos cuidados de saúde primários, possam ser equacionadas eventuais soluções que agilizem, nos termos legalmente vigentes, os procedimentos concursais para a respetiva admissão. No âmbito desta recomendação e da recomendação número 8 (constituir equipas com técnicos de diversas áreas governativas de modo a intervir no contexto educativo) e, no

que toca ao reforço de psicólogos nos EEE, considera-se que este deve sobretudo ocorrer visando um aumento da capacidade de resposta em termos da gestão e acompanhamento de situações de maior complexidade (ex.: de violência), da promoção de competências sociais e emocionais dos alunos e de competências parentais (*em detrimento de aumento da capacidade de resposta na vertente de orientação escolar/vocacional*).

Ao nível do **Programa Escola Segura (PES)** e das **ações de sensibilização** realizadas nesse âmbito importará reforçar exercícios de planeamento integrado, de modo a garantir-se a sua adequação às problemáticas de cada território, que são dirigidas aos públicos-alvo mais pertinentes, que não existe duplicação (não intencional) de ações de sensibilização por parte de entidades diferentes e que se verifica uma articulação entre as várias entidades que realizam este tipo de intervenção local ao nível de conteúdos e metodologias, de modo a potenciar o impacto das ações realizadas. Importará ainda reforçar a realização de ações no contexto do PES que se dirigem igualmente aos encarregados de educação.

No âmbito das medidas relativas à **formação dos profissionais** importará investir, junto dos profissionais que trabalham na área da violência, na sensibilização/formação relativa a estratégias nacionais estruturantes das políticas de prevenção/intervenção no âmbito desta problemática, enquadrando as mesmas numa perspetiva de saúde pública, assente no modelo ecológico e no trabalho em rede, multidisciplinar/multissetorial.

Relativamente ao domínio das propostas para **melhoria de dados e indicadores estatísticos** será pertinente atender-se à necessidade de manter e disponibilizar regularmente indicadores que permitam caracterizar, a nível municipal, a **intervenção em sede do SPP e do STE**.

Importará igualmente apostar no aperfeiçoamento dos sistemas de informação e **promover a respetiva integração de informação** (ex.: Núcleos de apoio a crianças e jovens em risco/ Programa de prevenção da violência ao nível do ciclo de vida, registos do INEM, I.P., ligação com os cuidados de saúde primários e cuidados hospitalares, e com as equipas de saúde mental comunitárias).

Ainda no âmbito dos dados e indicadores estatísticos, na sequência da **Ficha de registo desenvolvida pela CAIDJCV** (questão abordada no 1.º Relatório intercalar da CAIDJCV) que visa uma análise mais compreensiva das ocorrências registadas (no âmbito de um conjunto circunscrito de crimes), incluindo uma avaliação da severidade da violência envolvida, será relevante efetivar-se a sua utilização regular, bem como o tratamento estatístico dos dados recolhidos e posterior divulgação de resultados.

No âmbito da proposta de **aprovação de diploma(s) legislativo(s)** que, dando cumprimento ao Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, permita criar sistema(s) de informação integrado(s) e transversal(is) e ou outros mecanismos ágeis de articulação e de partilha de informação, deverá prever-se designadamente a criação de uma plataforma partilhada que permita o tratamento e a análise de dados referentes à (in)segurança escolar, bem como o acompanhamento das situações de violência registadas de forma articulada entre as diferentes áreas governativas. Por outro lado, importará promover o estabelecimento de mecanismo ágil de articulação e de partilha de informação entre as áreas operacionais da promoção e proteção e tutelar educativa, por forma a garantir uma execução articulada, coordenada e plenamente informada das medidas de que a criança ou o jovem seja beneficiário em cada uma das áreas de intervenção, de modo a dar expressão, ao nível operacional, da existência, nos termos da lei, de uma abordagem global, sistematizada e unitária da situação da criança ou do jovem ao nível processual.

No que respeita ao proposto quanto a **novas gerações/edições de programas/projetos (co)financiados pela Administração Central e ou Local, no âmbito da intervenção comunitária junto**

**de populações/áreas especialmente vulneráveis**, sempre que viável, importará contribuir por esta via para uma maior sistematização e planeamento dos projetos face ao mapeamento de recursos/respostas existentes, tendo em vista uma maior eficácia/eficiência e uma maior sustentabilidade das intervenções ao longo do tempo. Por outro lado, sempre que viável, torna-se relevante que possa ser previsto no Regulamento destes Programas/Projetos a necessidade de garantir oportunidades dirigidas às crianças e jovens em termos de conhecimento e contacto regular com outros territórios, designadamente os envolventes (e não especialmente vulneráveis) e em termos de interação com outras crianças/jovens de diferentes zonas e contextos socioeconómicos. Será igualmente relevante prever nos referidos regulamentos que as entidades locais promotoras dos projetos devem sinalizar às restantes entidades da rede de apoio local, casos de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade acrescida que deixem de frequentar os projetos/respostas, sem justificação aparente, de modo a potenciar um acompanhamento diferenciado dessas situações.

Ao nível das **campanhas e sensibilização geral**, importa ainda deixar algumas notas sobre a importância da **prevenção do uso excessivo de ecrãs/redes sociais** (questão já plasmada no Relatório anterior da CAIDJCV), sendo relevante a realização/manutenção de campanhas de sensibilização regulares neste domínio.

A título complementar considera-se relevante potenciar a **divulgação dos canais atualmente existentes** para que a população em geral e os profissionais dos diversos setores melhor identifiquem e possam **reportar conteúdos online nocivos ou potencialmente nocivos**, designadamente para crianças e jovens (ex.: violência patente ou apelo à violência), e se proceda em conformidade, nomeadamente para efeitos da sua remoção/bloqueio. Por outro lado, poderá ser relevante garantir um **canal de comunicação regular entre as entidades** policiais, o Consórcio Internet Segura e a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (área que se dedica à promoção da literacia mediática), de modo a garantir a partilha de informação relevante que potencie a eficácia das respetivas ações.

No âmbito da proposta referente a “**Listar, proceder ao mapeamento e à ampla divulgação (...)** dos **recursos, programas e projetos de referência existentes (...)**” (recomendação número 41), importa que essa sistematização possa igualmente sinalizar a **avaliação de resultados**, quando existente, para cada programa/projeto. A este nível, cumpre destacar a importância dessa avaliação, informação central para efeitos de ponderação efetiva sobre a disseminação/alargamento desses programas/projetos de referência.

A propósito do reforço de **projetos/programas/respostas de referência**, para além dos que já tenham sido referenciados pela CAIDJCV (ex.: Programa Escolhas<sup>55</sup>, CAFAP, Programa Escola Segura) existem outros, de igual natureza mais abrangente que importará **atender de forma específica** (ex.: Contratos Locais de Desenvolvimento Social, Programa BIP/ZIP, Programa Bairros Saudáveis, Contratos Locais de Segurança).

Quanto a projetos mais específicos, entendeu a CAIDJCV que, sem se efetuar o referido levantamento mais exaustivo e obter um nível de conhecimento harmonizado em relação aos inúmeros projetos/iniciativas em causa existentes, e se proceder a uma reflexão mais aprofundada, seria prematuro propor o reforço de alguns projetos/iniciativas em específico. Não obstante esta questão, sinaliza-se, a título de exemplo, o **projeto “Gira no Bairro”** que reflete uma abordagem relevante do ponto de vista da promoção de uma relação de **maior proximidade e confiança entre a população** (e em concreto as crianças e jovens) **e a polícia**. Assim, poderá constituir-se como uma prática de

---

<sup>55</sup> 1.º Relatório Intercalar da CAIDJCV (ver recomendação n.º 6).

referência a ter em conta em outras zonas identificadas como prioritárias, designadamente aquelas onde se registem sinais de maior reatividade à atuação policial.

No âmbito da recomendação (número 47) relativa a “**Reforçar**, por via dos OCS e meios digitais, a **mensagem de que a violência e a delinquência juvenil são transversais a toda a sociedade**, não sendo uma característica específica de determinados territórios, grupos populacionais definidos pela cor da pele, pela sua ascendência, língua, território de origem, cultura, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social, orientação sexual ou outro fator”, importará sublinhar que o que sucede, por diversas vezes, é que em determinados territórios existe uma maior concentração de situações de vulnerabilidade social acrescida e de pessoas em risco, sendo necessário compreender as “causas mais profundas” (dessa maior concentração de fatores de vulnerabilidade social e de pessoas em risco).

Quanto à penúltima recomendação elencada, “Incentivar o desenvolvimento de **ações de conhecimento das diferentes culturas em contexto escolar**”, importará adequar a sua implementação tendo em especial consideração a realidade e as necessidades existentes em cada EEE e o contexto social em que está inserido.

Tendo em conta que a nível internacional existe muito trabalho feito ao nível da prevenção e combate à delinquência juvenil e criminalidade violenta será relevante o **reforço de “pontes”**, fundamentalmente **com quem a nível internacional vai desenvolvendo estratégias consideradas de sucesso**.

Para finalizar, reitera-se a relevância de se promover a **monitorização da implementação das recomendações apresentadas por esta Comissão**. Tal avaliação implica que, para cada recomendação, possa ficar definido como será avaliada a respetiva implementação, entidades envolvidas na sua execução e o tempo necessário para a sua plena concretização.

## Anexos



## Anexo I - Elenco de especialistas, entidades e seus representantes presentes nas audições setoriais realizadas

Especialistas participantes (21) <i>(independentemente da afiliação institucional)</i>	Setor em que participou
Bárbara Lima	E
Francisco Carneiro	E
Gabriel Franco	E
Gonçalo Cruz	E
Matilde Franco	E
Dino D'Santiago <i>(artista - músico)</i>	JI
Oswaldo Landim (Vado) <i>(artista- músico)</i>	JI
Ana Cristina Neves <i>(Professora Doutora)</i>	EA
Cristina Marques <i>(Dr.ª)</i>	S
Cristina Soeiro <i>(Professora Doutora)</i>	EA
Daniel Rijo <i>(Professor Doutor)</i>	EA
Daniel Sampaio <i>(Psiquiatra, Prof. Jubilado)</i>	JI
Diana Ribeiro da Silva <i>(Professora Doutora)</i>	EA
Gilda Santos Neves <i>(Professora Doutora)</i>	EA
João Pedroso <i>(Professor Doutor)</i>	EA
João Sebastião <i>(Professor Doutor)</i>	E
Margarida Gaspar de Matos <i>(Professora Doutora)</i>	JI
Marlene Matos <i>(Professora Doutora)</i>	EA
Raquel Matos <i>(Professora Doutora)</i>	EA
Teresa Goldschmidt <i>(Dr.ª)</i>	S
Vera Duarte <i>(Professora Doutora)</i>	EA

Nota: EA - Especialistas meio académico; (SI JI) - Segurança Interna e Justiça; E – Educação; S- Saúde; SS SC - Setor Social e Sociedade Civil; DI- Desporto e Igualdade; CM/A - Entidades na área da Cova da Moura/Amadora; JI- Jovens e Ídolos Juvenis; OCS MD - Entidades ligadas aos meios de comunicação social e Entidades ligadas aos meios digitais; O O- Outras organizações.

Entidades (100)	Participantes (142) <sup>56</sup>	Setor em que participou
AAUE- Associação Académica da Universidade de Évora	Henrique Gil <i>(Dr.)</i>	E
Academia do Johnson	Johnson Semedo	DI
ACAS - Associação Luso Caboverdeana de Sintra	Rosa Moniz <i>(Dr.ª)</i>	DI
ACM - Alto Comissariado para as Migrações [Programa Escolhas]	Rui Diniz <i>(Dr.)</i>	DI
AEEP - Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular Cooperativo	Rodrigo Queirós e Melo <i>(Dr.)</i>	E
Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) - Amadora	Inês Maurício <i>(Dr.ª)</i>	CM/A
Agrupamento de Escolas de Santo António - Barreiro	Maria Manuel Espadinha <i>(Dr.ª)</i>	E
Agrupamento de Escolas D. João V - Sede – Esc. Sec. + EB 2,3 D. João V	Margarida Amorim <i>(Dr.ª)</i>	CM/A
Agrupamento de Escolas da Damaia - Sede - EB 2,3 Pedro D'Orey da Cunha	José Pontes de Oliveira <i>(Dr.)</i>	CM/A
Agrupamento de Escolas do Cerco do Porto	Manuel Oliveira <i>(Dr.)</i>	DI
	Paulo Ferreira <i>(Dr.)</i>	DI
AMEC - Associação dos Mediadores Ciganos de Portugal	Prudêncio Canhoto	DI
AMUCIP (Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas)	Olga Mariano <sup>57</sup>	DI
ANAFRE - Associação Nacional de Freguesias	Carlos Oliveira <i>(Dr.)</i>	O O

<sup>56</sup> Uma das participantes (Professora Doutora Cristina Soeiro) foi ouvida numa das audições com especialistas do meio académico, pelo que não foi contabilizada neste total de participantes.

<sup>57</sup> Esteve presente em representação da AMUCIP e da Letras Nómadas.

Entidades (100)	Participantes (142) <sup>56</sup>	Setor em que participou
ANDAEP- Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas	Filinto Lima (Dr.)	E
	Manuel António Pereira (Dr.)	E
ANDE- Associação Nacional de Dirigentes Escolares	Adélia Lopes (Dr.ª)	E
	João Jaime Pires (Dr.)	E
	Jorge Saleiro (Dr.)	E
ANESPO - Associação Nacional de Escolas Profissionais	Luís Costa (Dr.)	E
ANMP- Associação Nacional de Municípios Portugueses	Luís Ramos (Dr.)	O O
APAF- Associação Portuguesa de Árbitros de Futebol	Luciano Gonçalves (Dr.)	DI
	Gustavo Sousa (Dr.)	DI
	Henrique Borges (Dr.)	DI
APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	João Lázaro (Dr.)	SS SC/OCS MD
	Carla Ferreira (Dr.ª)	SS SC
	Cristina Soeiro <sup>58</sup> (Professora Doutora)	SS SC
	Ricardo Estrela (Dr.)	OCS MD
APCVD- Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto	Rodrigo Cavaleiro (Dr.)	O O
ARS Algarve - Administração Regional da Saúde do Algarve	Marta Chaves (Dr.ª)	S
	Cláudia Maia (Dr.ª)	S
ARS Centro - Administração Regional de Saúde do Centro	Odete Mendes (Dr.ª)	S
	Rui Lino (Dr.)	S
ARS LVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	Ana Neto (Dr.ª) [Unidade de Alcoologia de Lisboa - DICAD]	S
	Daniela Sofia Costa Reis (Enf.ª)	S
ARS Norte - Administração Regional de Saúde do Norte	Vera Mónica Nogueira Pires (Dr.ª)	S
	Laurinda Martins Oliveira (Enf.ª)	S
	Susana Alexandra Machado (Enf.ª)	S
ART- Associação de Respostas Terapêuticas	Carla Silva (Dr.ª)	S
ASAE -Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	Pedro Portugal Gaspar (Dr.)	O O
ASSACM - Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura	Vanda Carmo (Dr.ª)	CM/A
Associação de Moradores do Bairro da Pasteleira (Porto)	José Pedro Alves	DI
Associação de Moradores do Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres (Porto)	José Teixeira	DI
Associação dos Escoteiros de Portugal (AEP)	Ana Proença (Dr.ª)	O O
CAERIC- Comissão para acompanhamento da execução do regime jurídico do internamento compulsivo	Fernando Vieira (Dr.)	S
	Ramos da Fonseca (Dr.)	S
Cais - Futebol de Rua	Gonçalo Sequeira dos Santos (Dr.)	DI
Câmara Municipal da Amadora	Carla Tavares (Dr.ª)	CM/A
Câmara Municipal de Lisboa [Departamento da Atividade Física e do Desporto - Programa “Desporto mexe comigo”]	Rui Pinto (Dr.)	O O
	Tiago Cardoso (Dr.)	O O
	Hélder Santos (Dr.)	O O
	Vanda Narciso (Dr.ª)	DI
Câmara Municipal de Setúbal	Aline Santos (Dr.ª)	DI
	Sara Gonçalves (Dr.ª)	DI
Câmara Municipal do Porto [Projeto Desporto no Bairro]	Diogo Meireles (Dr.)	DI
	Max Oliveira	DI
Casa da Música do Porto	Jorge Prendas (Dr.)	DI
Casa Pia de Lisboa I.P.	Sandra Veiga (Dr.ª)	E
Centro Hospitalar de Setúbal - Serviço de Urgência	Vitor Augusto (Dr.)	S
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra – Serviço de Urgência	João Picoito (Dr.)	S

<sup>58</sup> Já ouvida na qualidade de especialista do meio académico.

Entidades (100)	Participantes (142) <sup>56</sup>	Setor em que participou
CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	Ana Neves (Dr.ª)	DI
CNCS - Centro Nacional de Cibersegurança	Lino Santos (Eng.º)	OCS MD
CNE - Corpo Nacional de Escutas	Paulo Pinto (Eng.º)	O O
CNIS - Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade Social	Maria da Conceição Marques (Dr.ª)	SS SC
CNJ - Conselho Nacional de Juventude	Rui Oliveira (Eng.º)	JI
CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais	Paulo Cardoso (Dr.)	E
Confiar – Associação de Reinserção Social- Portugal	Luís Gagliardini Graça (Dr.)	SS SC
Conselho das Escolas	Dulce Chagas (Dr.ª)	E
CNPSM - Coordenação Regional da Saúde Mental Alentejo	Salomé Ratinho (Dr.ª)	S
	Vasco Nogueira (Dr.)	S
CNPSM - Coordenação regional da Saúde Mental do Centro	Paula Cristina (Dr.ª)	S
CNPSM - Coordenação Regional de Saúde Mental do Norte	Otília Queirós (Dr.ª)	S
	Ana Silva Pinto (Dr.ª)	S
	Teresa Maia (Dr.ª)	S
CNPSM - Coordenação Regional Saúde Mental da RLVT	Catarina Pereira (Dr.ª)	S
CPCJ Amadora - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Amadora	Joana Pinto (Dr.ª)	CM/A
CPMCS - Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social	Sandra Reis (Dr.ª)	OCS MD
CPVC - Comissão de Proteção às Vítimas de Crime	Carlos Anjos (Dr.)	SI J
DGAJ - Direção-Geral da Administração da Justiça	Isabel Matos Namora (Dr.ª)	SI J
DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais	Ana Paula Bento (Dr.ª)	O O
DGE - Direção-Geral de Educação	Maria João Horta (Dr.ª)	E
DGES- Direção-Geral do Ensino Superior	Ângela Gonçalves (Dr.ª)	E
	Ana Cristina Dourado (Dr.ª)	SI J
DGRSP - Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	[CE Padre António de Oliveira - Caxias]	SI J
	Carla Sofia Pragosa (Dr.ª)	SI J
	[Estabelecimento Prisional de Leiria]	SI J
DGS - Direção-Geral da Saúde	Daniela Machado (Dr.ª)	SS SC
Domus Social (Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto)	Elsa Marques (Dr.ª)	DI
DRSD - Direção Regional da Saúde e Desporto- RA Açores	Pedro Fins (Enf.º)	S
FAL - Federação Académica de Lisboa	João Machado (Dr.)	E
FNAJ- Federação Nacional das Associações Juvenis	José Vaz (Dr.)	JI
FPF- Federação Portuguesa de Futebol	Marco Abreu (Subintendente)	DI
Fundação Calouste Gulbenkian	Hugo de Seabra (Dr.)	DI
Gabinete do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (GSG SSI)	Eduardo Sampaio Franco (Dr.)	SI J
	Vitor Alexandre (Dr.)	SI J
Gebalis (Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa)	Ana Leonor Esteves (Dr.ª)	DI
	Narciso Santos (Sargento-Chefe)	SI J
	[Destacamento de intervenção de Lisboa - sediado em Mem Martins]	SI J
GNR - Guarda Nacional Republicana	Nuno Santos (Cabo)	SI J
	[Secção de prevenção criminal e policiamento comunitário de Sintra]	SI J
	Ricardo Duarte (Cabo)	SI J
	[Núcleo de investigação criminal de Sintra]	SI J
Grupo Teatro Oprimido de Lisboa	Anabela Rodrigues (Dr.ª)	DI
Hospital de São João - Serviço de Urgência	Cristina Marujo (Dr.ª)	S
	Ruben Rocha (Dr.)	S
IAC – Instituto de Apoio à Criança	Dulce Rocha (Dr.ª)	SS SC
	Nuno Domingues (Dr.)	SS SC

Entidades (100)	Participantes (142) <sup>56</sup>	Setor em que participou
IEFP, I.P. - Instituto do Emprego e Formação Profissional [Centro Protocolar da Justiça -CPJ]	Jorge Rosado (Dr.)	E
ILGA Portugal	Gonçalo Aguiar (Dr.)	DI
INEM, I.P. - Instituto Nacional de Emergência Médica	Sónia Cunha (Dr.ª)	S
INMLCF, I.P. - Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses	Jorge Rosmaninho (Dr.)	SI J
IPAV - Instituto Padre António Vieira [Academias Ubuntu]	Francisca Teixeira (Dr.ª)	SS SC
ISS, I.P. - Instituto da Segurança Social, I.P.	Inês Amaro (Dr.ª)	SS SC
	Ana Paula Alves (Dr.ª)	SS SC
	Ivone Monteiro (Dr.ª)	SS SC
	Susana Perpétua (Dr.ª) [Coordenação local - Amadora]	CM/A
ISSA, I.P. - Instituto da Segurança Social dos Açores	Paula Ramos (Dr.ª)	SS SC
ISSM, I.P.-RAM - Instituto da Segurança Social da Madeira	Micaela Fonseca de Freitas (Dr.ª)	SS SC
	Paula Mesquita (Dr.ª)	SS SC
Junta de Freguesia das Águas Livres	Jaime Garcia (Dr.)	CM/A
Letras Nómadas - Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas	Olga Mariano	DI
LPFP - Liga Portuguesa de Futebol Profissional	Roberto Domingues (Comissário)	DI
Meta [Facebook, Instagram, Whatsapp]	David Miles (Diretor das políticas de Segurança para a Europa, Médio Oriente e África)	OCS MD
OPJ - Observatório Permanente da Juventude	Vitor Sérgio Ferreira (Professor Doutor)	JI
	Tatiana Ferreira (Professor Doutor)	JI
	Paulo André Santos (Dr.)	S
Ordem dos Médicos	Tiago Santos (Dr.)	S
	Renata Benavente (Doutora)	O O
PAJE- Plataforma de apoio a jovens ex-acolhidos	João Pedro Gaspar (Dr.)	SS SC
PJ - Polícia Judiciária	José Matos (Coordenador de investigação criminal) [Secção de investigação da criminalidade sexual]	SI J
	Pedro Maia (Coordenador de investigação criminal) [Secção de investigação de homicídios]	SI J
	Hélder do Carmo (Inspetor Chefe) [Brigada da Secção de investigação de roubos]	SI J
	Susana Bernardo (Dr.ª)	SS SC
Pressley Ridge Portugal	Maria Dantier (Comissário) [Secção de Prevenção Pública e Proximidade do Núcleo de Operações do Comando Metropolitano de Lisboa]	SI J
	Alberto Lino (Comissário) [Comandante da Esquadra de Investigação Criminal e Oficial Coordenador de Violência Doméstica de Oeiras]	SI J
	Rúben Cunha (Comissário) [Comandante da Esquadra de Investigação Criminal e Oficial Coordenador de Violência Doméstica da Amadora]	CM/A
	João Cunha (Chefe) [Supervisor MIPP da 4.ª Divisão Policial do Comando Metropolitano de Lisboa]	E
PSP - Polícia de Segurança Pública	Lúis Almeida (Chefe) [Esquadra de Intervenção e Fiscalização Policial da 2.ª Divisão Policial do Comando Metropolitano de Lisboa]	SI J
	Rui Godinho (Dr.)	SS SC
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	Fernando Marques (Inspetor Chefe)	SI J

Entidades (100)	Participantes (142) <sup>56</sup>	Setor em que participou
<b>SGPCM - Secretaria-Geral da Presidência da Presidência do Conselho de Ministros [Políticas de Comunicação Social]</b>	Alexandra Lorena ( <i>Dr.ª</i> )	OCS MD
<b>SICAD - Serviço de Intervenção em Comportamento Aditivos e Dependências</b>	Graça Vilar ( <i>Dr.ª</i> )	S
	Raul Melo ( <i>Dr.</i> )	S
<b>SIS - Serviço de Informações de Segurança</b>	Filipa Lozano ( <i>Dr.ª</i> )	SI J
<b>Social Innovation Sports</b>	Ricardo Carvalho ( <i>Dr.</i> )	DI
<b>Sociedade Portuguesa de Suicidologia</b>	Fausto Amaro ( <i>Professor Doutor</i> )	S
<b>SREAC - Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais - Governo Regional dos Açores</b>	Rui Espínola ( <i>Dr.</i> )	E
<b>UCAD - Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências - Região Autónoma da Madeira</b>	Nelson Carvalho ( <i>Dr.</i> )	S
<b>UMP - União das Misericórdias Portuguesas</b>	Susana Branco ( <i>Dr.ª</i> )	SS SC

Nota: EA - Especialistas meio académico; (SI J) - Segurança Interna e Justiça; E – Educação; S- Saúde; SS SC - Setor Social e Sociedade Civil; DI- Desporto e Igualdade; CM/A - Entidades na área da Cova da Moura/Amadora; JI- Jovens e Ídolos Juvenis; OCS MD - Entidades ligadas aos meios de comunicação social e Entidades ligadas aos meios digitais; O O- Outras organizações.



## Anexo II - Audições setoriais e entrevistas realizadas - datas e coordenação

### Audições setoriais realizadas- datas e coordenação:

	Audição 1	Audição 2	Audição 3	Audição 4	Coordenação
<b>Especialistas meio académico (EA)</b>	7/11 (tarde)	22/11 (manhã)			<b>ALS</b>
<b>Segurança Interna e Justiça (SI J)</b>	14/11 (manhã)	30/11 (manhã)	31/1/2023 (manhã)		<b>GNR - 14/11 e 31/1 PJ - 30/11</b>
<b>Educação (E)</b>	10/11 (manhã)	16/11 (tarde- parte 1)	16/11 (tarde- parte 2)	15/12 (manhã)	<b>DGEstE</b>
<b>Saúde (S)</b>	14/11 (tarde)	13/12 (manhã)	17/2/2023 (manhã- parte 1)	17/2/2023 (manhã- parte 2)	<b>CNPSM</b>
<b>Setor Social e Sociedade Civil (SS SC)</b>	10/11 (tarde)	16/11 (manhã)	-		<b>ENCP-10/11 CNGPI-16/11</b>
<b>Desporto e Igualdade (DI)</b>	18/11 (manhã)	28/11 (manhã)	1/2/2023 (manhã)		<b>GNR- 18 e 28/11 IPDJ, IP- 1/2</b>
<b>Entidades na área da Amadora/Cova da Moura (CM/A)</b>	23/1/2023 (tarde)	-	-		<b>CNPSM</b>
<b>Jovens e ídolos juvenis (JI)</b>	19/12 (tarde)	21/12 (tarde)	-		<b>IPDJ, IP</b>
<b>Entidades ligadas aos meios de comunicação social e Entidades ligadas aos meios digitais- (OCS MD)</b>	28/2/2023 (manhã)		-		<b>GNR</b>
<b>Outras organizações (O O)</b>	2/3/2023 (manhã)				<b>CQ</b>

Nota: ALS -Prof. Doutor António Leitão da Silva; CQ- Doutora Carina Quaresma; GNR - Guarda Nacional Republicana (Major Ricardo Guimarães da Silva); PJ - Polícia Judiciária (Dr. João Oliveira); DGEstE - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (Comissário Miguel Maio); CNGPI - Coordenação Nacional da Garantia para a Infância (Dr.ª Sónia Almeida); (ENCP- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (Dr.ª Sandra Araújo); CNPSM - Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental (Dr. João Redondo); IPDJ, I.P.- Instituto Português do Desporto e Juventude (Dr. Vítor Pataco – audição realizada em 1/2/2023 – Desporto; e Dr.ª Selene Martinho- audições Jovens e Ídolos Juvenis)

### Entrevistas realizadas – datas e coordenação:

	Entrevistas realizadas	Coordenação
<b>Jovens internados em CE e respetivos familiares</b>	<b>Abril a julho/2023: 12 audições (8 jovens e 4 familiares)</b>	<b>CNPDPCJ e CQ (2) CNGPI e CQ (2) CNPDPCJ e IPDJ (2) ALS e CNPSM (2) ALS e ENCP (3) ALS (1)</b>

Nota: ALS -Prof. Doutor António Leitão da Silva; CQ- Doutora Carina Quaresma; CNGPI - Coordenação Nacional da Garantia para a Infância (Dr.ª Sónia Almeida); CNPDPCJ - Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (Dr.ª Rosário Farmhouse); (ENCP- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (Dr.ª Sandra Araújo); CNPSM - Coordenação Nacional das Políticas de Saúde Mental (Dr. João Redondo); IPDJ, I.P.- Instituto Português do Desporto e Juventude (Dr.ª Selene Martinho)



## Anexo III – Respostas/iniciativas/projetos mencionados nas audições setoriais

*Nas audições setoriais realizadas foram abordadas diversas respostas/iniciativas/projetos da responsabilidade das entidades participantes (ou com o seu envolvimento), bem como assinalados outros projetos que os participantes consideraram de referência.*

*Abaixo consta o respetivo elenco (salienta-se que esta listagem poderá vir a ser complementada, mediante a obtenção de informações adicionais que permitam finalizar e afinar a mesma)<sup>59</sup>:*

- Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) (SCML/ Casa Pia de Lisboa, I.P/IPSS; ISS, I.P.);
  - Conselhos Municipais de Segurança (Autarquias);
  - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (ISS, I.P.);
  - Contratos Locais de Segurança (Ministério da Administração Interna);
  - Equipas comunitárias de saúde mental (Psiquiatria da Infância e Adolescência; Psiquiatria Adultos) nos Serviços Locais de Saúde Mental, associados às cinco Coordenações Regionais de Saúde Mental (DL n.º 113/2021, de 14/12);
  - Núcleos de apoio às crianças e jovens em risco e Equipas para a prevenção da violência em adultos- Programa nacional de prevenção da violência no ciclo de vida (DGS);
  - Programa Bairros Saudáveis<sup>60</sup>;
  - Programa Escola Segura (Ministério da Administração Interna/Ministério da Educação) ;
  - Programa Escolhas (ACM);
  - Rede Social (ISS, I.P.);
- 
- 1000 dias – Programa (Equipa Comunitária de Saúde Mental da Infância e Adolescência do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira);
  - A teu lado (CNPDPJ);
  - Academia de “soft skills” (Associação Luso-Caboverdeana de Sintra);
  - Academia de Líderes Ubuntu (IPAV);
  - Academia de Política (Letras Nómadas);
  - Academia do Johnson – Trabalho com 5 bairros diferentes da zona da Amadora (Zambujal, Cova da Moura, Reboleira, Damaia e Buraca), promovendo o desporto, o desenvolvimento e a integração social de jovens e crianças;
  - Academia dos *Champs*<sup>61</sup>;
  - Agrupamento de Escolas D. João V (Amadora) - “Espaço Mais”- Gabinete de apoio ao aluno e família e Academia Ubuntu;
  - Agrupamento de Escolas da Damaia - Projetos de tutoria escolar- transição do 1.º para o 2.º ciclo- apadrinhamento; criação de equipa multidisciplinar na Escola (6 técnicos especializados); turmas de acolhimento (prática reconhecida pelo CoE- integração de imigrantes);
  - Agrupamento de Escolas de Barcelos- Comunidades de aprendizagem;
  - Agrupamento de Escolas de Santo António (Barreiro) - contexto TEIP- implementação de diversos projetos e iniciativas (ex.: Programa Justiça para todos; Academia Ubuntu, “Fecha a porta ao *bullying*”, avaliação do grau de satisfação no final do ano letivo, plano de melhoria, sessões online à noite para pais com a Escola Segura sobre os perigos da internet);
  - Agrupamento de Escolas do Cerco -Porto - Plano de Inovação Educação nos Valores Olímpicos;
  - Agrupamento de Escolas General Serpa Pinto de Cinfães - plantação de 300 árvores de fruto no espaço escolar e onde cada turma adota uma árvore e é responsável por ela; Tolerância zero com os riscos nas paredes da escola;

<sup>59</sup> Refere-se que não foram aqui incluídas referências a respostas/iniciativas/projetos em que existia a indicação de que já haviam cessado ou que ainda estavam a ser delimitados (à data da audição), nem projetos em relação aos quais a informação disponível era muito parca.

<sup>60</sup> <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/o-programa/quem-coordena/index.htm>

<sup>61</sup> <http://academiadoschamps.org/>

- Anos incríveis (Universidade de Coimbra)<sup>62</sup>;
- APAV- 75 serviços de proximidade;
- Arribar - Promover respostas integradas para a inclusão dos jovens privados de liberdade (IPDJ, I.P.);
- Associação Cultural Moinho da Juventude (Cova da Moura/Amadora) - trabalho com jovens e crianças pequenas- promover a utilidade e a cultura; atividades extracurriculares; criação de creche familiar no bairro;
- Aventura Social - *Learn to Fly* (programa de promoção de competências de vida para crianças de 5/6 anos- prevenção universal)<sup>63</sup>;
- Base de dados - grupos identificados - instrumento de trabalho de prevenção e investigação criminal (SSI e OPC);
- Be a mom (Universidade de Coimbra)<sup>64</sup>;
- Be.Live (Pressley Ridge);
- BIP/ZIP (CM Lisboa);
- Campanha Nacional: Violência Zero (APCVD);
- Certificação dos clubes de Futebol (ética desportiva) (FPF);
- Clube Escolhas – Torneio entre Futsal e Futebol – clubes locais -jovens das comunidades onde o Programa Escolhas intervém (Social Innovation Sports)
- Community Champions (Gebalis);
- Consultório Social (IAC);
- Coro infantil do Bairro de São Tomé (Casa da Música- Porto);
- Cuidar+ - intervenção junto de vítimas e de agressores (Universidade Católica Portuguesa)<sup>65</sup>;
- Cuida-te+ - promoção da saúde juvenil e dos estilos de vida saudável (IPDJ, I.P.);
- Cursos de preparação para o parto e parentalidade (ARS);
- Cursos e iniciativas de sensibilização na área da cibersegurança (ex.: criação do Podcast Zigue-Zag para crianças; Guias para pais) [CNCS/ Consórcio do Centro Internet Segura]; cursos online gratuitos (ex.: cidadão ciberseguro), *Cyberchallenge* (CNCS);
- Desporto mexe comigo (CM Lisboa);
- Desporto no Bairro (CM Porto e Ágora – Cultura e Desporto do Porto);
- Equipas mistas de prevenção criminal (SSI e OPC);
- Escola a tempo inteiro (em alguns municípios)
- Espaços específicos de atendimento no âmbito da violência doméstica (PSP);
- European Early Promotion Project: A new primary health care service to promote children's mental health <sup>66</sup>;
- FPF - Aposta no Futebol Feminino;
- Futebol de Rua (Associação CAIS);
- Gabinete de Apoio à Liberdade e Casa de Saída (Confiar);
- Galo@rtis (CM Barcelos- projeto Escolhas);
- Garantia Jovem (IPDJ, I.P.) – dirigido a jovens que não trabalham nem estudam;
- Gerar Percursos Sociais (GPS)<sup>67</sup> (Universidade de Coimbra);
- Gira no Bairro - Esquadra de Caxias (PSP);
- Grupo Teatro Oprimido de Lisboa- Trabalho com “oprimidos” [pessoas que querem fazer mudanças nas suas vidas]
- Guardiões dos jardins (Gebalis);
- Influencia-te – literacia sobre saúde mental (Equipa Comunitária de Saúde Mental na Infância e Adolescência – Hospital do Espírito Santo de Évora)<sup>68</sup>;
- Iniciativas dirigidas para os Media -“7 dias com os Media” e Concurso “Media em ação” (Grupo informal de literacia mediática/SGPCM)<sup>69</sup>;
- International Self-Report Delinquency (ISRD) (Universidade do Porto);

<sup>62</sup> <https://www.uc.pt/fpce/anosincríveis>

<sup>63</sup> <https://aventurasocial.com/sobre-o-learn-to-fly/>

<sup>64</sup> [https://saude.fpce.uc.pt/projeto\\_c31.html](https://saude.fpce.uc.pt/projeto_c31.html)

<sup>65</sup> [https://www.aEEP.pt/folder/noticia/ficheiro1/415\\_CUIDAR\\_folheto%20institucional%202\\_A4.pdf](https://www.aEEP.pt/folder/noticia/ficheiro1/415_CUIDAR_folheto%20institucional%202_A4.pdf)

<sup>66</sup> Projeto financiado pela União Europeia (Programa Leonardo da Vinci - EL 98/98/1/68123/P1/1.1.1.b/FPC)- envolvendo diversos parceiros da Finlândia, Grécia e Inglaterra - <https://kclpure.kcl.ac.uk/portal/en/publications/the-european-early-promotion-project-a-new-primary-health-care-se>

<sup>67</sup> <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/87609>

<sup>68</sup> [Unidade de Psiquiatria da Infância e Adolescência do HESE desenvolve projeto de literacia em saúde mental nas escolas do distrito \(min-saude.pt\)](https://www.unidade.de/psiquiatria-da-infancia-e-adolescencia-do-hese-desenvolve-projeto-de-literacia-em-saude-mental-nas-escolas-do-distrito-(min-saude.pt))

<sup>69</sup> <https://7diascomosmedia.gilm.pt/gilm/>

- Laboratório colaborativo- ProChild CoLAB<sup>70</sup>;
- Linha Internet Segura (APAV);
- Linha SOS Criança (IAC);
- Lotes com vida- gestão partilhada da conservação do edifício (Gebalis);
- Mediadores que trabalham junto das comunidades (ex.: Duda Barradas – atleta reconhecido de Muay-Thai-Bairro da Cruz Vermelha) (Câmara Municipal de Cascais)<sup>71</sup>.
- Nosso bairro, nossa cidade (CM Setúbal);
- OPRE – projeto - ensino superior (Letras Nómadas);
- Orquestra geração<sup>72</sup>;
- PAJE - Acompanhamento e apoio de jovens e adultos com vivência de acolhimento residencial
- PASE- Programa alimentar e saúde escolar (ARS Norte);
- Pilar – projeto criado para denuncia de situações de maus-tratos e abuso, acabando por receber igualmente denúncias de situações enquadráveis no âmbito da violência e atos delinquentes) (AEEP);
- Playground for All - bairro da Quinta da Fonte (Loures) - reconstruir parque desportivo (Social Innovation Sports);
- Prémio “Futebol Para Todos” (FPF);
- PRESSE – Programa para a área da educação sexual (ARS Norte);
- Pressley Ridge – CAFAP;
- Programa de educação parental (RAA);
- Programas na área da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências:
  - Eu e os outros (SICAD);
  - Corda Bamba (Unidade de Alcoologia de Lisboa, Unidade de Desabitação - Centro das Taipas, Unidades de Intervenção Local, e Centro Hospitalar Lisboa Central - Clínica da Juventude);
  - Jogos da prevenção<sup>73</sup> (RAM);
  - Programa Atlante<sup>74</sup> (RAM);
  - Novo curso de preparação para o parto com enfoque na prevenção das dependências sem substância-utilização problemática das tecnologias e programa mensal em parceria com a RTP Madeira (RAM);
- Programa Universidade Segura (PSP);
- Projeto Arco Maior -Porto -Escolas de 2.ª oportunidade;
- Projeto de valorização da escola (Letras Nómadas);
- Projeto com estabelecimento prisional do Linhó- reintegração de jovens<sup>75</sup> (CM Cascais);
- Projeto Europeu Justiça Amiga das Crianças (IAC);
- Projeto Europeu Justice Youthpia (IAC);
- Projeto que visa promover um primeiro contacto dos jovens com a área jurídica sensibilizando-os para as consequências dos atos cometidos (em parceria com juizes do Tribunal de família e menores do Porto) (AEEP);
- Projetos de voluntariado no âmbito do Programa Erasmus+<sup>76</sup>;
- Projetos em estabelecimentos prisionais - ex.: Custóias (Casa da Música- Porto);
- Projetos que a DGE, em parceria com diferentes instituições, está a desenvolver: Academia digital para pais, Formação na área da liderança, Programa de formação e capacitação digital para professores, Estratégia Nacional de Proteção das Vítimas de Crime – Divulgar na comunidade educativa informação das consequências criminais (Violência no namoro, *Bullying*, entre outros), como estratégia de prevenção, Plano de Combate ao *Bullying* e ao *Cyberbullying* – “Escola Sem Bullying | Escola Sem Violência” – Comissão de Acompanhamento do Combate ao *Bullying* e ao *Cyberbullying* nas Escolas, criada de acordo com o Despacho de 3 de março de 2021 do Senhor Ministro da Educação;
- Projetos sociais com o bairro do Cerco - Programa Escolhas (Casa da Música- Porto);
- PSYCHOPATHY.COMP (Universidade de Coimbra);
- Questionário aplicado anualmente a todas as crianças - aferir qual o seu nível de satisfação com a escola e, após análise de resultados, é efetuado um plano de melhoria (Casa Pia de Lisboa, I.P.);
- Radar - a comunidade como promotora do contacto com os idosos (mais de 65 anos) (SCML);

<sup>70</sup> <https://prochildcolab.pt/en/4014-2/>

<sup>71</sup> <https://www.cascais.pt/noticia/cascais-promove-inclusao-atraves-dos-desportos-de-combate>

<sup>72</sup> <https://educa.cm-amadora.pt/index.php/projetos-e-iniciativas/162-orquestras-geracao>

<sup>73</sup> <https://escolas.madeira-edu.pt/eb1pelourencinha/ProjetosAtividades/Express%C3%A3oF%C3%ADsicomotora/tabid/7019/Default.aspx>

<sup>74</sup> [https://www02.madeira-edu.pt/dre/projetos\\_dre/tabid/376/ctl/Read/mid/1469/Informacaoid/2652/UnidadeOrganicaId/5/Default.aspx](https://www02.madeira-edu.pt/dre/projetos_dre/tabid/376/ctl/Read/mid/1469/Informacaoid/2652/UnidadeOrganicaId/5/Default.aspx)

<sup>75</sup> <https://www.cascais.pt/noticia/camara-vai-mudar-prisoas>

<sup>76</sup> <https://www.erasmusmais.eu/candidaturas>

- Ranking de responsabilidade social na Liga 3 (FPF);
- Ranking puro futebol (FPF)<sup>77</sup>
- Rede de CA de menores não acompanhados (ISS, I.P)
- Rede de centros de desenvolvimento e inclusão juvenil (RAA);
- Rede Integrada de Intervenção na Violência na Amadora (RIIVA), Serviço de apoio a vítimas de VD no município da Amadora e Espaço Okaso- VD (CM Amadora)
- Respostas de Apoio Psicológico para Crianças e Jovens Vítimas de Violência Doméstica (CIG);
- Romedi - grupos ativos comunitários (Letras Nómadas);
- Rua – Gabinete – Emprego (Associação Luso-Caboverdeana de Sintra);
- SCML- Rede própria em Lisboa e núcleos na AML;
- Semana do bebé (Serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira)<sup>78</sup>;
- Semente - Promoção da Saúde Mental dos filhos de pessoas com doença psiquiátrica” (Hospital Fernando da Fonseca; ARSLVT, ENSP, Fundação Calouste Gulbenkian);
- Semente- Promoção da saúde mental de grávidas com doença psiquiátrica e dos seus filhos (Hospital Fernando da Fonseca, ARSLVT, Fundação Calouste Gulbenkian)<sup>79</sup>;
- Sintam-se em casa (Liga Portugal)
- SNAP® - Stop Now And Plan (Programa canadiano<sup>80</sup>);
- Social Innovation Sports - Apoio ao trabalho/mediação de Paulo Seco (pugilista) no Casal Ventoso;
- Social School Clima - Escala de avaliação do clima escolar (Universidade do Porto);
- SURF.Arte (Pressley Ridge);
- *Task force* envolvendo diversos serviços públicos para resolução de questões relacionadas com os menores não acompanhados/chegada de pessoas afegãs...;
- Trabalho feito junto de jovens e adultos no Bairro Dr. Pinheiro Torres (ADILO -Agência de Desenvolvimento Integrado de Lordelo do Ouro, em parceria com o IEF, I.P. e colaboração com a Federação Académica do Porto);
- Um dia na prisão (DGRSP);
- União das Misericórdias Portuguesas: 24 lares de infância e juventude, 20 centros de acolhimento temporário e 73 CAFAP (Misericórdias);
- Vem conhecer a GNR- iniciativa utilizada para fomentar a aproximação às crianças nas escolas (GNR);
- Welcome Sports Club<sup>81</sup> - integrar jovens refugiados, através do Desporto (Social Innovation Sports).

<sup>77</sup> [Ranking Puro Futebol \(fpf.pt\)](http://www.fpf.pt)

<sup>78</sup> <https://www.chcbeira.min-saude.pt/noticias/chega-em-outubro-mais-uma-edicao-da-semana-do-bebe-do-chucb/>

<sup>79</sup> <https://gulbenkian.pt/projects/projeto-semente-gravidez-e-primeiros-anos-de-vida/>

<sup>80</sup> [Child Development Institute](http://www.childdevelopmentinstitute.org/)

<sup>81</sup> <https://welcome-sports.club/>

## Anexo IV - Elenco de referências bibliográficas tidas em conta na análise efetuada ao Dossier temático: “Delinquência juvenil e criminalidade violenta”

### Referências secção I “Discussão sobre os fatores explicativos da delinquência juvenil”

- Abreu, J. F. de (2021). Programas de prevenção da delinquência infantojuvenil: análise da situação na cidade de Codó – Maranhão (Brasil). [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/10776/1/DM\\_39193.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/10776/1/DM_39193.pdf)
- Bernuz Beneitez, M. J. (2021). Emocionalización de la justicia de menores. Un análisis preliminar. *Política criminal*, 16(32), 588-610. <https://dx.doi.org/10.4067/S0718-33992021000200588>
- Bonilla Ovallos, M. E., Mogollón Jaimes, M. S., & Amado Romero, L. A. (2021). Adolescentes infractores de ley penal en el área metropolitana de Bucaramanga, Colombia: lineamientos para su prevención. *Revista Criminalidad*, 63(2), 131-154. <https://doi.org/10.47741/17943108.321>
- Caria, R. (2022). A proteção da infância como prevenção da delinquência juvenil. In Rocha, A. P., Pereira, I., Santos, J. F. dos (Orgs.) – *Direitos humanos, infância e juventude em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal: resistências e desafios* (pp. 155-162), Universidade Estadual de Londrina. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/104324>
- Cárceles, M. M. A. (2012). La influencia del contexto familiar en el desarrollo de conductas violentas durante la adolescência: factores de riesgo y de protección. *Criminalidad*, 54(2), 27-46. <http://www.scielo.org.co/pdf/crim/v54n2/v54n2a03.pdf>
- Culyba, A. J., Riley, A. T., Corona, G., Miller, E., & Carley, K. M. (2022). Adolescent-Adult Social Networks and Experiences of Violence Among Black Youth in Neighborhoods With High Levels of Community Violence. *Journal of Adolescent Health*, 71(4), 494-501, <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2022.05.010>.
- Douglas, H., & Walsh, T. (2023). Adolescent Family and Dating Violence and the Criminal Law Response. *Journal of Family Violence*, 38, 287–299. <https://doi.org/10.1007/s10896-022-00373-x>
- Fernández, M. C. (2020). Criminalización diferencial de jóvenes en los medios masivos. *La trama de la Comunicación*, 24(1), 99-122. [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1668-56282020000100006&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1668-56282020000100006&lng=es&tlng=es).
- Fernández, M. C. (2021). Violencia policial y juventud. Una revisión teórica. *Sociológica (México)*, 36(103), 119-156. [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0187-01732021000200119&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-01732021000200119&lng=es&tlng=es).
- Figueiredo, S. O. de, Sincorá, L. A., Leite, M. C. de O., & Brandão, M. M. (2021). Fatores determinantes do controle da criminalidade em gestão de políticas de segurança pública. *Revista de Administração Pública*, 55(2), 438-458. <https://doi.org/10.1590/0034-7612202000058>
- Frey, W. R. (2018). Humanizing Digital Mental Health through Social Media: Centering Experiences of Gang-Involved Youth Exposed to High Rates of Violence. *Biomedical Informatics Insights*, 10. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6111393/>
- Frisby-Osman, S., & Wood, J. L. (2020). Rethinking How We View Gang Members: An Examination into Affective, Behavioral, and Mental Health Predictors of UK Gang-Involved Youth. *Youth Justice*, 20(1-2), 93-112. <https://doi.org/10.1177/1473225419893779>

- Herrenkohl, T. I., Fedina, L., Roberto, K. A., Raquet, K. L., Hu, R. X., Rousson, A. N., & Mason, W. A. (2020). Child Maltreatment, Youth Violence, Intimate Partner Violence, and Elder Mistreatment: A Review and Theoretical Analysis of Research on Violence Across the Life Course. *Trauma, Violence, & Abuse*, 23(1), 314-328. <https://doi.org/10.1177/1524838020939119>
- Hidalgo, D., Silveira, F., Padilha, D., Bassani, A. F., & Nascimento, I. (2021). Violência urbana e políticas de segurança: análise em quatro cidades latino-americanas. *EURE (Santiago)*, 47(141), 165-182. <https://dx.doi.org/10.7764/eure.47.141.08>
- Li, D, Chu, Ch. M., Xu, X., Zeng, G., & Ruby, K. (2018). Risk and Protective Factors for Probation Success Among Youth Offenders in Singapore. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 17(2), 194- 213. <https://doi.org/10.1177/1541204018778887>
- Montejano Torre, L. M., de la Rosa Rodríguez, P. I., & Galán Jiménez, J. S. F. (2020). Reinserción social de adolescentes en conflicto con la ley: un estudio conceptual. *Revista Estudios Socio-Jurídicos*, 22(1), 233-262. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7575163.pdf>
- Morgado, A. M., Vale Dias, M. da L. (2017). Juvenis delinquentes portugueses: Um estudo exploratório a partir de uma amostra de jovens delinquentes institucionalizados. *Análise Psicológica*, 35(2). <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/5602/3/AP%2C%2035%282%29%2C%20157-170.pdf>
- Myers, R., Goddard, T., & Davidtz, J. (2020). Reconnecting Youth: Beyond Individualized Programs and Risks. *Youth Justice*, 21(1), 55-70. <https://doi.org/10.1177/1473225420932861>
- Ramírez-de-Garay, D., & Pérez-Amador, J. (2019). Exposición al crimen violento y cambios en los arreglos residenciales de niñas y niños en México. *Perfiles latinoamericanos*, 27(54), 00011. <https://doi.org/10.18504/pl2754-011-2019>
- Santos, D. J. F. dos (2018). *ASSIDERE: A entrevista estruturada para famílias multiproblemáticas de Marcelo Pakman na avaliação familiar da delinquência juvenil*. [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral – Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/79738>
- Simons, L. G., & Brown, A. L. (2022). A Developmental perspective on girls' delinquency: testing the Family Stress Model. *Feminist Criminology*, 17(4), 471-493. <https://doi.org/10.1177/15570851221104963>
- Van Hellemont, E., & Densley, J. A. (2019). Gang glocalization: How the global mediascape creates and shapes local gang realities. *Crime, Media, Culture*, 15(1), 169–189. <https://doi.org/10.1177/1741659018760107>
- Wilcox, M., Frude, N., & Andrew, L. (2022). Emotion Recognition and Perceived Social Support in Young People Who Offend. *Youth Justice*, 22(2), 125–144. <https://doi.org/10.1177/1473225420931189>

#### **Dissertações de mestrado:**

- Abreu, J. F. de (2021). Programas de prevenção da delinquência infantojuvenil: análise da situação na cidade de Codó – Maranhão (Brasil). [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/10776/1/DM\\_39193.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/10776/1/DM_39193.pdf)

- Carvalho, D. A. F. (2022). *A delinquência juvenil: a prevenção e a intervenção na comunidade*. [Dissertação de mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26446/1/master\\_debora\\_fernandes\\_carvalho.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26446/1/master_debora_fernandes_carvalho.pdf)
- Duarte, M. de C. (2019). *Delinquência juvenil: jovens e gangues em Lisboa*. [Dissertação de mestrado, ISCPSP - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Comum. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/28463/1/Disserta%C3%A7%C3%A3oMarcelo%20Duarte.pdf>
- Guimarães, L. de O. (2021). *A construção de políticas públicas para "jovens delinquentes" em Portugal e Brasil a partir de uma análise político-normativa*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <https://run.unl.pt/bitstream/10362/142283/1/Disserta%C3%A7%C3%A3oFinalCorrigidaeMelhoradaLygiaGuimar%C3%A3es.pdf>
- Leite, C. F. C. (2020). *Maus-tratos infantis e delinquência juvenil: a experiência de múltiplos tipos de maus-tratos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/130710/2/432839.pdf>
- Lima, T. D. P. (2021). *O divórcio parental e as experiências conexas na explicação da delinquência juvenil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho] Repositório UM – Universidade do Minho. [https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/75862/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o\\_T%20Lima.pdf](https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/75862/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_T%20Lima.pdf)
- Mendes, F. A. das N. (2021). *Conhecer a parentalidade para prevenir a delinquência: a influência da família na delinquência juvenil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/129680/2/426715.pdf>

## Referências secção II “Principais dinâmicas observadas nos últimos anos”

- Arcadepani, F. B., Eskenazi, D. Y. G., Fidalgo, Th. M., & Hong, J. S. (2019). An Exploration of the Link Between Bullying Perpetration and Substance Use: A Review of the Literature. *Trauma, Violence, & Abuse*, 22(1), 207-214. <https://doi.org/10.1177/1524838019837593>
- Bonilla Ovallos, M. E., Mogollón Jaimes, M. S., & Amado Romero, L. A. (2021). Adolescentes infractores de ley penal en el área metropolitana de Bucaramanga, Colombia: lineamientos para su prevención. *Revista Criminalidad*, 63(2), 131-154. <https://doi.org/10.47741/17943108.321>
- Carvalho, M. J. L. (2022). Redes Sociais em Práticas de Delinquência Juvenil. *Comunicação e Sociedade*, 42, 157–177. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/146411/1/3988\\_pt.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/146411/1/3988_pt.pdf)
- DeLisi, M., Bunga, R., Heirigs, M. H., Erickson, J. H., & Ochstetler, A. (2019). The Past Is Prologue: Criminal Specialization Continuity in the Delinquent Career. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 17(4), 335–353. <https://doi.org/10.1177/1541204018809839>
- Densley, J., Deuchar, R., & Harding, S. (2020). An Introduction to Gangs and Serious Youth Violence in the United Kingdom. *Youth Justice*, 20(1–2), 3–10. <https://doi.org/10.1177/1473225420902848>
- Dias, A. R. C., & Teixeira, S. D. V. (2018). Delinquência juvenil em Portugal: estudo qualitativo das histórias de vida de jovens reclusos. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(1), 47-59.

<https://recil.ensinolusofona.pt/bitstream/10437/12463/1/1844-Texto%20do%20Artigo-10862-2-10-20190117.pdf>

- Dziewanski, D. (2020). Femme Fatales: Girl Gangsters and Violent Street Culture in Cape Town. *Feminist Criminology*, 15(4), 438–463. <https://doi.org/10.1177/1557085120914374>
- Farrington, D. P., & Ttofi, M. M. (2021). Advancing Knowledge about Youth Violence: Child Maltreatment, Bullying, Dating Violence, and Intimate Partner Violence. *Journal of Family Violence*, 36, 109–115. <https://doi.org/10.1007/s10896-020-00189-7>
- Fernández-Planells, A., Orduña-Malea, E., & Feixa Pàmpols, C. (2021). Gangs and social media: A systematic literature review and an identification of future challenges, risks and recommendations. *New Media & Society*, 23(7), 2099-2124. <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1461444821994490>
- Frey, W. R. (2018). Humanizing Digital Mental Health through Social Media: Centering Experiences of Gang-Involved Youth Exposed to High Rates of Violence. *Biomedical Informatics Insights*, 10. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6111393/>
- Frisby-Osman, S., & Wood, J. L. (2020). Rethinking How We View Gang Members: An Examination into Affective, Behavioral, and Mental Health Predictors of UK Gang-Involved Youth. *Youth Justice*, 20(1-2), 93-112. <https://doi.org/10.1177/1473225419893779>
- Guia, M. J. (2015). Os jovens e o crime violento: dependências, depressão e percepções sobre a felicidade em agressores não nacionais e portugueses. *Atas do Colóquio Internacional @s jovens e o crime - transgressões e justiça tutelar*. <https://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:estudogeral.sib.uc.pt:10316/81026>
- Guia, M. J., & Pedroso, J. (2015). *Imigração e crime violento: um olhar a partir de reclusos condenados*. *Configurações*, 16, 25-40. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.2833>
- Hendel, V. (2020). Cartografías del peligro. Desplazamientos, migración, fronteras y violencias desde la experiencia de los jóvenes en un barrio del Gran Buenos Aires, Argentina (2018-2019). *Historia y sociedad*, 39, 184-212. <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7544771.pdf>
- Hernández-Hernández, Ó. M. (2020). Menores de circuito y regímenes ilícitos en Tamaulipas, México. *Revista Criminalidad*, 62(1), 87-100. [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-31082020000100087&lng=en&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-31082020000100087&lng=en&tlng=es).
- Level, J. (2019). “Those songs were the ones that made me, nobody asked me this question before”: Music Elicitation with ex-gang involved men about their experiences of childhood domestic violence and abuse. *International Journal of Qualitative Methods*, 18. <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1609406919852010>
- Morgado, A. M., Vale Dias, M. da L. (2017). Juvenis delinquentes portugueses: Um estudo exploratório a partir de uma amostra de jovens delinquentes institucionalizados. *Análise Psicológica*, 35(2).
- Muniz, D. S., & Anjos, E. M. dos (2020). Violência na escola: as gangues como expressão da agressividade juvenil. *Humanidades e Inovação*. 7(7). <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2274>

- Mutz, J. J.; Aranzedo, A. C. (2021). Marcados pelo crime: os desafios enfrentados no processo de reinserção social de pessoas que cumpriram pena em regime fechado. *Revista Sociais e Humanas*, 34(1). <https://doi.org/10.5902/2317175836119>
- Myers, R., Goddard, T., & Davidtz, J. (2020). Reconnecting Youth: Beyond Individualized Programs and Risks. *Youth Justice*, 21(1), 55-70. <https://doi.org/10.1177/1473225420932861>
- Pitts, J. (2020). Black Young People and Gang Involvement in London. *Youth Justice*, 20(1-2), 146-158. <https://doi.org/10.1177/1473225420912331>
- Reis, C. dos, & Guareschi, N. M. de F. (2016). Preventing Juvenile Delinquency: Compulsory Hospitalization as a Public Security Tool. *SAGE Journals*, 6(2). <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2158244016638391>
- Santos, J. E. F. (2018). *Mind the gap! (Cuidado com o vão!): repercussões do homicídio entre jovens de periferia da cidade de Salvador, Bahia*. [Tese de doutoramento, Universidade Federal da Bahia]. Repositório Institucional da UFBA. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27090>
- Silveira, B. V. da (2021). *Uso de maconha e envolvimento em gangues por adolescentes em cumprimento de internação socioeducativa*. [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. Biblioteca digital da Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22131/tde-22032022-152455/publico/BELISAVIEIRADASILVEIRA.pdf>
- Skinner, G. C. M., & Farrington, D. P. (2022). Health of Convicted Persons in the Third Generation of the Longitudinal Cambridge Study in Delinquent Development. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/0306624X211066837>
- Torrado Duarte, O. E., Hernández Galván, A., Calvete Zumalde, E., & Prada Sarmiento, E. L. (2021). Factores protectores y de riesgo asociados a las conductas delictivas en adolescentes: una revisión sistemática. *Revista Criminalidad*, 63(1), 105-122. [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1794-31082021000100105&lng=en&tlng=es](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-31082021000100105&lng=en&tlng=es).

### Dissertações de mestrado

- Gaspar, I. L. (2020). *Delinquência juvenil: crianças e jovens expostos à violência entre ascendentes*. [Dissertação de mestrado, ISCP SI - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. Repositório Comum. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/34242/1/DISSERTACAO%20INES%20LOPES%20GASPAR%20retificada.pdf>
- Leite, C. F. C. (2020). *Maus-tratos infantis e delinquência juvenil: a experiência de múltiplos tipos de maus-tratos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/130710/2/432839.pdf>

### Referências secção III “Considerações/recomendações para políticas públicas”

- Aguilera-Torrado, A., & Payares-Ortiz, A. (2021). El club juvenil como estrategia para la prevención del consumo de drogas y la delincuencia juvenil. Caso Barrancabermeja. *Revista Criminalidad*, 63(2), 155-174. <https://doi.org/10.47741/17943108.322>

- Amante, A., Saraiva, M. (2021). Geografias da (in)segurança e vulnerabilidades sociais em contexto urbano: Análise multivariada de um inquérito à população na cidade do Porto. S. O. Guidobono (coord.), *El devenir de las civilizaciones: interacciones entre el entorno humano, natural y cultural*, 658-684. [https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=832850&orden=0&info=open\\_link\\_libro](https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=832850&orden=0&info=open_link_libro)
- Caria, R. (2022). A proteção da infância como prevenção da delinquência juvenil. In Rocha, A. P., Pereira, I., Santos, J. F. dos (Orgs.) – *Direitos humanos, infância e juventude em Angola, Brasil, Moçambique e Portugal: resistências e desafios* (pp. 155-162), Universidade Estadual de Londrina. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/104324>
- Carter, B., Paranjothy, S., Davies, A., & Kemp A. (2020). Mediators and Effect Modifiers of the Causal Pathway Between Child Exposure to Domestic Violence and Internalizing Behaviors Among Children and Adolescents: A Systematic Literature Review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 23(2), 594-604. <https://doi.org/10.1177/1524838020965964>
- Creemers, H. E., van Logchem, E. K., Assink, M., & Asscher, J. J. (2022). Ramping Up Detention of Young Serious Offenders: A Safer Future? *Trauma, Violence, & Abuse*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/15248380221119514>
- Culyba, A. J., Riley, A. T., Corona, G., Miller, E., & Carley, K. M. (2022). Adolescent-Adult Social Networks and Experiences of Violence Among Black Youth in Neighborhoods With High Levels of Community Violence. *Journal of Adolescent Health*, 71(4), 494-501, <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2022.05.010>.
- Cunha, A. M. S. da (2021). Tiny moving parts: arte como forma de prevenção da delinquência juvenil. [Projeto de Licenciatura, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Aberto da Universidade Fernando Pessoa. [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/10325/1/PG\\_38100.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/10325/1/PG_38100.pdf)
- Damião, D. B. (2021) – Conduta delinvente: um estudo sobre as consequências da delinquência. *Psicologia.PT: O Portal dos Psicólogos*. <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1394.pdf>
- Dias, A. R. C., & Teixeira, S. D. V. (2018). Delinquência juvenil em Portugal: estudo qualitativo das histórias de vida de jovens reclusos. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 7(1), 47-59. <https://recil.ensinulusofona.pt/bitstream/10437/12463/1/1844-Texto%20do%20Artigo-10862-2-10-20190117.pdf>
- Ellis, S., Gately, N., Rogers, S., & Horrigan, A. (2018). Give Them a Chance: Public Attitudes to Sentencing Young Offenders in Western Australia. *Youth Justice*, 18(2), 169–187. <https://doi.org/10.1177/1473225418791660>
- Farrington, D. P., & Ttofi, M. M. (2021). Advancing Knowledge about Youth Violence: Child Maltreatment, Bullying, Dating Violence, and Intimate Partner Violence. *Journal of Family Violence*, 36, 109–115. <https://doi.org/10.1007/s10896-020-00189-7>
- Figueiredo, S. O. de, Sincorá, L. A., Leite, M. C. de O., & Brandão, M. M. (2021). Fatores determinantes do controle da criminalidade em gestão de políticas de segurança pública. *Revista de Administração Pública*, 55(2), 438-458. <https://doi.org/10.1590/0034-7612202000058>
- Frisby-Osman, S., & Wood, J. L. (2020). Rethinking How We View Gang Members: An Examination into Affective, Behavioral, and Mental Health Predictors of UK Gang-Involved Youth. *Youth Justice*, 20(1-2), 93-112. <https://doi.org/10.1177/1473225419893779>
- Hayden, C., Nguyen, H. N., & Twigg, L. (2017). Explaining the Offending Behaviour of Young People on Educational Programmes Incarcerated in Educational Institutions in Vietnam. *Youth Justice*, 17(3), 232–249. <https://doi.org/10.1177/1473225417716100>

- Herrenkohl, T. I., Fedina, L., Roberto, K. A., Raquet, K. L., Hu, R. X., Rousson, A. N., & Mason, W. A. (2020). Child Maltreatment, Youth Violence, Intimate Partner Violence, and Elder Mistreatment: A Review and Theoretical Analysis of Research on Violence Across the Life Course. *Trauma, Violence, & Abuse*, 23(1), 314-328. <https://doi.org/10.1177/1524838020939119>
- Latham, R. M., Newbury, J. B., & Fisher, H. L. (2021). A Systematic Review of Resilience Factors for Psychosocial Outcomes During the Transition to Adulthood Following Childhood Victimization. *Trauma, Violence, & Abuse*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/15248380211048452>
- Meseret, F. (2018). Discrepancy Between Rhetoric and Practice: A Qualitative Study Assessing Barriers Associated With Prisoner Rehabilitation at Hawassa Correctional Facility, Southern Ethiopia. *SAGE Open*, 8(1). <https://doi.org/10.1177/2158244017753866>
- Mowen, T. J., & Fisher, B. W. (2021). Youth Reentry from Prison and Family Violence Perpetration: The Salience of Family Dynamics. *Journal of Family Violence*, 36, 51–62. <https://doi.org/10.1007/s10896-019-00098-4>
- Myers, R., Goddard, T., & Davidtz, J. (2020). Reconnecting Youth: Beyond Individualized Programs and Risks. *Youth Justice*, 21(1), 55-70. <https://doi.org/10.1177/1473225420932861>
- Palma, V. H., Pechorro, P., Prather, J., Matavelli, R., Correia, A., & Jesus, S. N. (2021). Dark Triad: associations with juvenile delinquency, conduct disorder and trauma. *Análise Psicológica*, 39 (2), 247-261. <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/8693/1/v39n2a06-1814.pdf>
- Quaresma, C. C. P. C. F. (2019). *Criminalidade violenta da sua medição às políticas públicas de segurança interna*. [Tese de doutoramento, Faculdade de Direito]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/91303>
- Reis, C. dos, & Guareschi, N. M. de F. (2016). Preventing Juvenile Delinquency: Compulsory Hospitalization as a Public Security Tool. *SAGE Journals*, 6(2). <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2158244016638391>
- Ribeiro, J. P., Gomes, G. C., Mota, M. S., dos Santos, E. O., & Eslabão, A. D. (2019). Strategies of care for adolescent users of crack undergoing treatment. *Investigación y educación en enfermería*, 37(3). <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7330979.pdf>
- Santos, D. J. F. dos (2018). *ASSIDERE: A entrevista estruturada para famílias multiproblemáticas de Marcelo Pakman na avaliação familiar da delinquência juvenil*. [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral – Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/79738>
- Van der Put, C. E., Boekhout van Solinge, N. F., Stams, G. J., Hoeve, M., & Assink, M. (2021). Effects of Awareness Programs on Juvenile Delinquency: A Three-Level Meta-Analysis. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 65(1), 68–91. <https://doi.org/10.1177/0306624X20909239>
- Wilcox, M., Frude, N., & Andrew, L. (2022). Emotion Recognition and Perceived Social Support in Young People Who Offend. *Youth Justice*, 22(2), 125–144. <https://doi.org/10.1177/1473225420931189>

### Dissertações de mestrado

- Batista, R. J. M. (2019). *A delinquência juvenil como expressão de vulnerabilidade social*. [Dissertação de mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do ISCTE. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19474/4/master\\_ricardo\\_martins\\_batista.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19474/4/master_ricardo_martins_batista.pdf)

- Carvalho, D. A. F. (2022). *A delinquência juvenil: A prevenção e a intervenção na comunidade*. [Dissertação de mestrado, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE. [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26446/1/master\\_debora\\_fernandes\\_carvalho.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26446/1/master_debora_fernandes_carvalho.pdf)
- Guimarães, L. de O. (2021). *A construção de políticas públicas para "jovens delinquentes" em Portugal e Brasil a partir de uma análise político-normativa*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova de Lisboa. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/142283/1/Disserta%  
c3%a7%c3%a3oFinalCorrigidaeMelhoradaLygiaGuimar%c3%a3es.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/142283/1/Disserta%c3%a7%c3%a3oFinalCorrigidaeMelhoradaLygiaGuimar%c3%a3es.pdf)
- Mendes, F. A. das N. (2021). *Conhecer a parentalidade para prevenir a delinquência: a influência da família na delinquência juvenil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/129680/2/426715.pdf>
- Santos, F. M. J. dos (2018). *As práticas restaurativas no âmbito da delinquência juvenil - ponderação da sua limitada aplicação no sistema português*. [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral – Universidade de Coimbra. [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/85806/1/dissertacao\\_mestrado\\_fernanda.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/85806/1/dissertacao_mestrado_fernanda.pdf)
- Soares, V. A. (2018). *As Políticas Públicas no Tratamento dos Toxicodependentes. Uma análise do programa de reinserção social "Vida-Emprego"*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/85316>

## Anexo V - Tabelas - Dados estatísticos (referentes ao Capítulo 5)

### Delinquência Juvenil e Criminalidade Grupal

Tabela 1: Número de ocorrências registadas em 2022 - criminalidade geral, CVG, DJ e CG e taxas de incidência

Distrito/Comando	N.º de ocorrências em 2022				Taxa de incidência por 10 mil habitantes				Taxa de incidência por 10 mil hab. 0-24 anos
	Criminalidade geral	CVG	CG	DJ	Criminalidade geral	CVG	CG	DJ	DJ
<b>Aveiro</b>	19229	470	239	<b>112</b>	272,2	6,7	3,4	1,6	6,9
<b>Beja</b>	5160	120	107	<b>49</b>	353,7	8,2	<b>7,3</b>	<b>3,4</b>	<b>15,3</b>
<b>Braga</b>	19092	445	251	<b>75</b>	224,7	5,2	3,0	0,9	3,6
<b>Bragança</b>	3351	46	49	<b>19</b>	272,5	3,7	4,0	1,5	<b>8,5</b>
<b>Castelo Branco</b>	6490	148	69	<b>30</b>	363,0	8,3	3,9	<b>1,7</b>	<b>8,7</b>
<b>Coimbra</b>	10267	317	140	<b>38</b>	249,7	7,7	3,4	0,9	4,4
<b>Évora</b>	4573	136	82	<b>22</b>	298,0	8,9	5,3	1,4	6,5
<b>Faro</b>	23906	876	436	<b>122</b>	<b>508,7</b>	<b>18,6</b>	<b>9,3</b>	<b>2,6</b>	<b>11,0</b>
<b>Guarda</b>	4106	60	44	<b>42</b>	286,3	4,2	3,1	<b>2,9</b>	<b>16,2</b>
<b>Leiria</b>	12345	344	193	<b>55</b>	266,6	7,4	4,2	1,2	5,2
<b>Lisboa</b>	82868	5146	1983	<b>380</b>	362,3	<b>22,5</b>	<b>8,7</b>	<b>1,7</b>	6,6
<b>Portalegre</b>	3962	93	70	<b>37</b>	<b>376,1</b>	8,8	<b>6,6</b>	<b>3,5</b>	<b>16,4</b>
<b>Porto</b>	51398	2100	1079	<b>227</b>	285,9	11,7	<b>6,0</b>	1,3	5,3
<b>Santarém</b>	13730	375	185	<b>73</b>	319,6	8,7	4,3	<b>1,7</b>	<b>7,5</b>
<b>Setúbal</b>	31270	1330	549	<b>232</b>	354,8	<b>15,1</b>	<b>6,2</b>	<b>2,6</b>	<b>10,5</b>
<b>Viana do Castelo</b>	7065	124	107	<b>38</b>	304,3	5,3	4,6	1,6	<b>7,8</b>
<b>Vila Real</b>	4812	90	65	<b>19</b>	259,0	4,8	3,5	1,0	5,3
<b>Viseu</b>	8878	158	115	<b>38</b>	251,5	4,5	3,3	1,1	5,0
<b>R. A. Açores</b>	9 739	232	73	<b>73</b>	<b>408,8</b>	9,7	3,1	<b>3,1</b>	<b>11,4</b>
<b>R. A. Madeira</b>	6 810	269	49	<b>19</b>	269,9	10,7	1,9	0,8	3,1
<b>Total</b>	<b>343 845</b>	<b>13281</b>	<b>5886</b>	<b>1700</b>	<b>330,4</b>	<b>12,8</b>	<b>5,7</b>	<b>1,6</b>	<b>6,9</b>

Fonte: Cálculos GSEAI com base nos dados constantes no RASI 2022. Taxa de incidência calculada com base nas estimativas da população residente 2021- INE (dados dos censos 2021 não surgem desagregados por distrito).

Legenda: CVG= criminalidade violenta e grave; CG = criminalidade grupal; DJ = delinquência juvenil

Tabela 2: Ocorrências de Delinquência Juvenil (DJ) registadas pelas FS em 2019 e 2022 e Taxa de variação (%)

	GNR		PSP		FS		Taxa de variação 2022-2019 (%)		
	2019	2022	2019	2022	2019	2022	GNR	PSP	FS
<b>Aveiro</b>	83	103	11	9	94	<b>112</b>	24,1	-18,2	<b>19,1</b>
<b>Beja</b>	23	43	0	6	23	<b>49</b>	87,0	-	<b>113,0</b>
<b>Braga</b>	44	68	16	7	60	<b>75</b>	54,5	-56,3	<b>25,0</b>
<b>Bragança</b>	11	14	3	5	14	<b>19</b>	27,3	66,7	<b>35,7</b>
<b>Castelo Branco</b>	18	26	7	4	25	<b>30</b>	44,4	-42,9	<b>20,0</b>
<b>Coimbra</b>	34	32	13	6	47	<b>38</b>	-5,9	-53,8	<b>-19,1</b>
<b>Évora</b>	26	20	6	2	32	<b>22</b>	-23,1	-66,7	<b>-31,3</b>
<b>Faro</b>	83	97	32	25	115	<b>122</b>	16,9	-21,9	<b>6,1</b>
<b>Guarda</b>	30	34	4	8	34	<b>42</b>	13,3	100,0	<b>23,5</b>
<b>Leiria</b>	23	36	27	19	50	<b>55</b>	56,5	-29,6	<b>10,0</b>
<b>Lisboa</b>	102	132	285	248	387	<b>380</b>	29,4	-13,0	<b>-1,8</b>
<b>Portalegre</b>	21	31	15	6	36	<b>37</b>	47,6	-60,0	<b>2,8</b>
<b>Porto</b>	94	127	141	100	235	<b>227</b>	35,1	-29,1	<b>-3,4</b>
<b>Santarém</b>	31	61	30	12	61	<b>73</b>	96,8	-60,0	<b>19,7</b>
<b>Setúbal</b>	139	136	100	96	239	<b>232</b>	-2,2	-4,0	<b>-2,9</b>
<b>Viana do Castelo</b>	9	31	0	7	9	<b>38</b>	244,4	-	<b>322,2</b>
<b>Vila Real</b>	18	11	6	8	24	<b>19</b>	-38,9	33,3	<b>-20,8</b>
<b>Viseu</b>	38	30	4	8	42	<b>38</b>	-21,1	100,0	<b>-9,5</b>
<b>R. A. Açores</b>	1	1	46	72	47	<b>73</b>	-	56,5	<b>55,3</b>
<b>R. A. Madeira</b>		2	12	17	12	<b>19</b>	-	41,7	<b>58,3</b>
<b>Total</b>	830	1035 <sup>1</sup>	758	665	1588	<b>1700</b>	24,7	-12,3	<b>7,1</b>

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados disponibilizados pelas FS (em abril de 2023)

Tabela 3: Ocorrências de criminalidade grupal (CG) registadas pelas FS em 2019 e 2022 e Taxa de variação (%)

	GNR		PSP		FS		Taxa de variação 2022-2019 (%)		
	2019	2022	2019	2022	2019	2022	GNR	PSP	FS
<b>Aveiro</b>	111	138	71	<b>101</b>	182	239	24,3	42,3	<b>31,3</b>
<b>Beja</b>	55	85	18	<b>22</b>	73	107	54,5	22,2	<b>46,6</b>
<b>Braga</b>	138	151	112	<b>100</b>	250	251	9,4	-10,7	<b>0,4</b>
<b>Bragança</b>	29	36	6	<b>13</b>	35	49	24,1	116,7	<b>40,0</b>
<b>Castelo Branco</b>	46	54	16	<b>15</b>	62	69	17,4	-6,3	<b>11,3</b>
<b>Coimbra</b>	54	56	61	<b>84</b>	115	140	3,7	37,7	<b>21,7</b>
<b>Évora</b>	31	55	29	<b>27</b>	60	82	77,4	-6,9	<b>36,7</b>
<b>Faro</b>	116	305	131	<b>131</b>	247	436	162,9	0,0	<b>76,5</b>
<b>Guarda</b>	43	40	9	<b>4</b>	52	44	-7,0	-55,6	<b>-15,4</b>
<b>Leiria</b>	60	86	77	<b>107</b>	137	193	43,3	39,0	<b>40,9</b>
<b>Lisboa</b>	113	218	1916	<b>1765</b>	2029	1983	92,9	-7,9	<b>-2,3</b>
<b>Portalegre</b>	39	59	20	<b>11</b>	59	70	51,3	-45,0	<b>18,6</b>
<b>Porto</b>	181	264	751	<b>815</b>	932	1079	45,9	8,5	<b>15,8</b>
<b>Santarém</b>	81	135	67	<b>50</b>	148	185	66,7	-25,4	<b>25,0</b>
<b>Setúbal</b>	117	219	365	<b>330</b>	482	549	87,2	-9,6	<b>13,9</b>
<b>Viana do Castelo</b>	46	78	27	<b>29</b>	73	107	69,6	7,4	<b>46,6</b>
<b>Vila Real</b>	30	43	34	<b>22</b>	64	65	43,3	-35,3	<b>1,6</b>
<b>Viseu</b>	81	93	31	<b>22</b>	112	115	14,8	-29,0	<b>2,7</b>
<b>R. A. Açores</b>	1	3	40	<b>70</b>	41	73	-	75,0	<b>78,0</b>
<b>R. A. Madeira</b>	1	0	40	<b>49</b>	41	49	-	22,5	<b>19,5</b>
<b>Total</b>	1375	2119	3821	<b>3767</b>	5196	5886	54,1	-1,4	<b>13,3</b>

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados disponibilizados pelas FS (em abril de 2023)

## Inquéritos Tutelares Educativos

Tabela 4: Número de Inquéritos Tutelares Educativos (ITE) iniciados

Comarca	2018	2019	2020	2021	2022	Tx var 2022-2021 (%)	Tx var 2022-2019 (%)
<b>Aveiro</b>	257	271	221	201	350	74,1	29,2
<b>Beja</b>	113	95	71	59	98	66,1	3,2
<b>Braga</b>	287	256	245	270	358	32,6	<b>39,8</b>
<b>Bragança</b>	73	83	39	78	125	60,3	<b>50,6</b>
<b>Castelo Branco</b>	63	86	47	64	84	31,3	-2,3
<b>Coimbra</b>	231	210	145	140	166	18,6	-21,0
<b>Évora</b>	88	79	59	82	68	-17,1	-13,9
<b>Faro</b>	333	298	251	267	271	1,5	-9,1
<b>Guarda</b>	77	87	39	53	86	62,3	-1,1
<b>Leiria</b>	247	297	174	206	274	33,0	-7,7
<b>Lisboa</b>	1042	1096	931	929	1310	41,0	19,5
<b>Lisboa Norte</b>	595	564	399	349	574	64,5	1,8
<b>Lisboa Oeste</b>	1029	1019	694	766	1043	36,2	2,4
<b>Portalegre</b>	92	124	150	78	76	-2,6	-38,7
<b>Porto</b>	1153	1238	701	868	1115	28,5	-9,9
<b>Porto Este</b>	124	139	139	159	178	11,9	28,1
<b>Santarém</b>	266	268	214	258	302	17,1	12,7
<b>Setúbal</b>	263	224	164	231	241	4,3	7,6
<b>Viana do Castelo</b>	53	45	50	69	122	76,8	<b>171,1</b>
<b>Vila Real</b>	50	62	51	100	132	32,0	<b>112,9</b>
<b>Viseu</b>	172	121	94	131	134	2,3	10,7
<b>Açores</b>	218	263	203	224	490	118,8	<b>86,3</b>
<b>Madeira</b>	153	165	105	153	146	-4,6	-11,5
<b>Total</b>	<b>6979</b>	<b>7090</b>	<b>5186</b>	<b>5735</b>	<b>7743</b>	<b>35,0</b>	<b>9,2</b>

Fonte: Cálculos da responsabilidade do GSEAI, com base nos dados disponibilizados pela PGR (em março/2023).

Nota: Existem ligeiras diferenças entre o número de ITE constante nesta tabela e o constante no Gráfico 10 (ponto 5.3), uma vez que os segundos correspondem aos valores que foram disponibilizados aquando da elaboração de cada um dos RASI e os primeiros refletem dados extraídos à posteriori (em 2023) do Sistema Informático de Apoio aos Tribunais, podendo conter ligeiras atualizações.